

ANDREA VIEIRA SIQUEIRA SERAFINI ROCHA

**A PRÁTICA DE CONSUMO DE CHEFES DE FAMÍLIA QUE VIVEM EM
SITUAÇÃO DE POBREZA: ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE PAZ E
BEM - GUARAPUAVA -PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em sociologia, Curso de mestrado em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: **Prof. Dr. Marcio Sérgio B. S. de Oliveira.**

**CURITIBA
2003**



PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para realizar a arguição da Dissertação da aluna **ANDREA VIEIRA SIQUEIRA SERAFINI ROCHA**, sob o título “A PRÁTICA DE CONSUMO DE CHEFES DE FAMÍLIA QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE POBREZA: estudo sobre a Comunidade Paz e Bem-Guarapuava-PR”, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia, ~~APROVADA~~ a candidata com conceito “.....A.....” sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, completando assim todos os requisitos necessários para receber o **Título de Mestre**.

Curitiba, 05 de dezembro de 2003.

Prof. Dr. Márcio S.B.S.de Oliveira -Orientador (UFPR)

Profª Drª Maria do Carmo Marcondes B.Rolim (UFPR)

Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho (UFPR)

*À
Jozelito, Natã e André,
amores e companheiros de todas as horas*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu eterno sustentáculo.

Ao meu marido, Jozelito Serafini da Rocha, pois seu apoio ativo extrapolou os limites da mera verbalização.

Meus agradecimentos especiais para a professora Maria do Carmo Marcondes Brandão Rolim. É um presente tê-la como mestre. Para os professores Márcio Sérgio. B. S. de Oliveira, e Zaki Akel Sobrinho por suas preciosas sugestões, críticas e indicações bibliográficas.

Também não poderia deixar de registrar minha dívida para com os amigos Dario de Souza Silva Filho, por suas valiosas sugestões bibliográficas e Gracce Maria Scott Baretta, por seu apoio incondicional.

Agradeço ainda a Raquel Virmond Rauen Dalla Vecchia e Jacymara Villar Forbeloni, que dispensaram apoio fundamental em momentos importantes da trajetória de pesquisa.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE ANEXOS	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	1
1 POBREZA: FENÔMENO INTRÍNSECO À SOCIEDADE CAPITALISTA ..	09
1.1 CONTRADIÇÕES INTERNAS DO SISTEMA CAPITALISTA	10
1.2 A ERA MONOPOLISTA – O ACIRRAMENTO DAS CONTRADIÇÕES	19
1.2.1 A subfase clássica do capitalismo monopolista – um breve panorama	20
1.2.2 A crise econômica entre as guerras	28
1.2.3 Crise contemporânea, transformações societárias recentes e as conseqüências para o agravamento da pobreza	34
2 POBREZA: CONCEITO, MENSURAÇÃO E DETERMINANTES NA REALIDADE BRASILEIRA	48
2.1 DEFINIÇÕES DE POBREZA E OBSERVAÇÕES REFERENTES À SUA MENSURAÇÃO	48
2.2 DETERMINANTES DA POBREZA NO BRASIL	57
3 CONSUMO: MEIO PARA SATISFAÇÃO DE MÚLTIPLAS NECESSIDADES HUMANAS	64
3.1 CONSUMO E SUA DIMENSÃO SIMBÓLICA EM MARX	64
3.2 CONSUMO: PRÁTICA QUE ULTRAPASSA A DIMENSÃO RACIONAL E UTILITÁRIA	69
3.3 DIFERENCIAÇÃO SOCIAL: UM ASPECTO DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DO CONSUMO	76
4 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA	93
4.1 DEFINIÇÃO DOS TERMOS	93
4.2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	96
4.3 PESQUISA DE CAMPO	100
4.3.1 Universo e amostragem	100
4.3.2 Instrumento de pesquisa e coleta de dados	101
4.3.2.1 Instrumento de pesquisa: preparação e objetivos	101
4.3.2.2 Treinamento da equipe de entrevistadores	103
4.3.2.3 O processo de coleta e tratamento dos dados.....	104
5 A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO CONSUMO NA SITUAÇÃO DE POBREZA: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS	105
5.1 O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NA COMUNIDADE PAZ E BEM	105

5.1.1 O município de Guarapuava: características socioeconômicas gerais	105
5.1.2 A comunidade universo da pesquisa: condições habitacionais	107
5.1.3 Caracterização das famílias: composição familiar, escolaridade, ocupação e renda	111
5.2 O PADRÃO DE CONSUMO MÉDIO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE PAZ E BEM E O CARÁTER SIMBÓLICO DO CONSUMO	117
5.3 INTERESSES DE CONSUMO DOS CHEFES DE FAMÍLIA ENTREVIS- TADOS E O CARÁTER SIMBÓLICO DO CONSUMO NO UNIVERSO DA POBREZA	126
5.3.1 Bens de consumo duráveis: o objeto como instrumento e como signo	127
5.3.2 Interesses de consumo dos chefes de família entrevistados	136
5.3.3 Mais uma face do caráter simbólico do consumo no universo da pobreza: as perspectivas de consumo dos chefes de família	143
6 CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS	152
ANEXOS	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Esgotamento sanitário, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	108
Tabela 2 – Abastecimento de água, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	109
Tabela 3 – Instalação hidráulica Domiciliar, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	109
Tabela 4 – Instalação elétrica domiciliar, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	110
Tabela 5 – Moradia (tipo de construção), Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	110
Tabela 6 – Instalação sanitária domiciliar, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	110
Tabela 7 – Infra-estrutura urbana e instalação sanitária, dados comparativos Comunidade Paz e Bem e Guarapuava – 2003	111
Tabela 8 – Sexo do chefe da família, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	111
Tabela 9 – Faixa etária do chefe da família, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	112
Tabela 10 – Composição familiar, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	112
Tabela 11 – Posição do chefe da família na composição familiar, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	113
Tabela 12 – Número de componentes do grupo familiar, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	113
Tabela 13 – Escolaridade do chefe da família, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	114
Tabela 14 – Escolaridade detalhada do chefe da família, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	114
Tabela 15 – Ocupação do chefe da família, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	115
Tabela 16 – Vínculo empregatício do chefe da família, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	116
Tabela 17 – Renda <i>per capita</i> , Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	116
Tabela 18 – Padrão de consumo médio das famílias, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	117
Tabela 19 – Parcela da renda familiar destinada a despesas alimentares e higiene, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	118
Tabela 20 – Situação de moradia, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	119
Tabela 21 – Gasto com fumo e álcool, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	120

Tabela 22 – Padrão de consumo médio das famílias por sexo do chefe da família, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	123
Tabela 23 – Posse de bens duráveis, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	127
Tabela 24 – Interesses de consumo dos chefes de família, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	136
Tabela 25 – Interesses de consumo de chefes de família do sexo masculino, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	139
Tabela 26 – Interesses de consumo de chefes de família do sexo feminino, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	139
Tabela 27 – Interesses de consumo de chefes de família pertencentes à faixa etária de 18 a 25 anos, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	140
Tabela 28 – Interesses de consumo de chefes de família pertencentes à faixa etária de 26 a 35 anos, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	141
Tabela 29 – Interesses de consumo de chefes de família pertencentes à faixa etária de 36 a 40 anos, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	141
Tabela 30 – Interesses de consumo de chefes de família pertencentes à faixa etária de 41 a 60 anos, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	142
Tabela 31 – Interesses de consumo de chefes de família acima de 60 anos, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	142
Tabela 32 – Perspectivas de consumo dos chefes de família, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	143
Tabela 33 – Perspectivas de Consumo dos chefes de família citadas como Atingíveis, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	145
Tabela 34 – Perspectivas de Consumo dos chefes de família citadas como Inatingíveis, Comunidade Paz e Bem – Guarapuava – 2003	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos do questionário de pesquisa	102
Quadro 2 – Caracterização geral – município de Guarapuava-PR	106

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Questionário de pesquisa	158
Anexo 2 – Mapa do Loteamento Paz e Bem	161

RESUMO

O presente estudo procurou refletir sobre a relação entre pobreza e consumo, abordando a pobreza como fenômeno intrínseco à sociedade capitalista e concebendo o consumo como prática objetiva, de satisfação de necessidades materiais, e simbólica, de satisfação de necessidades imateriais. Foi explorado o caráter social e ilimitado do consumo, enfatizando-o como veículo de distinção social. O objetivo básico do trabalho foi verificar como funciona a dimensão simbólica do consumo, ou o seu caráter ilimitado, na situação de pobreza. O trabalho incluiu como etapa fundamental, a pesquisa de campo na Comunidade Paz e Bem, situada no município de Guarapuava, região centro-oeste do Estado do Paraná. A pesquisa analisou o padrão de consumo das famílias residentes na comunidade, bem como os interesses e perspectivas de consumo dos respectivos chefes de família. Para tanto, foram entrevistados 100 chefes de família, que responderam a um questionário contendo perguntas, cujas respostas foram posteriormente tabuladas e analisadas. Assim, traçou-se o perfil socioeconômico das famílias, bem como o seu padrão de consumo médio. A renda *per capita* verificada permitiu classificar as famílias na situação de pobreza, e a prática de consumo efetiva observada, bem como os desejos de consumo registrados, permitiram reconhecer a persistência da dimensão simbólica da atividade de consumo em grupos de baixa renda.

Palavras-chave: consumo; pobreza; padrão de consumo; interesses de consumo; perspectivas de consumo.

ABSTRACT

The present study it looked for to reflect on the relation between poverty and consumption, approaching the poverty as intrinsic phenomenon to the society capitalist and conceiving the consumption as practical objective, of satisfaction of material necessities, and symbolic, of satisfaction of incorporeal necessities was explored the social and limitless character of the consumption, emphasizing it as vehicle of social distinction. The basic objective of the work was to verify as the symbolic dimension of the consumption functions, or its limitless character, in the poverty situation. The work included as basic stage, the research of field in the Community Peace and Good, situated in the city of Guarapuava, in the State of the Paraná. The research analyzed the standard of consumption of the resident families in the community, as well as the interests and perspectives of consumption of the respective heads of family. For in such a way, 100 heads of family had been interviewed, who had answered to a questionnaire contend questions, whose answers later had been tabulated and analyzed. Thus, the socioeconômico profile of the families was traced, as well as its standard of average consumption. The verified per capita income allowed to classify the families in the poverty situation, and the practical one of consumption accomplishes observed, as well as the registered desires of consumption, had allowed to recognize the persistence of the symbolic dimension of the activity of consumption in groups of low income.

Word-key: consumption; poverty; consumption standard; consumption interests; consumption perspectives.

INTRODUÇÃO

No momento em que o sistema capitalista consegue reafirmar sua hegemonia em escala mundial, torna-se premente ou, pelo menos, oportuno o estudo de assuntos que permitem compreender melhor a natureza e o ordenamento desse sistema social.

O presente trabalho pretende tratar de dois temas intimamente vinculados ao capitalismo: consumo e pobreza. Reconhece-se as especificidades e as diferenças existentes em tal vínculo, isto é, essas temáticas mantêm cada qual uma relação própria com o sistema capitalista. A partir desse entendimento, tratar-se-á da complexa relação existente entre consumo e pobreza, buscando caminhos para ampliar o campo de conhecimentos sobre ambos os fenômenos.

O consumo é um elemento fundamental para a existência e permanência da estrutura social. A produção tem como fim último o consumo. Neste, os frutos da produção recebem seu acabamento final, recobrem-se de sentido. No consumo o produto efetiva-se, torna-se produto efetivo, realiza-se enquanto tal. Além disso, as crises que afetam o capitalismo, freqüentemente, têm raiz na incompatibilidade entre produção e realização da mais-valia, que caracteriza a superprodução.

A pobreza, por sua vez, é um fenômeno que sempre esteve presente na história do modo de produção capitalista. O desenvolvimento ou o crescimento, por mais gigantesco que seja, não conseguiu, até o presente, eliminar o problema da pobreza absoluta, e nem é este o seu objetivo. O fato é que o “sistema vive do desequilíbrio e da penúria estrutural” (BAUDRILLARD, 1991, p. 54). Evidências históricas permitem constatar que a pobreza e a riqueza são produzidas incessantemente por uma lógica interna da estrutura socioeconômica vigente.

Faz-se necessário, contudo, frisar que há a preocupação em não adotar-se concepções moralizantes a respeito do vínculo intrínseco entre pauperização e capitalismo. Isto é, reconhecer que a pobreza é um resultado necessário do processo de acumulação, não é o mesmo que julgar que isso faz parte de uma lógica deliberadamente sanguinária do capitalismo. Sobre isso, BAUDRILLARD (1991, p.

55) comenta: “A análise moralizante (a que não escapam nem os liberais, nem os marxistas) é sempre um erro. Se o sistema conseguisse equilibrar-se ou sobreviver com outras bases diferentes do desemprego, do subdesenvolvimento e das despesas militares, fá-lo-ia”. Evidentemente, e até mesmo por uma questão de racionalidade, se fosse possível e viável a eliminação ou superação do pauperismo absoluto nos marcos no capitalismo, certamente isso ocorreria.

O presente estudo leva em consideração tais evidências a respeito das categorias consumo e pobreza e procura caminhos para identificar e traçar os pontos de compatibilidade e de incompatibilidade entre ambas. Objetiva-se, portanto, esclarecer como a prática do consumo é efetivada pelos indivíduos que vivem em situação de extrema pobreza. Mais, especificamente: quais são as características do **padrão de consumo** dos pobres e como o **caráter simbólico do consumo** se materializa ou se manifesta na situação de pobreza?

Em um primeiro olhar, o pauperismo é um fenômeno que, em suas manifestações mais concretas, parece estabelecer uma relação de excludência com o consumo, pois não há como descartar a importância da **renda** como elemento fundamental para viabilizar o consumo individual: “Nenhuma outra variável é tão importante para entender o que as pessoas compram quanto o dinheiro” (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 192). De certa forma, os grupos populacionais que enquadram-se na situação de **pobreza** ou **indigência** têm seu **padrão de consumo** condicionado pelas limitações que tal situação impõe. *Padrão de consumo* é um conceito que engloba três elementos articulados: (1) disponibilidade corrente de bens e serviços, (2) renda e (3) abastecimento, que diz respeito ao perfil da distribuição vigente. “É a combinação dessas três faces de um mesmo processo que caracteriza o padrão de consumo de uma sociedade e demarca as fronteiras da privação absoluta e relativa, da pobreza e da desigualdade” (ABRANCHES, 1989b, p. 25).

Nesta linha de pensamento, o consumo seria uma espécie de termômetro, a expressão que revela, **entre outros fatores**, o nível de **renda** do indivíduo. Assim, espera-se que um indivíduo em uma determinada faixa de renda, apresente um determinado padrão de consumo que lhe corresponda, que lhe seja compatível.

Evidentemente, a ausência ou os baixos níveis de renda determinam como necessidade prioritária na vida do indivíduo a busca da sobrevivência física. Ou seja, a situação de escassez obriga o indivíduo a direcionar a maior parte de seus ganhos para a aquisição de bens alimentares. Neste contexto, verifica-se um prejuízo da liberdade. As escolhas ou decisões pessoais são balizadas pela situação de escassez: “As pessoas muito pobres, que consomem a maior parte de suas energias apenas para sobreviver por um triz, não podem atuar como cidadãos íntegros. A necessidade tolhe a liberdade” (ABRANCHES, 1989b, p. 16).

Esta é uma visão racionalista, pautada em critérios puramente econômicos de análise, que privilegia as necessidades e limites impostos pela dimensão biológica. Segundo essa noção, poder-se-ia supor que a baixa renda é um impeditivo objetivo e absoluto para a atividade de consumo. Até certo ponto, tal concepção é válida, porém, se absolutizada, pode limitar em muito a compreensão da categoria consumo.

Há indícios empíricos da **persistência de outros fatores** no processo de **determinação dos hábitos de consumo** em situações de **pobreza**, pois nas **populações de baixa renda há variações importantes no perfil do consumo**. A partir daí, admite-se que o consumo além de possuir uma **dimensão objetiva de satisfação de necessidades básicas**, possui, também, uma **face simbólica**, uma dimensão não passível de ser totalmente determinada por condições sociais concretas.

Nesta linha, pode-se questionar se a escassez é capaz de apagar ou anular os desejos e as preferências pessoais. Ou ainda, **pode-se questionar até que ponto a renda é capaz de determinar a prática do consumo**. Nos indivíduos que vivem em situação de pobreza, o consumo estaria mais vinculado à sobrevivência imediata ou também apontaria em direção à necessidades de ordem simbólica, apontaria em direção à necessidades sociais distintivas?

Este questionamento, bem como a afirmação segundo a qual há variações significativas no perfil de consumo dos pobres e indigentes, têm base e origem a partir da experiência da autora na área do Serviço Social. A rotina de trabalho do assistente social propicia o contato direto e imediato com o cotidiano das

populações que vivem em situação de pobreza (IAMAMOTO, 1999). Este profissional utiliza a visita domiciliar como forma de conhecimento e/ou verificação da necessidade ou das reais necessidades do cliente. Através da visita domiciliar acompanhada de entrevista minuciosa pode-se tomar conhecimento da situação socioeconômica, das condições de vida e trabalho e, dentre outras coisas, dos hábitos de consumo do indivíduo ou família alvo do atendimento profissional. O próprio cotidiano de trabalho do assistente social permite atestar que não há homogeneidade no padrão de consumo no universo da pobreza, da mesma forma que tal homogeneidade não se verifica em outros estratos da população.

Ao longo de oito anos de trabalho na área do Serviço Social a autora pôde presenciar dentre os profissionais a falta de embasamento teórico sobre o fenômeno pobreza. Isso compromete a qualidade do atendimento prestado pelas instituições, pois os **recursos** de uma instituição, seja ela pública, privada ou não-governamental, são sempre **limitados**. A distribuição de tais recursos deve, portanto, ser antecedida por um processo de **seleção**. Tal seleção (na etapa neoliberal do capitalismo) é baseada em critérios cada vez mais restritivos.

As instituições que prestam atendimento na área de Assistência Social, dependendo do nível de organização interna, possuem clara e rigidamente estabelecidos os critérios de elegibilidade que determinam a escolha do cliente institucional (WEISSHAUPT, 1988). Os critérios geralmente consideram dados como, **renda, local de residência, ocupação e número de filhos**. Através dos critérios de elegibilidade, a instituição busca selecionar os mais pobres dentre os pobres, ou seja, aqueles que têm pouca ou nenhuma chance de adquirir por conta própria os bens ou serviços dos quais dispõe a instituição.

A existência de critérios de elegibilidade, por si só, não garante a coerência na distribuição dos recursos. Isso se dá pelo **baixo nível de qualificação dos profissionais que atuam na execução terminal das políticas sociais** (PAULO NETTO, 1992). Ou seja, os **critérios institucionais**, são freqüentemente **ignorados** pelos profissionais. Estes manifestam a tendência em observar única e/ou prioritariamente o **padrão de consumo familiar**. Esta avaliação, contudo, longe de ser criteriosa e seguir parâmetros previamente definidos e rigorosos, é realizada

através de observação ligeira dos seguintes aspectos: **dimensões da habitação** (cômodo/morador), **qualidade da habitação** (aspectos físicos), **higiene da habitação**, **bens de consumo duráveis** (móveis, eletrodomésticos), **aparência dos componentes do grupo familiar** (higiene pessoal, roupas). Isto conduz ao seguinte problema: **muitos indivíduos e/ou famílias que, segundo o critério da renda, estão aptos a receber determinado benefício e/ou serviço, têm seus direitos negados por apresentar níveis de consumo avaliados como satisfatórios (arbitrariamente)**. Os profissionais desconhecem e/ou ignoram que nas populações pobres existem diferentes perfis de consumo. Além disso, **essas diferenças são observadas dentro de uma mesma faixa de renda**, demonstrando que a renda não deve ser o único fator a ser levado em consideração.

Assim, a eleição para o atendimento é baseada em noções imprecisas sobre a situação de pobreza e sobre o próprio conceito de pobreza. São utilizadas noções do senso comum como referencial básico de eleição. Os usuários são os mais prejudicados nesse processo, pois, muitas vezes, são excluídos do atendimento por não serem considerados "carentes" ou "necessitados", no olhar arbitrário do profissional.

Somado a isso observa-se que alguns profissionais justificam a sua atuação seletiva e focalizada afirmando que são contra ao "assistencialismo", ou que "não praticam" assistencialismo. Ora, *assistencialismo* é o repasse de recursos públicos aos usuários com o fim de obter vantagens pessoais (YASBEC, 1993). Uma atuação profissional que procure ser universalizante, que conceba a prática da viabilização de recursos como uma forma de redistribuição da riqueza social produzida coletivamente (FALEIROS, 1993; IAMAMOTO, 1999), de forma nenhuma é assistencialismo. Equívocos de interpretação como este e o próprio **desconhecimento do conceito de pobreza e da sua relação com a prática do consumo**, são problemas que afetam o processo de execução das políticas públicas. Diante disso, a relação entre a **pobreza e o consumo cotidiano** merece ser investigada em suas **particularidades e manifestações aparentes, e ainda merece ser compreendida nos marcos de seus determinantes sócio-históricos mais amplos**.

Vale esclarecer que este estudo não tem a pretensão de incidir de forma efetivamente alteradora no problema da fragilidade teórica e técnica que marca historicamente a profissão de Serviço Social. E nem é esse o objetivo, pois a análise não é direcionada ao Serviço Social, tampouco esses equívocos conceituais são privilégios dessa profissão. Assim, o texto volta-se para o conjunto dos teóricos das ciências sociais.

Com base nas observações empíricas sinalizadas, pode-se afirmar que nas faixas mais inferiores de renda, entre os classificados como pobres e indigentes, há **variações no padrão de consumo**. Este não se deixa reprimir totalmente pela falta de recursos materiais. É exatamente **nesta evidência** que se situa a brecha para a busca da possível presença do componente simbólico na determinação do comportamento do consumo dos pobres.

O presente trabalho estrutura-se em cinco capítulos: o primeiro situa o fenômeno pobreza como algo inerente ao sistema capitalista, como resultado de suas contradições internas. Confere-se especial destaque ao descompasso entre a produção e a realização da mais-valia, como contradição que está na base dos ciclos de crise do capital. Nesta primeira parte é possível uma ligeira aproximação com o objeto de estudo, pois enfatiza-se a incoerência do capitalismo que precisa do consumo e dos consumidores e, ao mesmo tempo, produz e reproduz a pobreza em escala cada vez mais crescente.

O segundo capítulo discute o fenômeno pobreza em sua dimensão conceitual e apresenta um debate acerca das dificuldades metodológicas que acompanham a mensuração da pobreza. Esses aspectos são importantes e necessários para a fundamentação do objeto de estudo.

O terceiro capítulo trata da categoria consumo e busca evidenciar sua complexidade intrínseca. Ou seja, o consumo é entendido como prática material e imaterial. Pretende-se demonstrar que mesmo nas situações de pobreza o consumo resiste preservando suas dimensões objetiva e simbólica.

O quarto capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a execução de todo o processo de investigação.

Como etapa fundamental do estudo, realizou-se pesquisa de campo visando a obtenção de dados e informações empíricas sobre o padrão de consumo dos pobres, com enfoque na presença da dimensão simbólica da prática do consumo no âmbito da pobreza. O universo da pesquisa é a Comunidade Paz e Bem, localizada na periferia da cidade de Guarapuava-PR. Escolheu-se essa comunidade, principalmente, devido ao baixo nível de renda das famílias que a compõem e à facilidade de acesso para a equipe de pesquisadores.

No quinto capítulo do trabalho os referidos dados são apresentados e analisados à luz dos estudos teóricos de Jean BAUDRILLAR e Pierre BOURDIEU.

A opção teórica por BAUDRILLARD, faz-se, em primeiro lugar, porque esse autor é reconhecidamente um importante estudioso da categoria consumo. Além disso, sua linha interpretativa não deixa de levar em conta as contradições inerentes à atividade de consumo, sempre vinculando tais contradições à esfera da produção material, o que o aproxima da visão marxiana de sociedade.

A importância de BOURDIEU para o presente estudo situa-se, fundamentalmente, na sua forma peculiar de tratar a questão da **mediação entre agente social e sociedade**, pois o autor não opõe o subjetivismo ao objetivismo; ao contrário, propõe uma abordagem epistemológica que articula o **ator social** e a **estrutura social**, à qual chama de **conhecimento praxiológico** (ORTIZ, 1983). Verifica-se em BOURDIEU (1983) a busca pela superação do objetivismo, pois considera a ação como portadora de significações e não como mera execução. Neste aspecto aproxima-se da fenomenologia. Ao mesmo tempo, a praxiologia não se iguala à fenomenologia pois leva em consideração a presença das relações de poder (desigualdade) no seio das interações. Assim, a teoria sociológica de BOURDIEU pretende superar (os limites) e ao mesmo tempo conservar o objetivismo buscando “encontrar a mediação entre agente social e sociedade” (ORTIZ, 1983, p. 14).

BOURDIEU (1983) trata os temas do gosto e do estilo de vida, entendendo-os como princípios distintivos de classificação social e tendo sempre em vista o vínculo de tais categorias com as condições materiais e objetivas de existência, o que efetivamente o aproxima da visão marxista, sem anular a dimensão da

subjetividade do indivíduo. Daí sua importância na construção e análise do objeto do presente estudo.

Finalmente, no sexto capítulo, são retomadas algumas questões fundamentais do processo de investigação e são apresentadas as conclusões da pesquisa.

1 POBREZA: FENÔMENO INTRÍNSECO À SOCIEDADE CAPITALISTA

A pobreza é um fenômeno persistente ao longo da história do modo de produção capitalista, e assume diferentes conformações aparentes condicionadas por múltiplos fatores que fincam suas raízes nas características próprias desse sistema social. Em outros termos, a pobreza é um fenômeno intrínseco à sociedade capitalista, um resultado do processo de acumulação e tem origem na dinâmica própria da ordem do capital, mais especificamente, nas suas contradições internas.

A produção da pobreza está intimamente ligada ao processo de **produção e acumulação do capital**, não estando, portanto, associada a desvios morais ou a supostos defeitos de caráter. Norberto ALAYÓN (1992, p. 112), assistente social latino-americano estudioso do tema, salienta: “Os fenômenos de pobreza não derivam de causas naturais (como, por exemplo, certas catástrofes climatológicas), nem de designios divinos, nem da responsabilidade individual dos próprios carenciados. Têm uma origem social ligada às características que predominam no funcionamento da sociedade”.

A tendência, presente nas análises positivistas, de situar no indivíduo as determinações dos problemas sociais é duramente combatida por José PAULO NETTO (1992)¹. Para este autor, **psicologizar a “questão social”**² é esvaziá-la de seu conteúdo político, econômico e social, o que certamente contribui para a construção de interpretações parciais da realidade social.³

¹ “...a teoria [positivismo] abre o caminho para converter a persistência dos problemas sociais em 'disfunções' contradas na maior ou menor adequação dos indivíduos em desempenhar os seus 'papéis'. E daí a possibilidade objetiva que escapava ao antiindividualismo dos codificadores da tradição conservadora 'clássica', mas que estava dada na psicologização do social: se a moralização preside a concepção geral do processo social, na apreciação dos seus nós e estrangulamentos, o que entra em cena é a colisão com as normas da coesão social — os 'desviantes' sofrem não só com um estigma moral: devem ser 'reintegrados'. O 'tratamento' dos afetados pelas refrações da 'questão social' como individualidades sociopáticas funda instituições específicas — o que ocorre é a conversão dos problemas sociais em *patologias sociais*” (PAULO NETTO, 1992, p. 47 - grifos do autor).

² Neste estudo, adota-se a seguinte definição de “questão social”: “Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21).

³ Neste caso, a **abordagem psicológica** inclui-se perfeitamente naquilo que FOUREZ (1995) denomina “discurso ideológico de segundo grau”. O autor utiliza essa expressão para referir-se àqueles discursos que têm por objetivo mascarar a realidade, buscando oferecer respostas “objetivas” e “neutras” aos problemas, tendo, portanto, caráter manipulador.

1.1 CONTRADIÇÕES INTERNAS DO SISTEMA CAPITALISTA

A Comunidade Paz e Bem, como foi apontado na introdução, é o universo da pesquisa de campo que forneceu os dados empíricos ao presente estudo. Esta comunidade, por estar inserida num contexto capitalista, evidentemente é afetada por todas as contradições e seqüelas inerentes a esse sistema social. Desta forma, as características socioeconômicas evidenciadas na referida comunidade e que permitem reconhecê-la como extremamente pobre, fincam suas raízes nas contradições do capitalismo, daí, então, iniciar as reflexões sobre tal problemática.

Na busca por compreender o fenômeno pobreza inserido no contexto global da sociedade capitalista optou-se por resgatar as **contradições internas** desse sistema. Para tanto, faz-se necessário o recurso aos estudos de MARX (1988) que, na obra **O capital**, analisa os mecanismos da acumulação capitalista.

Nesta subseção tratar-se-á apenas de expor a análise marxiana⁴; posteriormente, quando necessário, os conceitos aqui apresentados serão retomados e, inclusive, trazidos para a realidade contemporânea.

Para MARX (1988a), o capital se divide em duas partes: capital constante e capital variável. O capital constante é a parte que destina-se à compra dos meios de produção (máquinas e matérias-primas). O capital variável é a parte do capital que destina-se à compra de força de trabalho. No processo de produção ocorre uma transferência do valor dos meios de produção para o produto final, mas aí não há criação de valor: “A parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante” (MARX, 1988a, p. 163).

O autor subdivide o capital constante em capital fixo e capital circulante. O primeiro é a parte que compra “... os meios de trabalho propriamente ditos. Um instrumento, uma máquina, um edifício de fábrica, um recipiente, etc. ...” (MARX, 1988a, p. 159). Assim, o capital fixo compra aqueles meios de produção “... que

⁴ Neste estudo, utiliza-se o termo “*marxiano*”, para referir-se ao conjunto da obra produzida pessoalmente por Karl MARX, e o termo “*marxista*”, para a longa e heterogênea tradição teórica derivada dos estudos de MARX.

prestam serviço no processo de trabalho apenas enquanto conservam sua figura originária, entrando amanhã no processo de trabalho com a mesma forma com que entraram ontem” (MARX, 1988a, p. 159). Já o capital circulante compra meios de produção que se transformam, que mudam sua forma ao transferir valor ao produto — as matérias-primas.

Com o capital variável (que compra forças de trabalho), a situação é diferenciada. Essa parte do capital “muda seu valor no processo de produção” (MARX, 1988a, p. 163), porque a força de trabalho, “... cada momento do seu movimento cria valor adicional, novo valor” (MARX, 1988a, p. 162). Nas palavras do autor:

A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável (MARX, 1988a, p. 163).

Partindo destes conceitos, o autor define a composição do capital, bem como as modificações que ela sofre no transcurso do processo de acumulação, tratando ainda da influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora.

Para MARX, a composição do capital deve ser compreendida em dois sentidos ou duas perspectivas:

A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego. Chamo a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica (MARX, 1988b, p. 178).

Para o presente estudo, importa atentar para o fenômeno da mudança da composição orgânica do capital, pois esta traz repercussões para os destinos da classe trabalhadora, e está diretamente ligada ao crescimento do capital, ou seja, à acumulação do capital.

A própria reprodução da classe trabalhadora encontra-se estreitamente vinculada ao movimento de acumulação de capital. Em determinadas circunstâncias nas quais o sistema expande-se é comum verificar-se que “... as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam (MARX, 1988b, p. 179). Contudo, a própria acumulação encarrega-se de modificar essa relação em favor dos interesses de valorização do capital:

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados de outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho(...) constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 1988b, p. 179).

Desta forma, é o próprio mecanismo do processo de acumulação que, ao mesmo tempo que multiplica o capital, multiplica a massa dos trabalhadores assalariados, perpetuando a relação de dependência entre ambos. Ou seja, o aumento salarial significa uma redução da quantidade ou parcela de trabalho não pago prestado pelo trabalhador. Contudo, essa redução não pode atingir níveis que ameacem os objetivos do sistema. A elevação salarial pode continuar na medida em que não perturba o progresso da acumulação. Esta situação modifica-se diante de um quadro de queda de lucro. Neste caso, a alternativa adotada é o afrouxamento do próprio processo de acumulação, ou seja, “... uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação se desacelera e o movimento ascendente do salário sofre um contragolpe” (MARX, 1988b, p. 184). O processo de acumulação, com esta medida, passa a demandar menos trabalho. Assim, o preço deste trabalho, devido à

redução de sua procura, decresce, ou simplesmente, para de crescer na velocidade anterior. Nas palavras de MARX (1988b):

... a acumulação afrouxa devido ao preço crescente do trabalho, pois o aguilhão do lucro embota. A acumulação decresce. Mas, com seu decréscimo desaparece a causa de seu decréscimo, ou seja, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina, portanto, os empecilhos que ele temporariamente cria. O preço do trabalho cai novamente para um nível correspondente às necessidades de valorização do capital... (MARX, 1988b, p. 183).

O crescimento do capital é obtido por meio da produção de mercadorias que contém mais trabalho ou mais valor do que elas próprias custaram ao capitalista. Ou seja, as mercadorias devem conter uma parcela de valor que nada custa ao capitalista e que, mesmo assim, essa parcela de valor é realizada no ato da venda. Essa parcela de valor que nada custa ao capitalista é trabalho não-pago, ou mais-valia.

MARX (1988), identifica no sistema uma tendência acelerada de acumulação de capital condicionada pelo desenvolvimento da produtividade. Para o autor,

...o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto. A massa dos meios de produção com que ele funciona cresce com a produtividade de seu trabalho. (...) o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho (MARX, 1988b, p. 185).

Desta forma, verifica-se a redução da massa de trabalho em relação à massa de meios de produção que esse trabalho movimentava. O autor refere-se a esse fenômeno como a “lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável” (MARX, 1988b, p. 185). Isso representa não só uma mudança na composição técnica do capital, pois também irá refletir-se na composição-valor do capital: “Essa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da

componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável” (MARX, 1988b, p. 185).

A acumulação do capital está na base do processo de renovação que conduz à mudança da composição orgânica do capital. A acumulação é um fenômeno idêntico à concentração de capital e difere da centralização. Esta última possui características mais agressivas no tocante ao impulso que dá ao movimento de mudança da composição do capital.

A tendência à centralização do capital é uma característica inerente ao sistema, não afeta apenas a classe trabalhadora e as camadas médias, que passam progressivamente por um processo de proletarização; afeta também setores da própria burguesia.

... se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais.

Essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou a repulsão recíproca entre suas frações é oposta por sua atração. Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores.(...) É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração (MARX, 1988b, p. 187).

O fenômeno da centralização, ou seja, a atração de capital por capital, ocorre devido à concorrência cada vez mais acirrada entre os capitalistas individuais. A concorrência se dá e é conduzida por meio do barateamento das mercadorias. Esse barateamento depende da produtividade. Esta, por sua vez, depende da escala da produção. Ou seja, a centralização é possível, porque os capitais maiores, por produzirem em maior escala, conseguem maior produtividade do trabalho, o que torna suas mercadorias mais baratas, permitindo-lhes vencer a luta da concorrência, derrotando os capitais menores.

No presente estudo, o que interessa é destacar o efeito da centralização sobre a composição do capital e, conseqüentemente, sobre os destinos da classe trabalhadora, pois entende-se que a centralização do capital é uma das causas mais importantes da pobreza. Segundo MARX (1988b), a centralização ao mesmo tempo

que acelera e reforça os efeitos da acumulação, amplia também as modificações na composição técnica do capital, aumentando sua parte constante e reduzindo sua parte variável, assim, reduz-se a demanda relativa de trabalho. Esse é um movimento de renovação do capital, de modernização que permite cada vez mais que uma quantidade menor de trabalho ponha em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas. Esse mecanismo interno ao sistema capitalista, caracterizado pelo aumento da composição orgânica do capital, gera uma população trabalhadora supérflua diante das necessidades do capital:

Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (MARX, 1988b, p. 190).

É notória a dificuldade que a classe trabalhadora empregada enfrenta para obter os meios de subsistência indispensáveis à sua reprodução. Contudo, levando em consideração a relação de dependência mútua que existe entre as classes sociais⁵, pode-se afirmar que a parcela da classe trabalhadora não absorvida pelo processo produtivo, chamada por MARX (1988b) de “superpopulação relativa” ou “exército industrial de reserva”⁶, encontrará muito mais dificuldades para obter os meios de subsistência necessários à sua própria reprodução. Esta é, portanto, uma contradição inerente ao sistema capitalista, pois o capital, ao mesmo tempo que depende do trabalho assalariado, produz continuamente uma parcela excedente de trabalhadores, que por ser excedente (por não estar trocando sua força de trabalho por meios de subsistência), passa a ter sua sobrevivência ameaçada ou cada vez mais incerta. Tal insegurança, evidentemente, atinge o conjunto da classe

⁵ É vasta a bibliografia que aborda o assunto, mas para uma aproximação do conceito de classes sociais vale recorrer a STAVENHAGEN (1974) e MILIBAND (1999).

⁶ Uma análise interessante sobre a validade e atualidade da categoria *exército industrial de reserva* encontra-se em José MENELEU NETO (1998) no artigo intitulado “Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva”.

trabalhadora, porém, a parcela excedente encontra-se, nesse sentido, em situação mais frágil.

O sistema capitalista, contraditoriamente, precisa da existência da superpopulação relativa, pois esta regula a lei da oferta e da procura de mão-de-obra, permitindo que os salários sejam mantidos em níveis aceitáveis, do ponto de vista da obtenção de lucros. Isto é, níveis não tão elevados que venham causar a queda dos lucros. “Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva...” (MARX, 1988b, p. 195). Verifica-se, desta forma, que a superpopulação relativa é, ao mesmo tempo, resultado e alavanca do processo de acumulação:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (MARX, 1988b, p. 191).

Atualmente, discute-se a validade desta tese marxiana⁷, pois tornou-se consensual para uma parcela significativa de estudiosos que a pobreza e a desigualdade personificadas em contingentes de trabalhadores não qualificados, cuja mão-de-obra é barata, não são mais funcionais. Afirma-se, ainda, que esse contingente não é produto necessário do desenvolvimento capitalista. Contudo, a veracidade destas análises somente pode ser comprovada com o próprio andamento da realidade, na prática. Até o presente, o que a prática tem evidenciado é a existência objetiva de uma parcela da classe trabalhadora excluída, em todos os níveis, da participação nos benefícios e serviços inerentes à sociedade capitalista. Não está-se afirmando a impossibilidade total da eliminação da pobreza dentro dos

⁷ A partir do trânsito da era concorrencial do capitalismo para a era monopolista, diversas teses marxianas passaram a ser questionadas e criticadas, por vários segmentos intelectuais vinculados às mais diferentes correntes de pensamento, inclusive no interior da própria tradição marxista. Esses questionamentos e críticas são extremamente positivos e muito contribuíram para a atualização e revisão do próprio marxismo ao longo do século XX. Duas obras de Perry ANDERSON abordam o tema do revisionismo da teoria marxiana de forma introdutória: *Considerações sobre o marxismo ocidental* (1989) e *A crise da crise do marxismo* (1987).

marcos do sistema capitalista. Contudo, somente o movimento da história pode confirmar a viabilidade disto.

Uma outra contradição também inerente ao sistema capitalista é a tendência às crises cíclicas comerciais. Segundo MARX e ENGELS (1990), são crises de superprodução decorrentes do **conflito entre forças produtivas e relações de produção**. Ou seja, há um conflito entre a tendência progressiva de crescimento e as relações de propriedade cada vez mais restritivas e concentradoras de riqueza e de renda. Tal tendência concentracionista funciona como entrave ao desenvolvimento das forças produtivas. Essas crises cíclicas do sistema determinam períodos de recessão, períodos de queda da taxa média de lucro (relação entre capital empregado e mais-valia realizada pelo consumo), onde todos os segmentos societários perdem, contudo, os mais prejudicados são aqueles que pertencem às camadas mais inferiores de renda. Nas palavras dos autores:

As relações burguesas de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que liberou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais que pôs em movimento com suas palavras mágicas. Há dezenas de anos a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção e de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais, que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos já fabricados, como também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. Uma epidemia que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. (...) As forças produtivas de que dispõe [a sociedade] não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para essas condições, que passaram a entravá-las... (MARX e ENGELS, 1990, p. 81-82).

Evidentemente, este texto fala de crises que afetavam a economia na fase concorrencial do capitalismo (século XIX), pois foi nesta fase que os autores viveram e elaboraram suas análises. Atualmente, sabe-se que o sistema atingiu maior grau de maturidade, mostrando-se mais capaz de enfrentar as crises gestadas no seu interior. Contudo, as crises não cessaram, tampouco a natureza e/ou essência delas foi alterada (BEHRING, 1998). Verifica-se uma alteração significativa nas estratégias de reação adotadas pelo sistema diante das crises ao longo de toda a era

monopolista, demonstrando a capacidade do capitalismo em renovar-se e refuncionalizar-se.

Ernest MANDEL (1982), em suas análises sobre as características do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, sistematizadas na obra **O capitalismo tardio**, concluída em 1972, salienta que o sistema capitalista e seu desenvolvimento possuem como característica imanente a marca do desequilíbrio e do conflito entre forças produtivas e relações de produção. Ele afirma que os desequilíbrios existentes na fase concorrencial do capitalismo persistem na era monopólica, especialmente na fase chamada “tardia”, a qual ele exaustivamente se dedica a estudar na referida obra. O autor comenta:

Na realidade Marx não pretendeu, de modo algum, que seus esquemas de reprodução justificassem afirmações quanto à pretensa possibilidade da ‘produção sem perturbações’ sob o capitalismo; ao contrário, ele estava profundamente convencido da inerente suscetibilidade do capitalismo a crises. Ele absolutamente não atribuiu essa suscetibilidade apenas à anarquia da produção, mas também à discrepância entre o desenvolvimento das forças de produção e o desenvolvimento do consumo de massa, defasagem que ele acreditava ser parte integrante da própria natureza do capitalismo (MANDEL, 1982, p. 18).

Elaine Rosseti BEHRING (1993), ao buscar compreender as políticas sociais do Estado burguês no interior da dinâmica do desenvolvimento capitalista da segunda metade do século XX, atenta para as crises cíclicas que se fazem presentes ao longo da história do capitalismo. Seus argumentos resgatam importantes conceitos e categorias que sintetizam boa parte das discussões até aqui apresentadas:

O descompasso entre produção e realização da mais-valia promove os ciclos longos de estagnação e expansão do capital. Dentro de um ciclo sucedem alguns momentos: após uma fase de expansão e crescimento, dá-se a superacumulação – uma linha divisória onde a taxa de lucros começa a decair pela dificuldade de realização da mais-valia; segue, então, a crise e a depressão.

Na base de cada ciclo de reprodução ampliada do capital, pode-se encontrar a renovação do capital fixo, isto é, o incremento tecnológico. Dessa forma, ganha visibilidade uma tendência de desenvolvimento do capitalismo: o aumento permanente da composição orgânica do capital (BEHRING, 1998, p. 116-117).

1.2 A ERA MONOPOLISTA — O ACIRRAMENTO DAS CONTRADIÇÕES

Ernest MANDEL (1982), distingue duas grandes fases do desenvolvimento capitalista, a concorrencial e a monopolista, esta também conhecida como fase imperialista. A partir do último quartel do século XIX o capitalismo sofre profundas modificações, que culminaram na superação da sua era concorrencial e na instauração e consolidação da chamada era monopolista, cujas subfases são a “clássica” (situada entre 1890 e 1940/45) e a do “capitalismo tardio”. A subfase atual é esta designada “**capitalismo tardio**” e se inicia precisamente com a terceira revolução tecnológica, em 1940/45.

As contradições fundamentais existentes na fase concorrencial do capitalismo, e sumariamente destacadas no item precedente, são **intensificadas e/ou agravadas** na fase monopolista. Desta forma, as modificações sofridas pelo sistema capitalista não invalidam as análises marxianas, ao contrário, elas contribuem para confirmá-las:

...o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana. Repondo estes caracteres em nível econômico-social e histórico-político distinto, porém, a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que **potencia as contradições fundamentais do capitalismo** já explicitadas no estágio concorrencial e **as combina com novas contradições e antagonismos**, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona (PAULO NETTO, 1992, p. 15-16 – grifos meus).

Conforme a citação deixa claro, a fase monopolista do capitalismo agrava as contradições fundamentais do sistema e, ainda, recoloca novas contradições. Assim, nesta nova etapa, na qual a ordem burguesa atinge a sua maturidade histórica, são reafirmadas as suas tendências e regularidades gerais de desenvolvimento.

1.2.1 A subfase clássica do capitalismo monopolista — um breve panorama

A **subfase clássica do capitalismo monopolista** traz para a dinâmica da economia algumas características e/ou fenômenos que, por sua importância, no interior de tal dinâmica, bem como por sua importância para o presente estudo, devem ser sumariados: (1) tendência progressiva ao **crescimento dos preços** das mercadorias e serviços produzidos pelos monopólios; (2) tendência de **elevação das taxas de lucro nos setores monopolizados**, tornando a concorrência mais desigual; (3) efetivo **aumento da taxa de acumulação** (devido à centralização propiciada pelo monopólio), o que acentua a tendência da **queda da taxa média de lucro** e a tendência ao subconsumo; (4) tendência progressiva a **poupar trabalho vivo**, devido à introdução de inovações tecnológicas; (5) **intervenção** sistemática e contínua do **Estado** na dinâmica econômica (PAULO NETTO, 1992).

Considerando os itens acima sumariados, primeiramente percebe-se que há uma complexificação das características gerais e das tendências de desequilíbrio inerentes à ordem capitalista, o que vai conduzir ao agravamento da chamada “questão social”, expresso pelo **acirramento das lutas de classes** e pela **intensificação das crises econômicas** (PAULO NETTO, 1992).

Observa-se também que a fase monopolista possui como uma de suas características centrais o **aumento da taxa de acumulação, o que conduz a um crescimento da concentração e da centralização do capital**. Elaine Rossetti BEHRING (1998), baseando-se nos estudos de Paul BOCCARA⁸, afirma que a era monopolista caracteriza-se “...por uma intensificação sem precedentes da concentração do capital...” (BEHRING, 1998, p. 32). Essa concentração e centralização de capital também se expressa no fenômeno — já sinalizado por MARX e ENGELS (1990) — da proletarização progressiva das camadas médias. Tal fenômeno, foi acentuado na fase monopolista, e expressa “...o aumento da massa de trabalhadores assalariados, com a proletarização de profissões antes

⁸ BOCCARA, Paul et al. *Études sur le Capitalisme Monopoliste D'État: sa Crise et son Issue*. Paris, Editions Sociales, 1971.

independentes, o que significa que o número de possuidores dos meios de produção tende a diminuir” (BEHRING, 1998, p. 33).

Segundo PAULO NETTO (1992) a finalidade central da organização monopólica é o acréscimo dos lucros capitalistas. Este objetivo é obtido através do controle dos mercados: “A característica específica das formas de organização [monopólica] é que estão deliberadamente destinadas a aumentar os lucros por meio do controle monopolista dos mercados” (SWEEZY⁹ *apud* PAULO NETTO, 1992, p. 16).

Apesar da organização monopólica ter como seu principal objetivo a garantia dos lucros capitalistas, considerando aquele rol de fenômenos listados, vê-se que permanece presente no sistema a tendência de queda das taxas de lucro, devido às periódicas e persistentes crises comerciais de superprodução. Diante disso, isto é, diante dessa dificuldade em manter os lucros favoráveis à dinâmica da acumulação, constata-se mais uma vez a reafirmação daquelas contradições e desequilíbrios sinalizados no presente estudo.

Ainda reportando àquela relação de fenômenos, pode-se verificar que o **desemprego** é uma forte marca da era monopolista: “O monopólio faz aumentar a taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva” (SWEEZY¹⁰ *apud* PAULO NETTO, 1992, p.17). Segundo BEHRING (1998), o desemprego e a tendência de queda da taxa média de lucro são dois fenômenos estritamente vinculados.

A substituição de trabalho vivo por trabalho morto, ou seja, a elevação da composição orgânica do capital, é um processo que está na gênese da queda da taxa média de lucros: a produção de mais mercadorias é paradoxal, se se considera a restrição relativa do consumo dos trabalhadores. Mesmo no capitalismo dos monopólios, a concorrência é ineliminável. Ela se manifesta em investimentos na produtividade pelos capitalistas individuais. No entanto, em dado momento, o progresso técnico se generaliza, fazendo desaparecer o superlucro imediato dos primeiros investimentos. Some-se a isto o agravamento da produção de excedentes de capital (nos meios de consumo e de produção), e se instala a crise de sobreprodução e a sobre-acumulação (BEHRING, 1998, p. 35).

⁹ SWEEZY, P. M. *Teoría del desarrollo capitalista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1977. p. 289.

¹⁰ *Ibid.*, p. 304.

Assim, a marcha da acumulação é mais intensa e rápida do que o movimento de realização da mais-valia no momento da circulação. Ou, em outros termos, a marcha da acumulação é mais intensa do que as capacidades de consumo geradas pelo próprio sistema. Segundo BEHRING (1998), esse é um problema crônico e generalizado no capitalismo e, diante das dificuldades de realização da mais-valia, as estratégias adotadas na era monopólica, como forma de contrapor a lei geral da acumulação capitalista, apontam para duas direções básicas: a concentração de capitais (com o propósito de diminuir a quantidade de capitais que aspiram ao lucro) e a intervenção do Estado.

Registra-se a partir da era monopólica a **presença sistemática do Estado** no conjunto da vida social, principalmente a partir da crise mundial de 1929. Tal alargamento das funções do Estado deve-se, basicamente, ao agravamento da chamada “questão social”. Esse agravamento, como foi sinalizado, expressa-se fundamentalmente na crise geral do capitalismo e no acirramento da luta de classes. Há ainda uma face muito dura do referido agravamento da “questão social”, que diz respeito diretamente ao objeto do presente estudo: a intensificação dos níveis de pobreza (PAULO NETTO, 1992; BEHRING, 1998).

Segundo PAULO NETTO (1992), o Estado sempre cumpriu um papel importante para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista, de modo que o seu caráter intervencionista a serviço dos propósitos burgueses apresenta-se muito precocemente, desde a época do chamado absolutismo. Contudo, a atuação estatal na fase de acumulação primitiva e na era concorrencial limitava-se a guardar as condições **externas** da produção capitalista, mantendo a ordem e garantindo a propriedade privada dos meios de produção burgueses. Tal intervenção pode ser caracterizada como eventual e branda, se comparada à atuação estatal e à importância que este aparelho incorporou no interior da dinâmica socioeconômica na fase imperialista: “Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática” (PAULO NETTO, 1992, p. 21 – grifos do autor).

No capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado caminham lado a lado com suas funções econômicas. O Estado, como poder político e econômico, passou a desempenhar uma série de funções (diretas e indiretas), sempre direcionado para a garantia dos superlucros dos monopólios (PAULO NETTO, 1992). Dentre as funções econômicas **diretas** destaca-se a inserção do Estado como empresário naqueles setores da produção considerados não rentáveis como, por exemplo, produção de matérias-primas fundamentais e energia. Neste caso, o Estado assume os altos custos desses investimentos e fornece aos monopólios os produtos a baixo custo. Outro exemplo de intervenção direta, é quando o Estado assume o controle de empresas privadas em crise ou em vias de falência. Nestas situações, o que freqüentemente ocorre é a reprivatização da empresa quando superadas as dificuldades, numa clara demonstração de socialização ou distribuição de prejuízos entre os setores público e privado.

Dentre as funções **indiretas** pode-se destacar a prática da compra ou encomenda por parte de Estado de excedentes de produção (o que garante aos monopólios a possibilidade de valorização de capitais excedentes). Outras funções igualmente merecem destaque, tais como, “...os investimentos públicos em meios de transporte e infra-estrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa” (PAULO NETTO, 1992, p. 21-22).

O Estado também exerce papel importante na coordenação da economia capitalista em nível macroscópico, no qual mesclam-se funções diretas e indiretas. Neste sentido, o Estado fornece a direção do desenvolvimento econômico através de planos e projetos. O planejamento é direcionado para favorecer e orientar a acumulação de capital, de modo que “... o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise” (PAULO NETTO, 1992, p. 22). Isso explica a tendência de subordinação progressiva dos poderes legislativo e judiciário ao executivo. Ou seja, há o fortalecimento do poder executivo, da instância decisória do Estado, na era monopólica, como deixa claro a citação seguinte:

Está claro, assim, que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista — ele é o *seu* Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado (agora contínua, em comparação com o estágio concorrencial), mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas. Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista — opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista (PAULO NETTO, 1992, p. 22).

Apenas a título de ilustração, o papel deste Estado, capturado pelos interesses do capital monopolista, pode ser compreendido com mais clareza a partir da análise de Octávio IANNI (1981), no livro **Ditadura do grande capital**. O autor traça um panorama da ditadura militar iniciada em 1964 no Brasil, buscando compreender a intervenção estatal como subordinada aos interesses econômicos do grande capital monopolista internacional e nacional. Além disso confere destaque e atenção especial para a função do planejamento estatal: “A ditadura militar adotou o planejamento como técnica e retórica de governo. Tratava-se de fortalecer o aparelho estatal de modo a favorecer, orientar e dinamizar a acumulação privada do capital” (IANNI, 1981, p. 5). Ressalta ainda, que o planejamento econômico estatal, em certos casos, pode funcionar como uma força produtiva complementar, favorecedora dos interesses do capital monopolista¹¹.

Na passagem do século XIX para o século XX, como já foi apontado, ocorre o aprofundamento das contradições inerentes ao sistema capitalista. Uma **conjuntura de crise** marca a transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo dos monopólios. Esta conjuntura, mesmo que expressando seus efeitos e conseqüências de forma diferenciada nos vários países, duas de suas resultantes merecem ser, aqui, ressaltadas, pois tornaram-se problemas mais ou menos gerais: em primeiro lugar, há uma redução significativa dos postos de trabalho, gerando desemprego massivo; em segundo, verifica-se o aviltamento do salário real, intensificando a fome e a miséria (PAULO NETTO, 1992).

¹¹ Evidentemente, o aparelho estatal, mesmo nos governos consensualmente reconhecidos como democráticos como é o caso, no Brasil, do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dificilmente escapa à lógica dos objetivos econômicos perseguidos pelo capital.

Marcando também esta transição, registra-se a intensificação das lutas de classes, ou seja, assiste-se ao amadurecimento do processo organizativo das lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores, o que se expressa, inclusive, através do aparecimento de partidos operários de massas (MARTINELLI, 1989). Aqui, deve-se atentar para dois fenômenos que têm suas origens no período concorrencial do capitalismo, e adquirem especial relevo na fase clássica do capitalismo monopolista. Primeiro, o proletariado como “classe para si”¹², como protagonista histórico-social consciente de seu papel, de sua identidade de classe. Segundo, “...a burguesia operando *estrategicamente como agente social conservador*” (PAULO NETTO, 1992, p. 50 – grifos do autor).

Destes dois fenômenos pode-se atingir a compreensão de um movimento bastante peculiar à ordem monopólica — a articulação das funções econômicas e políticas do Estado. Assim, de um lado, tem-se o proletariado organizado e consciente apresentando demandas econômicas, sociais e políticas oriundas do seu processo reivindicativo. De outro lado, está a burguesia e o Estado. Este, para poder atuar como “comitê executivo” dessa classe, ou seja, para poder voltar-se prioritariamente para os interesses da acumulação monopolista, deve necessariamente, legitimar-se politicamente, incorporando as reivindicações do outro protagonista sócio-histórico – a classe trabalhadora.

Sobre esta incorporação duas observações são necessárias neste ponto da presente discussão. **Primeiro**, a incorporação das reivindicações dos trabalhadores pelo Estado, não vulnerabiliza a ordem capitalista e não descaracteriza seus objetivos básicos de busca e maximização dos lucros. Ao contrário, este constitui

¹² Sobre as categorias “classe em si” e “classe para si”, consultar LUKÁCS (1989). A respeito do processo histórico que cooperou para a constituição do proletariado como *classe para si*, PAULO NETTO (1992) resumidamente comenta: “Em plano histórico-universal, as condições para a assunção do proletariado como classe para si se configuram com os embates de 1848. As amargas derrotas sofridas pela classe operária (e, de fato, pelo conjunto dos trabalhadores), a que se seguiu pelo menos uma década de refluxo do seu movimento em escala euro-continental, destruindo toda uma acervo de ilusões em relação quer às possibilidades da revolução segundo a tradição blanquista, quer aos arcos de aliança então viáveis – tais derrotas constituíram o material histórico a partir do qual, prática e politicamente, o proletariado começa a construir a sua *identidade* como protagonista histórico-social consciente. É nos anos sessenta que o refluxo mencionado se vê revertido – como o indica a fundação da *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Inicia-se então um largo processo, que só estará consolidado às vésperas da Primeira Guerra Mundial, pelo qual a classe operária urbana vai elaborar os seus dois principais instrumentos de intervenção sócio-política, o *sindicato* e o *partido proletário*” (PAULO NETTO, 1992, p. 51 – grifos do autor).

um componente de legitimação perfeitamente suportável pelo sistema e, até mesmo, necessário diante de determinados quadros históricos.

Segundo, no capitalismo monopolista, o Estado, ao buscar legitimar-se politicamente através do jogo democrático, é penetrado por demandas, reivindicações e interesses das classes subalternas. Tais demandas remetem-se à chamada “questão social”. Desta forma, a “questão social” ou, mais precisamente, o expressivo leque de problemas e seqüelas que a compõe, passa a ser objeto da ação contínua e sistemática do Estado. É neste ponto que a questão social passa a ser alvo de **políticas sociais** (PAULO NETTO, 1992).

José PAULO NETTO (1992) chama a atenção para um elemento novo da participação estatal na era monopolista, qual seja, o **financiamento contínuo da reprodução da força de trabalho** ocupada e excedente, que tem sua conservação e/ou sobrevivência física sempre ameaçada pela superexploração. Neste caso o Estado funciona também como um administrador, pois não se trata apenas de assegurar a reprodução da força de trabalho, ou seja, não é simplesmente um processo de socialização de custos entre o Estado e os monopólios. O processo é mais amplo do que isso, inclui também a regulação dos níveis de consumo da força de trabalho em patamares mínimos aceitáveis, bem como o controle da sua disponibilidade para a ocupação sazonal.

A forma específica através da qual o Estado burguês se enfrenta com a “questão social” é, precisamente, formulando e implementando políticas sociais. Estas políticas, ao mesmo tempo que representam, e são efetivamente, conquistas dos trabalhadores (pois decorrem de sua capacidade de mobilização e organização), são também parte da estratégia conservadora da burguesia, ao passo que o Estado trabalha as seqüelas da questão social buscando enfatizá-las como problemáticas particulares, inevitáveis e resultantes de desvios da ordem societária. Além disso, o Estado, desempenhando essas funções, mantém oculta a sua essência de classe.

Neste ponto, é necessário frisar que as políticas sociais resultam de movimentos sócio-políticos extremamente complexos, que vão além das relações travadas entre Estado e grupos sociais que exercem pressão, pois nem o Estado, nem a classe trabalhadora, nem mesmo a burguesia são, em si mesmos, blocos

unitários. Atentando para o risco desse simplismo, PAULO NETTO (1992) coerentemente observa: “A diferenciação no seio da burguesia, os cortes no conjunto dos trabalhadores e as próprias fissuras no aparelho do Estado (...), tornam a formulação das políticas sociais processos que estão muito distanciados de uma pura conexão causal entre os seus protagonistas, os seus interesses e as suas estratégias” (PAULO NETTO, 1992, p. 29). Do mesmo modo, a implementação das políticas sociais constitui uma etapa carregada de tensões, e sofre influência direta da correlação de forças políticas presentes na sociedade.

Finalmente, reforçando as breves considerações e aspectos tratados panoramicamente no presente item, cabe ressaltar que a tendência concentracionista (tanto de riqueza, quanto de renda) aliada à tendência progressiva de redução de postos de trabalho, são dois fatores inerentes ao sistema capitalista (e potenciados na sua era monopólica) que contribuem de maneira importante para o progressivo aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Segundo PAULO NETTO (1992), “...o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados” (PAULO NETTO, 1992, p. 20). Deste modo, a própria contradição fundamental da sociedade capitalista — produção socializada e apropriação privada — é intensificada na fase monopólica, pois o trabalho é fruto de um esforço cada vez mais coletivo e a apropriação de seus frutos tende a ser cada vez mais restrita. Diante disso, as transformações societárias verificadas a partir da instauração da era monopólica podem ser entendidas como mecanismos coerentes gerados no interior da própria dinâmica capitalista, direcionados à sua manutenção e legitimação sócio-política.

Nas sessões seguintes tratar-se-á de percorrer momentos importantes da história do século XX, na busca de identificar e traçar alguns nexos existentes entre o desenvolvimento capitalista e a produção da pobreza.

1.2.2 A crise econômica entre as guerras

Nos últimos anos do século XIX, a economia capitalista mundial, após quase trinta anos de crise e incertezas, entrou em uma fase de expansão. Essa recuperação pouco durou, pois “a Primeira Guerra Mundial foi seguida por um tipo de colapso verdadeiramente mundial” (HOBSBAWM, 1996, p. 91). Entre as duas grandes guerras mundiais a economia capitalista viveu uma severa fase de estagnação.

Os ciclos comerciais de expansão e estagnação, ou seja, as flutuações no ritmo do crescimento econômico são parte integrante da economia capitalista desde os seus tempos iniciais. Esses ciclos, de fato, eram esperados pelos homens de negócios do século XIX a cada período de sete a onze anos. Contudo, ao final do mesmo século, percebeu-se que tais variações estavam ocorrendo em intervalos de tempo mais extensos, aproximadamente vinte a vinte e cinco anos. Assim, de 1850 aos primeiros anos da década de 1870 verificou-se uma fase de expansão da economia capitalista. Esta fase foi seguida por quase trinta anos de dificuldades. Na década final do século XIX, a economia entrou em uma fase de recuperação e progresso, interrompida após a Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1996).

Neste ponto, três considerações fazem-se necessárias a respeito dos ciclos da economia capitalista. Em primeiro lugar, é bom frisar que há muitas controvérsias entre economistas, historiadores e estatísticos no que tange à forma de interpretação desses movimentos da economia capitalista. Em segundo, conforme defende Eric HOBSBAWM (1996), nenhum estudioso conseguiu até o presente fornecer uma explicação satisfatória sobre as ondas e ciclos (longos, médios e curtos) que afetam a economia. E, finalmente, o simples reconhecimento e ou aceitação da existência de tais ciclos, e a vinculação deles com desequilíbrios ou contradições internas do modo de produção capitalista, **não significa entendê-los como elementos capazes de pôr em risco a existência do sistema capitalista.** Mesmo porque, o movimento da história tem demonstrado que o sistema capitalista foi e é capaz de manter-se, mesmo enfrentando, de tempos em tempos, fases de dificuldades nas quais verifica-se a queda das taxas de crescimento. Este fato (por

pertencer ao passado) não há como ser contestado ou negado. Logo, não se pode estabelecer uma conexão direta entre a instabilidade inerente ao sistema e o suposto fim do capitalismo.

Veja-se a explicação de BEHRING (1998) sobre a dinâmica das crises do capitalismo, tendo em vista as considerações feitas acima, ou seja, tomando o cuidado para não perceber tal explicação como algo absoluto. A autora, ao buscar esclarecer as causas da crise de 1929, afirma que é necessário considerar sua relação com os ciclos longos de expansão e depressão. Nas suas palavras:

O período de *expansão* notabiliza-se pelo crescimento da composição orgânica do capital, pelo aumento da taxa de mais-valia (o que pressupõe o recuo do movimento operário) e pela possível baixa dos preços das matérias-primas. Esta situação cria seus próprios *obstáculos*. Com a redução do exército industrial de reserva, tende a se ampliar a resistência do movimento operário, baixando a taxa de mais-valia. Há, ainda, uma generalização da revolução tecnológica, que está na base de todo ciclo de expansão, diminuindo os superlucros extraídos do diferencial de produtividade do trabalho. Nesse contexto, *impõe-se a queda tendencial da taxa de lucros em relação ao conjunto do capital social*. A concorrência é acirrada, bem como a especulação. Há uma estagnação do emprego e da produtividade, o que gera uma forte capacidade ociosa na indústria. Assim, configura-se uma superabundância de capitais e uma escassez de lucros (BEHRING, 1998, p. 166 – grifos no original).

Nesta concepção, a crise é um momento de ápice dentro de uma fase de estagnação, e esta, por sua vez, seria gestada no interior da fase de expansão. Contudo, HOBSEBAWM (1996) defende que a economia capitalista, desde a Revolução Industrial, sempre esteve em **expansão contínua**, tanto do ponto de vista do progresso técnico, quanto do crescimento econômico. **Apesar da irregularidade do crescimento, a economia capitalista nunca estagnou totalmente, apenas ocorreram reduções no ritmo de seu crescimento.** Um outro aspecto que historicamente registra uma contínua expansão é o que HOBSEBAWM (1996) chama de “globalização”, ou seja, a capacidade do sistema capitalista de projetar-se mundialmente, através de uma divisão mundial do trabalho cada vez mais elaborada e complexa, por meio de intercâmbios que ligam a economia mundial em um sistema global. Porém, este foi um aspecto que sofreu uma forte estagnação no

período entreguerras, tanto em termos de comércio mundial, quanto em termos de fluxos de capital (empréstimos internacionais) e de migrações entre os países.

Essa redução da globalização, segundo HOBSEBAWM (1996), pode ser explicada, em parte, pela atitude dos Estados que passaram a adotar medidas para proteção de suas economias, diante dos riscos de uma economia mundial em colapso.

Uma outra explicação aponta especialmente para os EUA que, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, já eram considerados a maior economia do mundo. Após a guerra a sua posição de maior produtor industrial foi reforçada. Contudo, o que teria causado o colapso da economia e a redução drástica do comércio em escala mundial seria o desequilíbrio crescente na economia internacional, “devido à assimetria de desenvolvimento entre os EUA e o resto do mundo” (HOBSEBAWM, 1996, p. 103). Ou seja, o país havia-se tornado auto-suficiente, não dependendo significativamente de importações e exportações, pois seu mercado consumidor interno era bastante forte e o país produzia quase tudo que necessitava, exceto alguns poucos produtos primários (HOBSEBAWM, 1996).

O colapso da economia capitalista no período entreguerras também pode ser explicado pelo descompasso entre produção e consumo (demanda efetiva), ou seja, a “não-geração pela economia mundial, de demanda suficiente para uma expansão duradoura” (HOBSEBAWM, 1996, p. 104). Precisamente entre 1924 e 1929, a economia mundial passou por uma fase curta de recuperação e expansão, contudo, e apesar desse retorno do crescimento, os salários (sobretudo nos EUA, que já estavam com sua agricultura em depressão) não estavam subindo, e, sim, mantendo-se estagnados. Assim,

O que acontecia, como muitas vezes acontece nos *booms* de mercados livres, era que, com os salários ficando para trás, os lucros cresceram desproporcionalmente, e os prósperos obtiveram uma fatia maior do bolo nacional. Mas como a demanda da massa não podia acompanhar a produtividade em rápido crescimento do sistema industrial nos grandes dias de Henry Ford, o resultado foi superprodução e especulação (HOBSEBAWM, 1996, p.104).

Essa crise, não de escassez, mas de excesso, de superprodução, afetou mais severamente os EUA também porque este país, mais especificamente seus bancos,

já haviam sido atingidos pelo *boom* especulativo imobiliário. Antes de 1929 já havia ocorrido um forte movimento de expansão do crédito ao consumidor, o que, com a deflagração do colapso econômico, fez com que os bancos ficassem sobrecarregados de dívidas não saldadas.

Havia nisso mais um fator agravante para a economia. Os consumidores, em sua esmagadora maioria, recorriam aos financiamentos bancários visando principalmente à aquisição de moradias e à aquisição de bens supérfluos (da moderna sociedade de consumo). Ora, em uma situação de crise, essas aquisições são, exatamente, aquelas que podem ser adiadas. Desta forma, um dos efeitos da crise entre 1929 e 1931 foi a queda em 50% da produção de automóveis (HOBSBAWM, 1996). Caiu também, consideravelmente, o consumo dos bens supérfluos, que exigiam um nível de renda elevado e em expansão continuada.

Dois fatos são destacados por HOBSBAWM (1996) como indicativos de fraqueza na economia mundial no período entreguerras: **desemprego** massivo e **queda de preços dos produtos primários**, mostrando que a demanda destes não conseguia acompanhar a capacidade de produção, devido à crise na produção industrial¹³.

A queda dos preços dos produtos primários afetou diretamente os agricultores que exportavam sua produção. Neste contexto de crise, a única possibilidade para os camponeses do mundo dependente (África, asiáticos do sul e do leste e América Latina) foi o recuo para a produção de subsistência visando a sobrevivência.

Interessante notar o caso particular do Brasil nesta conjuntura. Apesar da queda brutal do preço do café (principal produto de exportação brasileira na época) e das tentativas frustradas de controle da situação por meio da destruição de

¹³ “A produção industrial americana caiu cerca de um terço entre 1929 e 1931, e a alemã mais ou menos o mesmo, mas essas são médias suavizadas. Dessa forma, nos EUA, a Westinghouse, grande empresa de eletricidade, perdeu dois terços de suas vendas entre 1929 e 1933, enquanto sua renda líquida caiu 75% em dois anos. Houve uma crise na produção básica, tanto de alimentos como de matérias-primas, porque os preços, não mais mantidos pela formação de estoques como antes, entraram em queda livre. O preço do chá e do trigo caiu dois terços, o da seda bruta três quartos. Isso deixou prostrados — para citar apenas os nomes relacionados pela Liga das Nações em 1931 — Argentina, Austrália, países balcânicos, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Egito, Equador, Finlândia, Hungria, Índia, Malásia britânica, México, Índias holandesas (atual Indonésia), Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, cujo comércio internacional dependia em peso de uns poucos produtos primários. Em suma, tornou a Depressão global, no sentido literal” (HOBSBAWM, 1996, p. 96).

produções inteiras, a Grande Depressão foi menos traumática para os brasileiros, do que a crise dos anos 1980:

O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor. (Entre dois terços e três quartos do café vendido no mundo vinham desse país.) Apesar disso, a Grande Depressão foi muito mais tolerável para os brasileiros ainda em sua grande maioria rurais que os cataclismos econômicos da década de 1980; sobretudo porque as expectativas das pessoas pobres quanto ao que podiam receber de uma economia ainda eram extremamente modestas (HOBSBAWM, 1996, p. 97).

A citação traz à tona a importância da influência do fator subjetivo no entendimento ou compreensão de questões econômicas. A pobreza rural diferenciava-se da pobreza urbana, não apenas no aspecto de renda e consumo, há diferenças importantes de ordem subjetiva, ou seja, as expectativas das pessoas (seus desejos e aspirações materiais) apresentavam-se mais diversificadas e complexas nos anos 1980 do que nos anos 1930. Esse elemento subjetivo, tornou a crise dos anos 1980 mais insuportável para os brasileiros pobres do que a terrível “Depressão do entreguerras”.

A respeito do desemprego (outro fator apontado como indicativo de fraqueza na economia), este afetou os trabalhadores assalariados de praticamente todo o mundo, em escala massiva¹⁴, contribuindo para a proliferação da pobreza e da fome. Somado a isso, nessa época da história, não havia uma estrutura eficaz de seguridade social que pudesse atender aos trabalhadores desempregados, principalmente aos de longo prazo. A Grande Depressão gerou muito sofrimento na vida cotidiana da população trabalhadora que viu-se desesperada diante da dura realidade do desemprego prolongado. Neste sentido, a citação, a seguir, é ilustrativa da época histórica da Grande Depressão nos países industrializados:

¹⁴ “...a consequência básica da Depressão foi o desemprego em escala inimaginável e sem precedentes, e por mais tempo do que qualquer um já experimentara. No pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego” (HOBSBAWM, 1996, p. 97).

As pessoas acostumadas às flutuações de emprego ou a passar temporadas cíclicas de desemprego ficaram desesperadas quando não surgiu emprego em parte alguma, depois que suas pequenas economias e seu crédito nas economias locais se exauriram. (...) A imagem predominante na época era a das filas de sopa, de “Marchas da Fome” saindo de comunidades industriais sem fumaça nas chaminés onde nenhum aço ou navio era feito e convergindo para as capitais das cidades, para denunciar aqueles que julgavam responsáveis (HOBSBAWM, 1996, p. 98).

Para os governos e para aqueles que tinham que tomar decisões diante da grave crise esta fase da história também foi particularmente difícil. Principalmente porque não havia uma solução construída, ou seja, não havia qualquer solução dentro do modelo liberal tradicional para o enfrentamento do desemprego massivo, da queda dos preços agrícolas e da crise da produção industrial.

Para enfrentar a crise, os países partiram para a adoção de estratégias de autoproteção de suas economias. Assim, “os Estados se viram erguendo barreiras cada vez mais altas para proteger seus mercados e moedas nacionais contra os furacões econômicos mundiais” (HOBSBAWM, 1996, p. 98-99). Os governos não se limitaram a proteger a agricultura contra a competição externa (barreiras tarifárias), tomaram medidas de apoio direto aos agricultores: subsídios à produção, compra de excedentes, e, até mesmo, o pagamento prévio para que os agricultores não produzissem.

Os esforços dos países de capitalismo avançado para enfrentar a crise também dirigiram-se aos trabalhadores. Isso se deu principalmente através da política do “pleno emprego”. Tal medida fora pioneiramente teorizada e defendida por KEYNES (1983). Após a Primeira Guerra Mundial, a política econômica dos países de capitalismo democrático teve como base a eliminação do desemprego em massa. A visão keynesiana que apontava as vantagens da eliminação do desemprego massivo tinha, obviamente, um foco econômico, pois o pleno emprego teria o poder de estimular as economias em recessão pela via do consumo, mas também possuía um foco político, pois reduziria as possibilidades de protestos organizados e agitações sociais (HOBSBAWM, 1996). A estrutura de previdência social ou sistema conhecido como “Estado de Bem-Estar Social” foi uma outra medida adotada pelos Estados a partir da Grande Depressão e em consequência dela.

Resumindo, quando o mundo ocidental defrontou-se com o caos no sistema capitalista — que atingiu a estrutura de crédito, paralisou a indústria e arruinou fazendeiros, gerou milhões de desempregados desenhando o paradoxo da pobreza em meio à abundância —, evidentemente estava criada uma base real e concreta para o questionamento do antigo modelo de desenvolvimento baseado no *laissez-faire*. Nesta linha argumentativa, cabe o seguinte comentário:

De qualquer modo, o que era uma “economia de livre mercado” em uma época em que a economia era cada vez mais dominada por imensas corporações que tornavam balela o termo “perfeita competição”, e economistas críticos de Karl Marx podiam observar como ele se mostrara correto, especialmente em sua previsão da crescente concentração de capital? Não era preciso ser marxista, nem mostrar interesse por Marx, para ver como era diferente da economia de livre competição do século XIX o capitalismo entreguerras (HOBSBAWM, 1996, p. 107).

Desta forma, a consequência de longo prazo da Grande Depressão foi a queda do liberalismo econômico (HOBSBAWM, 1996), que só reapareceu na década de 1980, como será visto mais adiante neste estudo.

1.2.3 Crise contemporânea, transformações societárias recentes e as consequências para o agravamento da pobreza

O evidente fracasso do liberalismo clássico do livre mercado fez com que após a Segunda Guerra Mundial se generalizasse como uma opção alternativa de governo “a direção e administração macroeconômicas da economia com base na renda nacional” (HOBSBAWM, 1996, p.111). Depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo capitalista viveu a chamada era de ouro, ou seja, uma fase de crescimento explosivo onde a indústria e a agricultura expandiram suas atividades:

A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. Como vimos, a produção agrícola mundial também disparou, embora não espetacularmente. E o fez não tanto (como muitas vezes no

passado) com o cultivo de novas terras, mas elevando sua produtividade. A produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950-2 e 1980-2 — e mais que duplicaram na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático (HOBSBAWM, 1996, p. 257).

O sucesso econômico dos países capitalistas no pós-guerra, expresso por essas cifras, é consequência de um processo de reestruturação e reforma do capitalismo e de um avanço expressivo na globalização e internacionalização da economia.

A reestruturação do capitalismo refere-se à adoção de uma política econômica baseada no planejamento e na presença marcante da figura do Estado, expressa pela política do pleno emprego e pelo chamado Estado de Bem-Estar Social, o que contribuiu para o **aumento da demanda**, dinamizando a economia.

...o compromisso político de governos com o pleno emprego e — em menor medida — com redução da desigualdade econômica, isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária, pela primeira vez proporcionou um mercado de consumo de massa para bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades. Quanto mais pobres as pessoas, maior a proporção da renda que têm de gastar em produtos essenciais, como comida (uma observação sensata conhecida como “Lei de Engels”). Na década de 1930, mesmo nos ricos EUA, cerca de um terço dos gastos domésticos ainda se destinava à comida, mas no início da década de 1980 esse índice era de apenas 13%. O resto ficava disponível para outras despesas. A Era de Ouro democratizou o mercado (HOBSBAWM, 1991, p. 264).

Observa-se, desta forma, que as políticas do *Welfare State* (nos países avançados) atuam como salário indireto, permitindo que uma parcela maior do salário direto seja utilizado para despesas não alimentares¹⁵. Isso, evidentemente, representa uma ampliação significativa da capacidade aquisitiva da população.

Por sua vez, o avanço no processo de globalização e internacionalização da economia **multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial**, através da complexificação da chamada divisão internacional do trabalho.

Apesar desta era de expansão e prosperidade ter sido considerada um fenômeno mundial, é bom ressaltar que tal fenômeno pertenceu muito mais aos

¹⁵ Segundo Aldaíza SPOSATI (1985), no Brasil (bem como nos países do Terceiro Mundo de forma geral), devido aos baixos salários e à ineficiência do Estado de Bem-Estar Social, as políticas sociais não funcionam como salário indireto, e sim como substitutivo de salário.

países capitalistas desenvolvidos. Ou seja, a riqueza não atingiu a maioria da população do mundo. Assim, **durante a chamada Era de Ouro a abundância conviveu com a pobreza e com a fome** (HOBSBAWM, 1996).

Além disso, essa fase de expansão apesar de intensa foi relativamente curta. Em meados dos anos 1970 uma nova onda de crise abate o sistema capitalista. A essência dessa crise estava justamente no velho **descompasso entre produção e realização da mais-valia** (BEHRING, 1998). Desta forma, a intervenção estatal anticíclica (modelo Keynesiano) não foi capaz de superar definitivamente esta contradição do sistema capitalista. Confirmando esse argumento, HOBSBAWM (1996) defende que o equilíbrio da Era de Ouro dependia do equilíbrio entre produção e consumo:

Economicamente, esse equilíbrio dependia de uma coordenação entre o crescimento da produção e os ganhos que mantinham os lucros estáveis. (...) Dependia do que estivera tão dramaticamente ausente no entreguerras, um equilíbrio entre o crescimento da produção e a capacidade dos consumidores de comprá-la. Os salários tinham de subir com rapidez suficiente para manter o mercado ativo, mas não para espremer os lucros (HOBSBAWM, 1996, p. 279).

O sistema mostrou-se incapaz de conter a crise de modo que, após essa fase de grande crescimento e expansão, o capitalismo mergulhou mais uma vez numa grave crise econômica. O ano de 1973, freqüentemente, é apontado como o marco inicial desta nova fase de dificuldades.

Tal crise exigiu medidas severas que, a partir dos anos 1980, transformaram a aparência do sistema capitalista mundial. Em outros termos, essa crise impôs uma nova disciplina e um novo ordenamento a duas instâncias fundamentais do sistema capitalista – o mercado (esferas da produção e da circulação) e o Estado. Esse novo ordenamento refere-se aos fenômenos conhecidos como **reestruturação produtiva, neoliberalismo e globalização**¹⁶. Estes são **estratégias do sistema para o enfrentamento da crise**; são mecanismos racionalizadores (BEHRING, 1998).

¹⁶ No presente trabalho esses fenômenos são apenas tangenciados.

Logo, este novo período de crise tem profunda relação com as transformações societárias operadas no mundo capitalista nas duas últimas décadas do século XX. Segundo BEHRING (1998), diante da crise contemporânea o sistema capitalista reagiu: “Como resposta à queda das taxas de lucro na década de [19]70, os anos [19]80 são marcados por uma ofensiva revolução tecnológica na produção (...), pela globalização da economia e pelo ajuste neoliberal” (BEHRING, 1998, p. 178).

Assim, nesta concepção, as transformações societárias recentes fazem parte da reação do sistema capitalista à longa onda recessiva que sucedeu a Era de Ouro. Para os objetivos do presente estudo, **interessa demarcar brevemente os pontos de ligação entre essas transformações e o agravamento das condições de vida e de trabalho da “classe-que-vive-do-trabalho”¹⁷.**

O mundo do trabalho passou pela chamada “reestruturação produtiva”, que consiste na crescente substituição do padrão de produção rígido fordista por um padrão flexível. Assim, o modelo rígido pautado na produção em massa para um consumo de massa, cede lugar ao padrão de produção flexível conhecido como toyotismo (ANTUNES, 1996). O padrão flexível penetra todos os setores da economia e mostra-se extremamente racional e eficiente para dinamizar o mundo do trabalho, reduzir custos de produção, reduzir riscos de superprodução, aumentar a taxa de extração de mais-valia e aumentar os lucros.

O modelo flexível baseia-se numa produção direcionada para a demanda efetiva do mercado e trabalha com estoque mínimo, ou seja, é “...um sistema que responde imediata e diretamente às demandas que são colocadas e que possui a flexibilidade para alterar o processo produtivo de modo que não se opere com grandes estoques, mas com estoque mínimo...” (ANTUNES, 1996, p. 79).

O modelo combina **descentralização produtiva com avanço tecnológico**. Logo, a produção flexível é descentralizada e exige flexibilidade também da força de trabalho, que passa a desempenhar uma multiplicidade de tarefas ao mesmo tempo e com a mesma remuneração, é a chamada **polivalência**. Assim, cada vez mais “...um pequeno grupo de trabalhadores multifuncionais ou polivalentes opera

¹⁷ O termo é de ANTUNES (1996)

uma ilha de máquinas automatizadas, num processo de trabalho intensificado, que diminui a *porosidade* do trabalho. Diminui, também, a hierarquia no chão de fábrica, já que o ‘grupo’ assume o papel de controle e chefia” (BEHRING, 1998, p. 178 – grifo da autora). Desta forma, o trabalhador torna-se vigia de si próprio, de modo que “...ele não se avilta com o chicote, ele se avilta no plano do ideário...” (ANTUNES, 1996, p. 80-81). A dominação é mais sutil e mais eficaz, pois o trabalhador passa cada vez mais a identificar-se com os objetivos da empresa, iludido pela lógica do “envolvimento”.

A flexibilização do trabalho e da mão-de-obra vem acompanhada pela flexibilização dos direitos do trabalho, ou seja, pelo desmonte dos direitos. Os regimes e contratos de trabalho tornam-se mais flexíveis, havendo redução do emprego regular e aumento do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Devido a isso, a classe trabalhadora apresenta-se atualmente fragmentada e heterogeneizada. A respeito disso, Elaine Rossetti BEHRING (1998), baseada nos estudos de HARVEY¹⁸ afirma:

Para Harvey, há uma radical reestruturação do mercado de trabalho (...). Ele vê um grupo de trabalhadores *centrais*, que têm maior estabilidade, perspectivas de promoção e reciclagem, bons salários diretos e indiretos, e se caracterizam por sua adaptabilidade, flexibilidade e mobilidade. Na periferia, Harvey identifica outros dois grandes grupos de trabalhadores. No primeiro, tem-se os empregados em tempo integral com habilidades menos especializadas, que possuem alta taxa de rotatividade e menos oportunidades que os trabalhadores centrais. No segundo, e este grupo é o que mais tem crescido, tem-se os trabalhadores em tempo parcial, casuais, com contrato por tempo determinado, e sem direitos assegurados: são os *subcontratados* (BEHRING, 1998, p. 179 – grifos da autora).

Esta configuração fragmentada do mercado de trabalho e da classe trabalhadora, além de demonstrar perda de direitos, demonstra, também, maiores dificuldades para o processo de organização política. Daí a queda nos índices de sindicalização verificada a partir dos anos 1980, pois “Há dificuldades em tecer alianças entre os segmentos *centrais* e os precarizados e subcontratados (o que dizer

¹⁸ HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

dos definitivamente expulsos?) impondo-se tendências neocorporativistas e individualistas” (BEHRING, 1998, p. 180 – grifo da autora).

A **globalização** da economia, por sua vez, está profundamente relacionada e combinada ao processo de produção flexível. No sistema capitalista, **o tempo de giro do capital na produção e no consumo é fundamental para a lucratividade**, e tanto a produção flexível quanto a globalização têm o poder de **acelerar o movimento do capital**, contribuindo para o aumento dos lucros.

O processo de globalização consiste na formação de um mercado unificado com campanhas mundializadas, pautado numa base mundial de concepção, produção e distribuição de produtos e serviços. Contudo, esta idéia de unificação deve ser apreendida com cautela, pois o fenômeno da globalização não foi capaz de eliminar a desigualdade e a assimetria entre as várias partes do globo, mesmo porque isso não faz parte de seus objetivos (BEHRING, 1998). Complementando essa idéia, deve-se frisar que a desterritorialização da cultura, de hábitos, práticas cotidianas, gostos e modos de vida proporcionada pelo processo de globalização, é algo experimentado de forma bastante diferenciada pelos indivíduos pertencentes aos dois níveis mais extremos de renda e consumo. O processo de globalização traz vantagens para a esfera da experiência cotidiana que somente podem ser desfrutadas plenamente pelos grupos pertencentes às classes sociais mais abastadas. Isso vale especialmente para o contexto brasileiro, onde são intensas as diferenças sociais. Observa-se que a parcela da **população que vive em situação de pobreza**, freqüentemente, **vê-se excluída dos bens e serviços típicos da sociedade capitalista globalizada**.

Reforçando esta idéia, IAMAMOTO (1999) cita o processo de globalização como acentuador da contradição fundamental da sociedade capitalista e, portanto, como agravante da questão social:

"... a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. A globalização da produção e dos mercados não deixa dúvidas sobre esse aspecto: hoje é possível ter acesso a produtos de várias partes do mundo, cujos componentes são fabricados em países distintos, o que patenteia ser a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza

entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação dos Estado e dos governos" (IAMAMOTO, 1999, p. 27 - grifos meus).

Apesar de todas as críticas que pode suscitar, o fato é que a globalização tem se mostrado um processo benéfico, eficiente e, até mesmo, vital para a processualidade do sistema capitalista contemporâneo.

O **neoliberalismo** é outra estratégia importante do sistema capitalista para enfrentar a crise. Para Perry ANDERSON (1995), o neoliberalismo consiste em uma proposta de desenvolvimento para a economia capitalista que passou a ser efetivamente adotada a partir da década de 1980. À semelhança de BEHRING (1998), o autor afirma que as idéias neoliberais passaram a ser vistas com maior atenção devido à crise mundial do capitalismo deflagrada em 1973: “A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Dentro do ideário neoliberal, a raiz dessa crise estaria, primeiro, nos excessivos **gastos públicos** com a imensa estrutura de seguridade social típica dos *Welfare States*, que geraram a chamada **crise fiscal do Estado** (déficit público). E, segundo, na pressão dos sindicatos (e do movimento operário) por melhores salários e pela ampliação da estrutura de gastos sociais por parte do Estado. Ou seja, nos países de capitalismo avançado, o alto padrão salarial e as políticas sociais do *Welfare State* seriam os dois fatores que estariam reduzindo o nível de lucro das empresas, afetando negativamente a acumulação capitalista. Dentro desta perspectiva, a solução seria a disciplina orçamentária, com a redução do Estado, e o retorno a uma taxa “necessária” ou “natural” de desemprego. Este enfraqueceria o poder dos sindicatos e forçaria para baixo o valor da força de trabalho. Estas medidas foram acompanhadas de incentivos fiscais, tais como a redução de impostos sobre os rendimentos altos, de forma a dinamizar os investimentos econômicos (ANDERSON, 1995).

A **ofensiva neoliberal** demonstrou que é próprio da dinâmica interna do capitalismo superar todas as barreiras que imponham limites ao livre desenvolvimento, acumulação e valorização do capital, atuando no sentido de "libertar a acumulação das cadeias impostas pela democracia" (PRZEWORSKI¹⁹ *apud* PAULO NETTO, 1995, p. 80). Isto significa corte de gastos sociais por parte do Estado e dissolução progressiva de direitos trabalhistas conquistados:

A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal e, por isto mesmo, patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta do 'Estado mínimo' pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política — o *Estado máximo para o capital*. (PAULO NETTO, 1995, p. 81 - grifos do autor).

Dentro da concepção neoliberal as medidas disciplinadoras teriam a capacidade de recuperar as economias capitalistas estagnadas pela grave crise. A recuperação consistiria no retorno do crescimento.

A partir dos anos 1980, os países de capitalismo avançado passaram progressivamente a adotar o neoliberalismo como modelo e estratégia de desenvolvimento. Contudo, ao final de uma década constatou-se que a recuperação dos lucros não conduziu à recuperação dos investimentos:

... a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo –, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 16).

Constata-se, desta forma, que as estratégias neoliberais não mostraram-se capazes de recuperar o crescimento da economia, além de contribuir para a redução do nível de emprego formal e incentivar o aumento da informalidade no mercado de trabalho.

¹⁹ PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Considerando as modificações que afetaram e têm afetado o mundo contemporâneo, ESPING-ANDERSEN (1995) questiona o futuro dos *Welfare States* de países avançados nesta nova conjuntura mundial. Conforme sua avaliação, o quadro que predomina é o que ele chama de “paisagem congelada”, onde se verifica uma situação de resistência à mudança, por parte de determinados grupos. Sobre o processo de crise dos *Welfare States* avançados e a respeito das reformas em suas instituições sociais, o autor escreve:

No interior do grupo dos *Welfare States* avançados, apenas alguns poucos deram passos radicais de recuo ou desregulamentação do sistema existente. Todos entretanto foram obrigados a cortar benefícios ou introduzir medidas de flexibilização. Como vimos, aqueles que seguem uma estratégia mais radical de liberalização são melhor sucedidos em termos de emprego, mas **pagam um alto preço em desigualdade e pobreza**. De modo contrário, aqueles que resistem à mudança pagam o preço do desemprego alto... (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 104-105 – grifos meus).

Esta citação confirma o movimento e/ou caráter contraditório que integra a opção neoliberal: os países oscilam entre desemprego, de um lado, e desigualdade e pobreza, de outro. Este movimento, no contexto brasileiro, torna-se mais grave, pois as políticas sociais são marcadas pela insuficiência. Considerando a realidade brasileira, OLIVEIRA (1985) chama o sistema de seguridade social de “*Estado de Mal-Estar Social*”. Segundo DRAIBE (1989), o modelo brasileiro de *Welfare State*, historicamente constituído, é o meritocrático-particularista, com ênfase no aspecto clientelista. Este modelo considera que cada um deve solucionar seus problemas e necessidades com seus próprios méritos, com seu trabalho e capacidades; reconhecendo, contudo, “...a necessidade da intervenção da política social para corrigir, parcialmente as grandes distorções que podem estar sendo geradas pelo mercado ou por desigualdade de oportunidades” (DRAIBE, 1989, p. 6).

No Brasil vem se desenhando desde os anos 1980 um processo de alteração do nosso já modesto e ineficaz Estado de Bem-Estar Social. Tal processo inclui-se na dinâmica mais geral de mudanças que vem afetando as sociedades capitalistas contemporâneas. Conforme DRAIBE (1989), as alterações no Estado de Bem-Estar Social brasileiro emergem marcadas por especificidades típicas do contexto sócio-

histórico — baixas taxas de crescimento econômico, desemprego elevado, baixos salários e intensa pobreza e desigualdade. Aqui, verifica-se uma séria contradição: de um lado, a ampliação dos direitos sociais ao nível da legislação, representada na Constituição de 1988, e, de outro, a ausência da devida consolidação dos mecanismos institucionais e financeiros que aquela ampliação requer. Desta forma, a tendência que se confirma para a política social brasileira é a seguinte:

A política social ganha, então, um perfil cada vez mais seletivo e residual (...) voltada crescentemente para os “grupos de riscos”, individualizados, aos quais se distribui arbitrariamente dinheiro e benefícios *in natura*, fragilizando-se enquanto política que, cada vez menos, se assenta sobre direitos sociais claramente definidos e universalmente respeitados (DRAIBE, 1989, p. 60).

Considerando o padrão de política social das décadas de 1980 e 1990, não se pode esperar, pelo menos a curto prazo, a consolidação de um *Welfare State* brasileiro dentro do perfil institucional-redistributivista. Este modelo “...concebe o sistema Welfare como parte importante e constitutiva das sociedades contemporâneas, voltado para a produção e distribuição de bens e serviços sociais extramercado...” (DAIBE, 1989, p. 6). Neste perfil descrito, a política social seria um direito social, e seu usuário seria um cidadão; a distribuição dos recursos seria feita com base em critérios universalizantes. Conforme DRAIBE (1989), o modelo institucional-redistributivista tende a estabelecer um padrão mínimo de renda, o qual considera o limite para uma vida digna.

Contudo, o Brasil sequer possui esse padrão mínimo já definido — uma **linha oficial de pobreza**. O que se percebe claramente, nos últimos anos, no Brasil é, ao contrário, uma forte tendência em rebaixar os limites dos mínimos sociais. Isso pode estar ligado a “...uma redução das expectativas coletivas em relação ao que a sociedade considera como mínimo socialmente aceitável, como padrão de vida mínimo de uma grande parcela da população brasileira” (CARVALHO, 1997, p. 18). Neste âmbito, a dignidade torna-se objeto de manipulação matemática, sendo modificada segundo critérios arbitrários cada vez mais restritivos.

Segundo ABRANCHES (1989-a), a pobreza estrutural tem sido tratada no Brasil predominantemente com políticas sociais compensatórias, ou seja, que remediam os efeitos, sem, contudo, alcançar as causas dos problemas. A pobreza deveria ser trabalhada com soluções de caráter macroeconômico:

Problemas sociais, como o da pobreza absoluta requerem soluções de natureza macroeconômica e estrutural e, portanto, devem estar contemplados nas políticas econômica e de desenvolvimento. É por meio da orientação social da política econômica que programas sociais podem integrar-se a outras ações e compor um perfil de gastos e investimentos sociais capaz de alterar progressivamente o quadro de miséria em que vive parte considerável da população brasileira (ABRANCHES, 1989a, p. 22).

Esta política econômica **socialmente orientada** requer **crescimento** continuado da **renda** e do **emprego**, associado a um padrão de desenvolvimento que promova **distribuição** da riqueza e da renda, mesmo que, para isso, tenha-se que contar com uma taxa média de crescimento (acumulação de capital) menos acelerada. Dentro desta perspectiva de análise é importante frisar que “Não pode haver separação ou contradição entre as políticas econômica e social nos campos da renda, do emprego e do salário” (ABRANCHES, 1989a, p. 22). Com isso, está-se afirmando que não existe contradição necessária entre o desenvolvimento da economia e uma política econômica socialmente orientada. Para isso, são necessários alguns ajustes significativos no mercado e no Estado, que conduziriam à melhoria das condições de vida da população. Segundo ABRANCHES (1989a), o neoliberalismo brasileiro não é a separação entre o Estado e o mercado, é, antes, a **privatização do próprio Estado**, tornando-o insensível às necessidades coletivas. Dentro desta linha crítica, o autor defende que “Mudanças reais na política social têm como pré-requisito um programa estratégico de saída da crise e retomada do desenvolvimento que permita imprimir uma nítida orientação social à política econômica” (ABRANCHES, 1989a, p. 24).

De fato, não é esta orientação social que vem dando o tom da política social brasileira nas duas últimas décadas do século XX. Aqui, o neoliberalismo, além de mostrar-se ineficiente para remediar a crise, contribuiu para o aumento do desemprego, agravando de maneira significativa as condições de vida da população.

Isso vale, guardando as devidas proporções e especificidades, tanto para os países avançados, quanto para os países do terceiro mundo.

A respeito dos impactos dos ajustes neoliberais sobre as condições de vida das classes populares Atilio BORÓN (1995) traça um panorama esclarecedor para o contexto latino-americano. Sua análise demonstra a queda nas taxas de crescimento econômico verificadas a partir dos ajustes neoliberais. Acompanhando tal queda, registra-se também um processo de **regressão social** expresso pelo aumento significativo do percentual de pobres no continente e, ainda, pelo agravamento e complexificação da chamada “questão social” nas suas mais variadas particularidades.

Esse processo de complexificação da “questão social” e aumento do número de pobres e indigentes afetou de forma dramática o Brasil nos anos 1990, tornando-se atualmente objeto de um número cada vez maior de estudos e pesquisas.

Pode-se afirmar que a nova conformação do capitalismo, já referida, traz consigo o **agravamento da pobreza** e o progressivo aumento da exclusão social, por dois fatores básicos: (1) propicia o aumento da exploração do trabalho (elevação da taxa de mais-valia) e (2) procede ao efetivo corte de gastos sociais (desmonte da estrutura de seguridade social).

Neste bojo, a pobreza assumiu novas características – apresenta-se mais grave, mais intensa e mais extensa (IAMAMOTO, 1999). Guarda forte vínculo com o desemprego, com grandes parcelas de força de trabalho descartáveis, que não têm mais lugar no mercado de trabalho. Observa-se a multiplicação de uma camada específica da classe trabalhadora — os **sobrantes** ou **excluídos**²⁰. Trata-se de uma massa de indivíduos desconectados do funcionamento geral da sociedade. São desempregados que não têm mais chances de inserção no sistema produtivo formal, devido a ausência de determinados requisitos mínimos, exigidos pelo capital. Por

²⁰ O conceito de *exclusão* é tratado de forma consistente por ZALUAR (1997). A autora discute o aspecto conceitual do termo exclusão, distinguindo duas dimensões para o conceito – teórica e prático-política. Atenta para o problema da imprecisão e da falta de rigor no trato do conceito, e discute com bastante profundidade a dimensão política da exclusão, relacionando-a à crise do *Welfare State*.

estarem excluídos, vivem o presente, têm reduzidas suas possibilidades de planejar a vida futura, lutam quotidianamente pela sobrevivência.

Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários. Essa é a raiz de uma *nova pobreza* de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado de trabalho. Fenômeno que se observa hoje, inclusive, nos países considerados desenvolvidos, cujos índices de desemprego estrutural eram comparativamente baixos. São estoques de força de trabalho 'descartáveis' para o mercado de trabalho, colocando em risco para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida (IAMAMOTO, 1999, p. 33 - grifos da autora)

Os **sobrantes** ou inúteis podem ser definidos como uma categoria social nova, constituída de pessoas ou grupos humanos que foram tornados supranuméricos em relação às necessidades de valorização do capital. “Trata-se de pessoas normais mas que foram tornadas inúteis, desestabilizadas, instaladas numa situação de precariedade geral caracterizada por déficit de lugar no mundo do trabalho e da sociabilidade” (ARCOVERDE, 1999, p. 81). Essas pessoas vivem em situação de miséria, sendo freqüentemente designadas pelo termo “famintos”. São homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos, que encontram-se numa situação de degradação profunda.

Um rumo possível de solução para a situação dos sobrantes seria o crescimento econômico acompanhado de um **aumento da demanda de mão-de-obra não-qualificada** (URANI, 1995, p.36). Infelizmente, não é esse o rumo que o cenário atual brasileiro permite supor.

Para BEHRING (1998), os processos racionalizadores adotados pela ordem burguesa contemporânea cumpriram um duplo e contraditório papel:

...todos estes processos reanimaram, em fins dos anos [19]80 e início dos anos [19]90, as agonizantes taxas de lucro do capitalismo mundial, por outro lado não reverteram em investimento e crescimento econômico real. Essa grande massa de capital acumulado prefere “passear” de um lado a outro do mundo, pelos *bites* da informática, buscando as melhores taxas de juros e cambiais, com a aquiescência dos governos nacionais, enquanto milhões de pessoas vivem nestes mesmos países em condições bárbaras e indignas de vida e trabalho (BEHRING, 1998, p. 189).

O problema aí salientado diz respeito à tendência atual do capitalismo em direcionar os investimentos econômicos para especulação financeira em detrimento do investimento em produção de mercadorias reais, o que geraria mais empregos e poderia ter algum impacto positivo na redução da pobreza.

2 POBREZA: CONCEITO, MENSURAÇÃO E DETERMINANTES NA REALIDADE BRASILEIRA

Após traçar-se, de forma panorâmica, no capítulo um, o nexos entre os desequilíbrios (ou dificuldades) que afligem o sistema capitalista e a produção e reprodução contínua da pobreza, tratar-se-á, neste segundo capítulo, primeiramente, de focar a pobreza de forma conceitual, apresentando os parâmetros normalmente utilizados para sua medição. Em seguida, serão tecidas algumas considerações a respeito dos determinantes do fenômeno pobreza, buscando-se voltar o olhar para a realidade brasileira.

2.1 DEFINIÇÕES DE POBREZA E OBSERVAÇÕES REFERENTES À SUA MENSURAÇÃO

Não há uma definição única de pobreza, contudo, pode-se considerar que a pobreza refere-se a uma situação de escassez de recursos e de persistente dificuldade para o processo de obtenção dos mesmos. Desta forma, “Ser pobre significa, em termos muito simples, consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte; não poder cuidar senão da mínima persistência física, material. Não é exagero: existem inúmeras relações empíricas indisputáveis, que indicam tal situação” (ABRANCHES, 1989b, p. 16).

Pobreza é **destituição de bens e serviços necessários à sobrevivência**. Diz respeito a uma situação de escassez de recursos básicos e indispensáveis à vida humana. O indivíduo que se encontra em situação de pobreza, vive um processo constante de luta pela sobrevivência. E isso consome praticamente todo o seu tempo. São **mais horas de trabalho** por menos dinheiro, e esse processo costuma envolver todos os membros de um mesmo domicílio numa rotina extremamente **desgastante**. O envolvimento das crianças no processo de busca da sobrevivência familiar é particularmente problemático, pois o afastamento da escola e a submissão a atividades freqüentemente insalubres (prejudiciais ao desenvolvimento físico,

cultural e psicológico), determinam seqüelas de curto e longo prazo que podem comprometer severamente o futuro pessoal. Desta forma, a tese presente no senso comum segundo a qual os pobres não melhoram suas condições de vida por falta de vontade ou esforço pessoal não se sustenta diante de um estudo aprofundado sobre a extensão e intensidade do esforço que requer a sobrevivência nas situações de privação.

A situação de pobreza tem como marca intrínseca a **privação absoluta** dos meios de subsistência necessários à vida humana, que, por sua vez, dá origem a um **conjunto de aflições**: “Há um núcleo irredutível de privação absoluta que caracteriza a pobreza e se traduz, concretamente, por esse conjunto de aflições, no qual se destacam a inanição, a desnutrição, a morbidez e a conseqüente elevação da mortalidade” (ABRANCHES, 1989-b, p. 17).

A definição da pobreza absoluta está intimamente ligada à demarcação de um limite entre a carência e a não-carência de recursos. Neste sentido, BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), oferecem uma definição satisfatória de pobreza:

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontram abaixo do seu valor (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000, p. 22).

O debate acerca da mensuração da pobreza oscila entre visões que defendem que a pobreza deve ser entendida e analisada em termos **relativos**, e visões que defendem uma **abordagem absoluta**. No primeiro caso, adota-se normalmente como parâmetro em determinada sociedade e região, a renda média. O limite entre o pobre e o não-pobre, neste caso, é estabelecido a partir de um percentual da renda média de dada sociedade. Um exemplo disso é praticado no Reino Unido (e em outros países europeus), onde considera-se pobre aquela família

cuja renda é menor do que 40% da renda média nacional (FERREIRA e LITCHFIELD, 2000).

As abordagens absolutistas, por sua vez, pressupõem que a pobreza é distinta da desigualdade, e adotam um padrão de vida mínimo como parâmetro de mensuração, ou seja, estabelecem um limite ou uma linha que separa os pobres dos não-pobres. Segundo FERREIRA e LITCHFIELD (2000), a maior parte dos estudos sobre pobreza no Brasil seguem essa linha absolutista, baseando-se no custo de uma cesta de bens mínimos necessários à sobrevivência, ou usando o valor do salário mínimo vigente.

O estabelecimento de linhas de pobreza, ou seja, a estratificação das populações pobres a partir de limites baseados em valores de renda máximo e mínimo, é necessário para que se possa mensurar um padrão de pobreza absoluta. Ou seja, a **linha de pobreza** é parâmetro válido para medir a **pobreza absoluta**. Sobre esta questão Paulo Roberto Mello de CARVALHO (1997) esclarece: A mensuração de um padrão de pobreza absoluta é em grande parte tributária de um debate norte-americano a partir da década de [19]60, quando é definida uma linha de pobreza oficial, permitindo aos que se encontram abaixo desta linha, acesso a vários auxílios públicos (CARVALHO, 1997, p. 14).

Toda linha de pobreza é definida de forma arbitrária, pois depende daquilo que se considera como mínimo necessário ou aceitável para a satisfação de necessidades. Esse mínimo varia conforme o nível de desenvolvimento socioeconômico da região, os costumes, a época histórica (CARVALHO, 1997; ROCHA, 2000), até mesmo, conforme o subjetivismo do pesquisador e o grupo populacional alvo de sua investigação (STAVENHAGEM, 1974).

Segundo Sérgio Henrique ABRANCHES (1989b), pobreza é destituição, e possui como parâmetro estruturador a privação absoluta. Tal privação absoluta “define-se pela carência extremada de quaisquer meios para satisfação das necessidades primárias ligadas à sobrevivência física e à sanidade da pessoa e dos familiares a ela dependentes” (ABRANCHES, 1989b, p. 17). O autor, ao incluir em seu conceito de pobreza, além da sobrevivência física, a questão da sanidade do indivíduo (e dos que dele dependem), está reconhecendo que as necessidades

“básicas” ou “primárias” não são restritas à mera manutenção biológica. O autor comenta:

Mesmo nas formulações mais liberais, há o reconhecimento de que as necessidades ditas “básicas” não podem se resumir apenas àquelas ligadas à pura sobrevivência física. Devem incluir, necessariamente, a persistência física em condições tais que as necessidades biológicas sejam satisfeitas em grau adequado à prevenção de seqüelas derivadas da má alimentação, garanta-se a salubridade do meio ambiente, abrigo adequado, ações de saúde preventiva e assistência médica. Mas devem contemplar também, além disso, a satisfação de outras necessidades, cultural ou socialmente determinadas, que definem um mínimo de bem-estar e a garantia dos meios que permitam alterar as chances de vida futura, a começar pela educação elementar (ABRANCHES, 1989b, p. 17-18).

A consideração de que o estabelecimento do mínimo necessário à subsistência humana, deve ir além de necessidades meramente físicas ou biológicas, ou seja, deve contemplar elementos de ordem cultural ou ligados ao costume, não é algo recente. Segundo ABRANCHES (1989b), desde Adam SMITH já existem referências e discussões sobre a questão: “A definição de Smith²¹ pode ser considerada como o marco teórico a partir do qual evoluiu o tratamento da questão das necessidades sociais dos trabalhadores na economia política liberal. Segundo ele, necessários não são apenas os produtos indispensáveis à manutenção da vida, mas todos aqueles cuja carência represente uma situação indecente ou indigna, de acordo com o costume do país...” (ABRANCHES, 1989b, p. 18).

Apesar deste reconhecimento quase consensual, tanto por parte de estudiosos do assunto, quanto por parte dos governos, a tendência que se verifica contemporaneamente no Brasil é a de restringir a medida do mínimo necessário ao custo de manutenção da vida, ou seja, reduzi-lo à necessidades fisiológicas. No Brasil, como já foi dito, adota-se predominantemente a visão absolutista de pobreza, ou seja, aquela que baseia-se na demarcação de necessidades mínimas. Desta forma, vejamos as considerações de importantes autores sobre o cálculo da linha de pobreza e de indigência, ou seja, sobre o estabelecimento daquilo que se considera o mínimo necessário.

²¹ SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, R. H. Campbell e A. S. Skinner (Orgs.), 2 v. Oxford, Clarendon Press, 1976, p. 869-870.

Para BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000) — que avaliam o critério absolutista de análise como simplificador —, a linha de pobreza é definida calculando-se a renda familiar *per capita* que corresponde ao mínimo suficiente para a satisfação de necessidades básicas. Assim, a linha de pobreza é calculada “considerando os gastos com alimentação como uma parte dos gastos totais mínimos, referentes, entre outros, a vestuário, habitação e transportes” (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000, p. 23). A linha de indigência, por sua vez, é definida calculando-se o custo da cesta básica de alimentos, que atendendo às exigências nutricionais mínimas, seja **suficiente para manter uma pessoa viva**. Nestes parâmetros, são **pobres** aqueles que **têm o que comer**, porém, não conseguem satisfazer as outras necessidades básicas, tais como, habitação, vestuário, transporte, educação e lazer. Por sua vez, os **indigentes** são aqueles cuja **renda é insuficiente para obter essa cesta básica de alimentos**. Conclui-se, assim, que **indigente é o mesmo que faminto**.

Sônia ROCHA (2000) reconhece a importância da renda como elemento determinante do bem-estar da população. Partindo desse pressuposto, a autora considera a linha de pobreza como o parâmetro fundamental para a medição da pobreza. Sobre a estimação das linhas de pobreza e de indigência a autora comenta:

A utilização das necessidades nutricionais para o estabelecimento da cesta alimentar básica vem sendo mantida e aperfeiçoada ao longo do tempo por ser o fundamento conceitual mais sólido quando se trata da estimação de linhas de pobreza. Os parâmetros periodicamente divulgados pela FAO²² relativos às necessidades dos diferentes nutrientes dadas as características dos indivíduos tanto físicas (idade, sexo, peso/altura), como de atividade (conforme desempenho atividade leve, moderada ou pesada), são utilizados como base para o estabelecimento das necessidades nutricionais da população que se deseja estudar em relação à incidência de pobreza (ROCHA, 2000, p. 111).

Não cabe apresentar aqui as discussões e cálculos que conduzem ao estabelecimento do que se entende por “cesta alimentar básica”²³. Importa chamar a

²² Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

²³ Para um maior conhecimento do tema consultar, entre outros, ROCHA, S. Linhas de pobreza para as regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80. *Anais do XVI Encontro Nacional de Economia*. Belo Horizonte, V. 4, p. 81-96, dez. 1988; e ROCHA, S. *Renda e pobreza — medidas per capita versus adulto-equivalente*. Rio de Janeiro, IPEA, NOV. 1998 (Texto para Discussão, 609).

atenção para o conjunto de elementos levados em conta no esforço de estimação da pobreza. Nesta linha, é bom ressaltar que o Brasil não possui uma linha oficial de pobreza, contudo, no âmbito da literatura que discute o tema, verifica-se a utilização das necessidades calóricas como parâmetro, em vez das necessidades nutricionais (proteínas, vitaminas, minerais). Após a determinação das necessidades calóricas médias de uma área, parte-se para o cálculo da “cesta alimentar de menor custo que permita o atendimento dessas necessidades” (ROCHA, 2000, p. 113).

Seguindo esses parâmetros, a linha de indigência é estabelecida utilizando-se o custo da cesta alimentar mínima que atenda às necessidades alimentares mínimas de um indivíduo. O indigente é aquele cuja renda mostra-se insuficiente para a aquisição da cesta alimentar mínima.

Quanto à definição da linha de pobreza, ROCHA (2000) expõe algumas das dificuldades metodológicas que se fazem presentes. Primeiramente, a autora observa que não existem normas para a definição do consumo adequado de bens não alimentares, ou seja, itens como vestuário, habitação, transporte, saúde, educação, entre outros. Além disso, não há um procedimento direto para a determinação da despesa mínima com tais itens.

Em países do grau de desenvolvimento do Brasil, as despesas com itens não-alimentares em famílias de baixa renda, representam mais de 50% das necessidades básicas. Ou seja, representam parte significativa do orçamento doméstico. O Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) realizado pelo IBGE em 1974/75 e as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs), também do IBGE, realizadas em 1987/88 e 1995/96 confirmam a importância proporcional das despesas não-alimentares para as famílias pobres brasileiras.

Desde o Endef as evidências empíricas são no sentido de que as despesas alimentares no Brasil representam um percentual relativamente baixo da despesa total, mesmo para os mais pobres. Essa “especificidade brasileira” — especialistas que trabalham com dados de diferentes países insistem que, para os pobres essa relação se situa em torno de 0,5 — foi confirmada nas POFs de 1987/88 e 1995/96 (ROCHA, 2000, p. 117).

Apesar das despesas não-alimentares representarem parte significativa dos gastos em famílias de baixa renda, elas são tratadas de forma agregada (soma de dados individuais) e simplificada, em decorrência das dificuldades existentes para o estabelecimento de parâmetros de mensuração. Além disso, ROCHA (2000) observa que:

Certamente a resistência que se verifica no Brasil em adotar os dados observados de despesa não alimentar está associada ao fato de esses conduzirem a linhas de pobreza muito elevadas, operacionalmente pouco úteis para delimitação da população pobre, monitoramento da evolução da pobreza ou avaliação de impactos de políticas sociais focalizadas nos pobres. Nesse sentido, ao estabelecer linhas de pobreza, diferentes autores buscam alternativas permitindo chegar a valores mais baixos que os observados nas pesquisas de orçamento (ROCHA, 2000, p. 117).

Como se observa, a dificuldade no estabelecimento de uma linha de pobreza no Brasil, ultrapassa questões de ordem metodológica. Evidentemente, uma vez estabelecida uma linha de pobreza, ou seja, uma vez delimitado um marco de referência para a separação entre pobres e não-pobres, e considerando que o tal parâmetro signifique a linha divisória entre uma situação satisfatória e uma situação não-satisfatória de existência humana, espera-se que haja um direcionamento de gastos públicos para a parcela da população que se encontra abaixo do referido parâmetro. Desta forma, a dificuldade aludida diz respeito também a fatores de ordem política e econômica de difícil eliminação.

Dois fatores básicos contribuem para a elevação do valor das despesas não-alimentares entre os mais pobres no Brasil: o processo crescente de urbanização e a crescente influência do estilo de consumo das camadas mais abastadas da população sobre as camadas mais pobres. Tal elevação conduz as despesas não-alimentares a níveis incompatíveis, inviáveis ou, ainda, pouco interessantes, em termos de utilização para o estabelecimento de linhas de pobreza (ROCHA, 2000).

Do exposto, pode-se levantar duas conclusões: primeiro, a linha de indigência tem como parâmetro o consumo alimentar *per capita* mínimo para manter uma pessoa viva ou garantir sua sobrevivência, e, segundo, a linha de pobreza tem como parâmetro um valor que inclui o consumo alimentar acrescido de uma certa parcela de consumo não-alimentar. Quanto a este último elemento sabe-

se que: “A ausência de parâmetros que orientem o que seja o nível mínimo aceitável de consumo não-alimentar faz com que o valor dessas despesas seja definido freqüentemente de forma arbitrária” (ROCHA, 2000, p. 123).

Diante de tal problemática “as alternativas são as de utilizar a linha de indigência como parâmetro básico, em vez da linha de pobreza, ou aceitar a adoção de uma componente crescentemente arbitrária no estabelecimento do valor associado ao consumo não-alimentar”(ROCHA, 2000, p. 119).

Nos últimos anos, percebe-se que os valores que delimitam as linhas de pobreza e indigência vão sendo reduzidos, gradativamente, fazendo com que tais parâmetros caiam (CARVALHO, 1997). Essas alterações não são sem conseqüências, pois produzem diferenças na quantificação dos pobres e indigentes e têm efeitos nos gastos governamentais direcionados ao atendimento desta camada da população. A tendência do governo brasileiro é a de adotar as medidas que produzem estatísticas mais amenas e, com isso, reduzir seus gastos. Essa tendência em rebaixar os limites dos mínimos sociais pode estar ligada a “...uma redução das expectativas coletivas em relação ao que a sociedade considera como mínimo socialmente aceitável, como padrão de vida mínimo de uma grande parcela da população brasileira” (CARVALHO, 1997, p. 18).

Desta forma, observa-se que, apesar de a maioria dos autores que estudam a pobreza no Brasil reconhecer os limites e a arbitrariedade ineliminável da abordagem absolutista do tema, é mais ou menos consensual que esta abordagem é a mais adequada, pois permite gerar estimativas mais viáveis do ponto de vista da formulação de políticas sociais. A citação abaixo complementa e reforça esse argumento, apontando a utilização da abordagem absoluta da pobreza como mais coerente no sentido de permitir a demarcação das diferenças entre pobreza e desigualdade:

A idéia de pobreza está associada a condições de vida inadequadas decorrentes de baixos rendimentos. Como o que é “adequado” depende do grau de riqueza do país analisado, há, certamente, um componente relativo no conceito de pobreza. Mas se a definição de “ser pobre” depende da comparação da situação de “pobres” e “ricos”, o conceito de pobreza se confunde com o conceito de desigualdade econômica. É mais interessante, então, usar

um conceito de pobreza absoluta, no qual o grau de pobreza não seja diretamente dependente do nível de renda dos ricos (HOFFMANN, 2000, p. 94).

Rodolfo HOFFMANN (2000), estudando o tema da mensuração da pobreza e da desigualdade no Brasil, apresenta vários aspectos e enfoques para o tratamento da questão, salientando que “se o objetivo principal da análise é o nível de vida (ou bem-estar) das pessoas é mais apropriado considerar todas as pessoas classificadas conforme seu rendimento familiar *per capita*, já que os membros de uma família em geral compartilham a renda total da família” (HOFFMANN, 2000, p. 82). A renda familiar *per capita*, é obtida dividindo o rendimento total da família — esta entendida como todos que vivem sob o mesmo teto — pelo número de pessoas, independente de laços consangüíneos. Desta conta devem ser excluídos os pensionistas (aqueles que alugam um cômodo ou uma vaga na residência) e os empregados domésticos.

Segundo HOFFMANN (2000), para medir a pobreza é necessário que se estabeleça uma linha de pobreza. A partir daí serão considerados pobres todos aqueles indivíduos que se encontram abaixo desta linha, ou seja, aqueles cujo rendimento *per capita* mensal não superar essa linha. O autor nos oferece uma medida de pobreza bastante simples, ou seja, uma forma de medir a **proporção de pobres (H)** de uma população qualquer. Assim, utilizando-se a linha de pobreza fixada, é possível calcular o número de pobres (h) de uma população composta na sua totalidade por n pessoas. A proporção de pobres na população será dada então pela seguinte fórmula: $H = h/n$. Deve-se frisar que, desta maneira, pode-se obter a **medida da pobreza** em uma dada população, e não a **intensidade da pobreza**. Para levar em consideração a intensidade da pobreza, deve-se obter a *insuficiência de renda* de cada pobre. A insuficiência de renda “é a diferença entre a linha de pobreza e o rendimento do pobre” (HOFFMANN, 2000, p. 94), ou seja, é, precisamente, a **distância da renda do pobre em relação à linha de pobreza, em relação ao valor fixado como mínimo aceitável**.

HOFFMANN (2000) também chama a atenção para a dificuldade em se estabelecer um valor para a linha de pobreza, e atenta para o componente de

arbitrariedade que a acompanha. O valor estabelecido vai influir diretamente nos cálculos de medida da pobreza. Uma maneira de tratar com o problema seria calcular as medidas de pobreza (em situações/regiões diferentes) utilizando valores de linha de pobreza também diferentes:

Para que seja válida a comparação entre medidas de pobreza calculadas em duas situações distintas é essencial que haja correspondência no valor real das linhas de pobreza para as duas situações. Um erro comum, no Brasil, é comparar medidas de pobreza calculadas em diferentes períodos usando o salário mínimo corrente como linha de pobreza em cada período. Pode acontecer que os resultados reflitam essencialmente alterações no valor real do salário mínimo, e não mudanças no grau de pobreza absoluta da população (HOFFMANN, 2000, p. 96).

O autor também aponta uma diferença existente entre os contextos urbano e rural que pode dificultar a determinação de um valor coerente para a linha de pobreza. Considerando que na área rural os alimentos são mais baratos e que o acesso às outras necessidades, tais como saúde, educação e transporte é mais difícil do que nas áreas urbanas, a adoção de uma linha de pobreza baseada no custo dos alimentos “leva a subestimar a pobreza rural em comparação com a urbana” (HOFFMANN, 2000, p. 96). Diferenças regionais ultrapassam a dimensão matemática dos custos dos alimentos, pois também se fazem presentes na composição da cesta alimentar, ou seja, nos hábitos de alimentação que predominam em cada região do Brasil.

A aproximação com a categoria pobreza pela via da polêmica metodológica que envolve a sua mensuração, além de fundamental para a compreensão do objeto da presente pesquisa, oferece subsídios conceituais que permitem o melhor entendimento do debate acerca dos determinantes da pobreza no Brasil. Assunto que será tratado a seguir.

2.2 DETERMINANTES DA POBREZA NO BRASIL

O Brasil, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX, confirmou a sua característica histórica de país desigual. Conforme salientam BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), essa característica de intensa desigualdade

na distribuição de renda e de oportunidades de inclusão (econômica e social) guarda forte vínculo com o quadro de manutenção da pobreza no país. Referindo-se a este período, os autores observam que

a intensidade da pobreza manteve um comportamento de relativa estabilidade, com apenas duas pequenas contrações, concentradas nos momentos de implementação dos Planos Cruzado e Real. Esse comportamento estável, com a percentagem de pobres oscilando entre 40% e 45% da população, apresenta flutuações associadas, sobretudo, à instável dinâmica macroeconômica do período. O grau de pobreza atingiu seus valores máximos durante a recessão do início dos anos 80, quando a percentagem de pobres em 1983 e 1984 ultrapassou a barreira dos 50% (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000, p. 23).

Os dados de 1999 apontam que o Brasil possui 53 milhões de pessoas pobres e 22 milhões de indigentes. É bom frisar que estes últimos estão incluídos no conjunto da população pobre e, ainda, que tais números foram elaborados a partir das linhas de pobreza e de indigência da região metropolitana de São Paulo daquele ano considerado, com valores respectivamente de R\$ 152,73 e R\$ 76,36.

A esses dados pode-se acrescentar que houve uma queda de 40% para 34% na percentagem de pobres entre 1977 e 1999. Os autores associam isso ao impacto do Plano Real, e avaliam que apesar dessa proporção de pobres ainda ser bastante alta, o país pode estar entrando em um novo patamar no nível de pobreza. Ou seja, considerando a percentagem da população pobre no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1990, percebe-se claramente uma tendência de manutenção da pobreza em um patamar significativamente inferior ao registrado durante a década de 1980.

Segundo BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), o Brasil não é um país pobre. O elevado número de pobres que o país possui tem como determinante básico e principal a desigualdade. Os autores chegam a essa conclusão estudando a evolução da pobreza e da indigência no Brasil a partir da análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) do IBGE, realizadas anualmente. Estudam a pobreza no sentido de insuficiência de renda, ou seja, “há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per*

capita inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas” (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000, p. 22-23). Neste sentido, a pobreza teria dois determinantes imediatos: escassez de recursos e desigualdade na distribuição dos recursos existentes.

Para medir a importância da escassez de recursos na determinação da pobreza brasileira, os autores adotam três critérios. Primeiro, buscam comparar a renda *per capita* (média) e o grau de pobreza no Brasil com os demais países do mundo. A partir dos estudos de distribuição de renda realizados, observou-se que 64% dos países do mundo apresentam renda *per capita* inferior à brasileira e que 77% da população mundial vivem em países cuja renda *per capita* é inferior à registrada no Brasil. Desta forma, a comparação com a realidade internacional em termos de renda *per capita*, revelou que o Brasil, apesar de possuir um contingente significativo de pobres, não é um país pobre, pois sua população não está incluída entre as mais pobres do mundo (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000).

A partir desta constatação os autores fazem um questionamento importante:

a pobreza no Brasil pode estar associada, de modo alternativo, ao fato de os países do mundo, em seu conjunto, permanecerem relativamente pobres, significando que estar entre os mais ricos não impede a existência de uma severa escassez de recursos, ou ao fato de o Brasil apresentar um elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000, p. 26-27).

Os autores esclarecem essa questão comparando o grau de pobreza no Brasil com o grau de pobreza dos demais países que possuem renda *per capita* semelhante. A comparação demonstrou que no Brasil cerca de 30% da população total é pobre, enquanto nos outros países (com renda *per capita* semelhante), cerca de 8% da população total pode ser enquadrada como pobre. Logo, fica claro que o problema da intensidade da pobreza no Brasil encontra-se na má distribuição de recursos. A esse respeito os autores concluem:

Assim, caso o grau de desigualdade de renda no Brasil correspondesse à desigualdade mundial média associada a cada nível de renda *per capita*, apenas 8% da população brasileira deveriam ser pobres. Esse valor seria, de modo consistente com a norma internacional, aquele que poderíamos associar estritamente à escassez agregada de recursos no país. Todo o restante da distância do Brasil em relação à essa norma — o

valor nada desprezível de cerca de 22 pontos percentuais — deve-se, portanto, ao elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos nacionais (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000, p. 27-28).

Assim, com esse estudo comparativo, foi possível verificar que o grau de pobreza no Brasil é maior do que nos países com renda *per capita* semelhante, e que isso se deve à desigualdade na distribuição de recursos e não à escassez de recursos. No contexto brasileiro, somente um grau de pobreza de 8% teria por base a escassez de recursos.

Dando continuidade ao objetivo de medir a importância da escassez de recursos na determinação da pobreza brasileira, BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), adotam como segundo critério a análise da estrutura de renda média do país. Comparando a renda *per capita* brasileira com a linha de pobreza nacional verifica-se que a renda familiar *per capita* e o PIB *per capita* apresentam “valores cinco a oito vezes superiores à linha de indigência e três a quatro vezes à linha de pobreza” (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000). Assim, o Brasil possui uma renda média consideravelmente superior à linha de pobreza, o que permite afirmar que o problema da intensidade da pobreza não se localiza na escassez de recursos, e sim na concentração de renda.

Finalmente, o terceiro critério utilizado pelos autores visando a avaliar a contribuição efetiva da escassez de recursos para o quadro de pobreza no Brasil, foi o exame do padrão de consumo médio da família brasileira. Analisando o padrão de consumo das famílias brasileiras com renda *per capita* próxima à renda média nacional²⁴, verificou-se que tal padrão de consumo pode ser avaliado como satisfatório. Tal constatação permitiu mais uma vez concluir que “a pobreza no Brasil é sobretudo um problema relacionado à distribuição dos recursos e não à sua escassez” (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000, p. 26).

Após ter apresentado, utilizando três critérios diferentes, uma análise sobre a importância ou o grau de influência da escassez de recursos na determinação da pobreza no Brasil, BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000) concluem que

²⁴ Vale esclarecer que o valor da renda média nacional utilizada pelos autores é de R\$ 480 (atualizada no ano de 1999). O grupo analisado comporta 20% do total das famílias brasileiras, sendo composto pelos 10% com renda imediatamente abaixo da média e os 10% com renda imediatamente acima da média.

a sociedade brasileira não enfrenta problemas de escassez absoluta ou relativa de recursos. Logo, o Brasil não é um país pobre e, por isso, apresenta suficiente disponibilidade de recursos para combater a pobreza.

Como já foi explicitado, BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000) optaram por analisar a pobreza no sentido de insuficiência de renda e, nesse sentido, ela teria dois determinantes imediatos: a escassez de recursos, já devidamente comentado, e a desigualdade na distribuição dos recursos disponíveis na sociedade. A partir de agora serão apresentados os comentários e conclusões dos autores a respeito da desigualdade.

Foi visto que a pobreza absoluta é predominantemente mensurada pelos estudiosos através da definição de uma linha de pobreza. A pobreza relativa, por sua vez, aquela que remete à desigualdade na distribuição dos recursos existentes em uma dada sociedade, é geralmente medida pelo índice de Gini. O índice de Gini é uma medida cujo valor varia de zero até um, sendo o zero a situação de perfeita igualdade na distribuição de recursos, e o um, a desigualdade máxima. Desta forma, quanto mais próximo do zero, menor a desigualdade e quanto mais próximo do um, maior a desigualdade (CARVALHO, 1997).

A análise da desigualdade desenvolvida por BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000) utiliza o índice de Gini como um dos indicadores. Os autores observaram o valor do coeficiente de Gini em um conjunto de 92 países com informações disponíveis. O valor do coeficiente de Gini registrado para o Brasil é próximo de 0,60. A comparação internacional coloca o Brasil entre os três países com maior índice de desigualdade, onde apenas a África do Sul e Malavi apresentam índices de desigualdade superiores ao do Brasil, ambos com índices próximos a 0,62.

Analisando a desigualdade a partir de outra medida, que considera a razão entre a renda média dos 20% mais ricos da população e a renda média dos 20% mais pobres, em um conjunto de 84 países com dados disponíveis, o Brasil é o país com maior grau de desigualdade. Na maioria dos países essa razão é menor que 10 e em apenas cinco países essa razão é maior que 20. No Brasil essa razão supera o valor de 30. Desta forma, esses valores

não deixam dúvidas quanto à posição singular do Brasil, com seu grau de desigualdade figurando entre os mais elevados do mundo. Dessa constatação podemos derivar, com grande segurança, que o extraordinário grau de desigualdade de renda brasileiro encontra-se no núcleo da explicação do porque o grau de pobreza no Brasil é significativamente mais elevado do que em outros países com renda *per capita* similar (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000, p. 34).

Tal constatação confirma, mais uma vez, que a pobreza no Brasil não está relacionada prioritariamente à escassez de recursos, e sim à intensa desigualdade na distribuição dos recursos existentes.

Assim, observando as rendas obtidas pelos segmentos extremos da sociedade, isto é, pelos mais ricos e pelos mais pobres, é possível compreender com mais clareza a severidade da desigualdade de rendimentos que marca de forma incontestável a realidade brasileira. A esse respeito, BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), baseados nas informações das PNADs de vários anos (de 1977 até 1999), oferecem dados bastante significativos. Ao final dos anos 1980, o grau de desigualdade acentuou-se: o índice de Gini atingiu o valor de 0,64 e a renda média dos 10% mais ricos apresentava-se 30,4 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres da população. Tal agravamento pode ser associado à situação de instabilidade econômica que afetou o país entre 1986 e 1989. Observando a década de 1990, verifica-se uma pequena queda na desigualdade nos seus anos iniciais. Assim, em 1992 o índice de Gini registra o valor de 0,58 e a renda média dos 10% mais ricos apresentava-se 26,9 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres da população. Contudo, ao longo dos anos 1990 a desigualdade volta a crescer, mantendo-se estável no restante dos anos e registrando o valor de 0,60 para o índice de Gini (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000).

Apesar das oscilações no quadro da economia nacional, ao longo das décadas de 1980 e 1990, a desigualdade apresentou-se estável, mantendo-se persistente e em níveis elevados:

A análise atenta do período 1977/99 revela, de forma contundente, que muito mais importante do que as pequenas flutuações observadas na desigualdade é a inacreditável

estabilidade da intensa desigualdade de renda que acompanha a sociedade brasileira ao longo de todos esses anos (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000, p. 38).

A desigualdade é um elemento historicamente presente na sociedade brasileira, ao ponto de ser considerado algo natural. Seu comportamento estável e em patamares elevados é a chave para a compreensão do intenso grau de pobreza existente no país e traduz o nível de injustiça social que marca a realidade brasileira.

Como pôde ser deduzido através da leitura do capítulo um deste estudo, a desigualdade é ineliminável do sistema capitalista, contudo, a sua redução é possível e, como confirmam as análises e argumentos apresentados neste segundo capítulo, é a base para a redução e, até mesmo, eliminação da pobreza absoluta em nosso país.

A desigualdade existente no âmbito econômico é materializada no cotidiano de vida das pessoas pertencentes aos diferentes grupos e classes sociais. Isto é, existem variações enormes entre as diferentes camadas sociais (e também há variações significativas no interior de uma mesma camada), no que se refere a estilo de vida, gostos e comportamento de consumo. Cabe neste estudo demonstrar que a desigualdade econômica e a pobreza não são fatores capazes de anular a dimensão simbólica da atividade de consumo. Os desejos do consumidor, seja ele rico ou pobre, são sempre em certa medida influenciados por fatores que ultrapassam a dimensão meramente utilitária. Este é assunto que será tratado a seguir.

3 CONSUMO: MEIO PARA SATISFAÇÃO DE MÚLTIPLAS NECESSIDADES HUMANAS

Após a aproximação com a categoria pobreza nos dois primeiros capítulos deste estudo, dar-se-á atenção, a partir deste ponto, ao tratamento da categoria consumo. Será construído um percurso analítico que conduza à relação entre as categorias pobreza e consumo. Isto é, o enfoque básico consiste em compreender a atividade de consumo nas situações de escassez de recursos, nas situações de pobreza.

Entende-se que o consumo é uma atividade humana cujo significado não pode ser apreendido nem exclusivamente pela sua inserção objetiva na vida das pessoas, nem apenas pela sua dimensão subjetiva ou simbólica. Partindo-se desse pressuposto, neste capítulo, a categoria consumo será tratada considerando-se sua complexidade intrínseca, sempre procedendo-se ao esforço de aproximar a abordagem do consumo à situação de pobreza.

3.1 CONSUMO E SUA DIMENSÃO SIMBÓLICA EM MARX

MARX (1987) na introdução do seu famoso escrito **Para a crítica da Economia Política**, discute a produção material, historicamente situada e socialmente determinada. Ou seja, a produção que se realiza por indivíduos sociais que vivem e se movimentam em um grau determinado de desenvolvimento sócio-histórico. Em seu estudo, a produção consiste numa apropriação da natureza pelo indivíduo humano que ocorre no interior de uma determinada forma de sociedade. Esta forma de sociedade específica confere formato também específico à produção. A produção, a distribuição o intercâmbio e o consumo não são analisados como coisas abstratas, descoladas da sociedade, da história e do sujeito histórico. Também não são analisados como elementos independentes uns dos outros:

O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção se expande tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, como se alastra aos demais momentos. O processo começa sempre

de novo a partir dela. Que a troca e o consumo não possam ser o elemento predominante, compreende-se por si mesmo. O mesmo acontece com a distribuição como distribuição dos produtos. Porém, como distribuição dos agentes de produção, constitui um momento da produção. Uma forma determinada da produção determina, pois, formas determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como *relações determinadas destes diferentes fatores entre si* (MARX, 1987, p. 15 – grifos do autor).

Seguindo esta linha, MARX (1987) analisa o consumo como algo intimamente ligado à produção, visto que a produção é o elemento predominante dentre todos os outros. Assim, o autor, ao discorrer sobre as múltiplas relações existentes entre produção e consumo, desvenda o consumo. Demonstra que no ato da produção há consumos de diversas ordens: de força de trabalho (energia vital humana), de instrumentos de trabalho (que são submetidos a certo desgaste) e de matérias-primas (que têm sua forma exterior totalmente alterada na produção). Portanto, o processo de produção é entendido como um processo, em si mesmo, também de consumo. Verifica-se uma identidade entre produção e consumo, onde a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Este consumo produtivo é diferente do consumo propriamente dito, que é o consumo realizado pelo consumidor final. O consumo propriamente dito é entendido “como antítese destrutora da produção” (MARX, 1987, p. 9).

Há um movimento mediador entre produção e consumo. Assim, a produção é mediadora do consumo, pois ela cria os materiais ou objetos que serão consumidos. Na produção o sujeito (trabalhador) se coisifica. O consumo, por sua vez, é também mediador da produção, pois o consumo cria os sujeitos para os produtos gerados na produção. No consumo, o objeto criado se personifica. Nas palavras do autor: “O produto recebe seu acabamento final no consumo. Uma estrada de ferro em que não se viaja e que, por conseguinte, não se gasta, não se consome, não é mais que uma estrada de ferro *dynamei*, e não é efetiva. Sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção” (MARX, 1987, p. 9). Essa citação chama a atenção para a importância do consumo no funcionamento global do sistema capitalista. Este ponto foi tratado no primeiro capítulo deste estudo, quando atentou-se para as crises de superprodução que afetam o sistema. Aqui, vale lembrar que a mais-valia é gerada no ato da produção, mas

somente é realizada no ato da circulação. Considerando que as mercadorias circulam para chegar a “algum lugar”, ou seja, não circulam em torno de si mesmas, pode-se afirmar que a circulação que não conduz ao consumo também não tem seu sentido plenamente realizado. A realização da mais-valia depende da venda do produto, que é portador de um valor de troca. Por sua vez, o produto também é portador de um valor de uso, e este valor de uso só é plenamente realizado no uso efetivo, que constitui o consumo propriamente dito.

Foi visto, pois, que existe uma relação entre produção e consumo. Esta relação, conforme ficou claro, caracteriza-se pela dependência mútua — sem produção não há consumo e vice-versa. Aprofundando esta noção, MARX (1987) afirma que o consumo produz a produção...

porque o produto não se torna produto efetivo senão no consumo; por exemplo, um vestido converte-se efetivamente em vestido quando é usado; uma casa desabitada não é, de fato, uma casa efetiva; por isso mesmo o produto, diversamente do simples objeto natural, não se confirma como produto, não *se torna* produto, senão no consumo. Ao dissolver o produto, o consumo lhe dá seu retoque final, pois o produto não é apenas a produção enquanto atividade coisificada, mas também objeto para o sujeito em atividade (MARX, 1987, p. 9 – grifo do autor).

O consumo produz a produção não só porque fornece efetividade ao produto, mas também porque, continuamente, cria a necessidade de uma nova produção. Portanto, o consumo é o fundamento ideal que incentiva, que move a produção.

O consumo cria o impulso da produção; cria também o objeto que atua na produção como determinante da finalidade. Se é claro que a produção oferece o objeto do consumo em sua forma exterior, não é menos claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção, como imagem interior, como necessidade, como impulso e como fim. O consumo cria os objetos da produção de uma forma ainda mais subjetiva. Sem necessidade não há produção. Mas o consumo produz a necessidade (MARX, 1987, p. 10 – grifos do autor).

Nestas palavras, percebe-se claramente a dimensão subjetiva do consumo. O consumo cria a necessidade ao gerar no indivíduo, mais especificamente no seu sistema ideal, a forma interior da necessidade. O objeto (o produto) não é necessário

apenas porque atende a uma necessidade imediata, material. O objeto atende a uma necessidade imaterial, posta idealmente, e localizada no interior do sujeito que consome.

Este argumento marxiano se confirma perfeitamente na realidade contemporânea. Na presente investigação, mais precisamente na etapa de coleta de dados efetuada por ocasião da pesquisa de campo, foram realizadas algumas entrevistas prévias no universo de famílias selecionado. Nestas entrevistas, foi observada a presença do impulso de consumir carregado de simbolismo, ao ponto de, por vezes, este impulso de consumo estar totalmente desvinculado da necessidade material. Para exemplificar, pode-se citar o caso de um jovem chefe de família, de 22 anos, que, diante da limitação imposta por sua baixa renda, optou por comprar um aparelho de som com CD ao invés de uma geladeira para a sua casa. Ele afirma: “— Pago R\$84,00 de prestação por este aparelho de som. Não tenho muito tempo para ouvir música, também não posso comprar muitos CDs, mas gosto do aparelho. Ele é bonito.” Ao ser indagado sobre o motivo pelo qual ele não possui geladeira, respondeu: “— Nós não precisamos de geladeira. Além disso, gasta muita luz e não temos muito o que guardar nela... só massa de tomate e feijão cozido.”

MARX (1987) ao trazer à luz a dimensão simbólica do consumo e apresentá-lo como determinante da produção, não está, de modo nenhum, contradizendo sua idéia de que a produção é o momento predominante de todo o processo. **Primeiramente**, é a produção que fornece os objetos ao consumo: “Um consumo sem objeto não é consumo. Assim, pois, a produção cria o consumo neste sentido” (MARX, 1987, p. 10). Em **segundo**, a produção determina o modo de consumo. A citação seguinte expõe a explicação do autor sobre esta segunda condição de determinação da esfera produtiva sobre o consumo:

Mas não é somente o objeto que a produção cria para o consumo. Determina também seu caráter, dá-lhe seu acabamento (*finish*). Do mesmo modo que o consumo dava ao produto seu acabamento, agora é a produção que dá o acabamento do consumo. Em primeiro lugar, o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado, que deve ser consumido de uma certa maneira, esta por sua vez mediada pela própria produção. A fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes. A produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de

consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor (MARX, 1987, p. 10).

Assim, a produção, ou, mais especificamente, o modo de produção determina também o modo de consumo, permitindo que ele incorpore também um determinado significado. Um exemplo disso diz respeito à sofisticação dos meios de comunicação operada na contemporaneidade. Tal sofisticação, torna o uso dos meios de comunicação cada vez mais complexo e cada vez mais carregado de significados. Para efeito de ilustração, vale citar a declaração de um chefe de família de 18 anos obtida por ocasião daquelas entrevistas prévias já aludidas. Este jovem declarou uma renda mensal de 1 salário mínimo, e sua família é composta por quatro pessoas (pai, mãe e dois filhos). Sua casa não possui banheiro, geladeira e telefone. Ao ser indagado sobre a ordem de importância desses três itens e qual deles ele gostaria de adquirir primeiro, sua resposta foi a seguinte: “— Nada disso é importante para mim. A descarga do banheiro gasta muita água, a geladeira gasta muita luz e o telefone comum não me interessa... Gostaria de ter um celular, porque hoje é o que todo mundo quer e quem não tem está atrasado”. Esta fala deixa claro que o desejo deste chefe de família de possuir um telefone celular ultrapassa, em muito, a mera necessidade de comunicação. O consumo do celular, neste caso, estaria mais satisfazendo a uma necessidade imaterial — a necessidade de não sentir-se “atrasado” diante das outras pessoas. Neste caso, a observação feita por MARX (1987) sobre a fome, também pode ser feita sobre a necessidade de comunicação. Por exemplo, comunicar-se por meio de viajantes que levam mensagens não é o mesmo que comunicar-se por meio de um telefone celular. Ou seja, o celular — objeto determinado, de um modo de produção determinado e de uma época histórica determinada — tem o poder de satisfazer a uma necessidade de comunicação mais complexa, determinada por um estágio de desenvolvimento produtivo específico.

Finalmente, em **terceiro**, a produção determina o consumo porque gera no consumidor a necessidade dos produtos.

A produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material. Quando o consumo se liberta da sua rudeza primitiva — e não o fazer seria ainda o resultado de uma produção que se mantivesse num estágio de primitiva rudeza —, o próprio consumo, enquanto impulso, é mediado pelo objeto. A necessidade que sente deste objeto é criada pela percepção do mesmo. O objeto de arte, tal como qualquer outro produto, cria um público capaz de compreender a arte e de apreciar a beleza. Portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto (MARX, 1987, p. 10).

Na citação acima verifica-se que, se a produção não põe o objeto, o consumo não pode efetivar-se nem do ponto de vista material, nem do ponto de vista simbólico, pois não se pode consumir uma mercadoria ainda não produzida e tampouco pode-se desejar algo que não se concebe a existência concreta. Além disso, a produção também cria um público capaz de consumir os objetos que produz, a produção cria os sujeitos para os seus objetos.

A citação também deixa explícito que os sujeitos passam a necessitar dos objetos na medida em que os percebem. Daí, pode-se extrair o seguinte: o consumo é mediado pelo objeto e a mediação entre sujeito (consumidor) e objeto (de consumo) se faz por meio da **percepção**. Logo, sem a percepção (por parte do sujeito) não há o consumo.

3.2 CONSUMO: PRÁTICA QUE ULTRAPASSA A DIMENSÃO RACIONAL E UTILITÁRIA

Jean BAUDRILLARD (1991), em sua obra **A sociedade de consumo**, assumindo o método marxiano de análise da realidade, dedica-se ao estudo do consumo e investiga a natureza deste e das mercadorias objetos de consumo. Nesta obra, o autor reconhece o papel determinante da produção e deixa claro que os objetos (mercadorias) existentes no mercado capitalista contemporâneo, apesar de aparentarem uma certa independência e/ou existência próprias, são fruto do trabalho humano e são dominados pela lei do valor de troca:

Os objectos não constituem nem uma flora nem uma fauna. No entanto, sugerem a impressão de vegetação proliferante e de selva em que o novo homem selvagem dos

tempos modernos tem dificuldade em reencontrar os reflexos da civilização. A fauna e a flora que o homem produziu, que o assediam e atacam como nos maus romances de ficção científica, importa descrevê-las rapidamente tais como as contemplamos e vivemos — sem olvidar jamais que elas, no fausto e na profusão correspondentes constituem o *produto de uma actividade humana*, sendo dominadas, não por leis ecológicas naturais mas pela lei do valor de troca (BAUDRILLARD, 1991, p. 16 – grifos do autor).

No primeiro capítulo deste estudo foi observado que, na sociedade capitalista, o consumo desempenha papel fundamental no sentido de promover o crescimento e o desenvolvimento. Não é por acaso que neste sistema o consumo é tão incentivado. Segundo BAUDRILLARD (1991), o mercado utiliza determinadas estratégias para apresentar seus produtos ao consumidor, visando a seduzi-lo e capturá-lo. Os produtos são apresentados cada vez mais em conjunto, de forma a realçar a sua **abundância** e a sua existência enquanto **coletividade**. A própria relação do consumidor com os objetos de consumo foi transformada radicalmente, sofisticando-se, complexificando-se e adquirindo significados:

Raros são os objectos que hoje se oferecem isolados, sem o contexto de objectos que os exprimam. Transformou-se a relação do consumidor ao objecto: já não se refere a tal objecto na sua utilidade específica, mas ao conjunto de objectos na sua significação total. A máquina de lavar roupa, o frigorífico, a máquina de lavar louça, etc., possuem um sentido global e diferente do que têm individualmente como utensílios (BAUDRILLARD, 1991, p. 17).

Assim, os objetos significam mais para o consumidor em termos de totalidade do que individualmente. Isto pode estar relacionado à crescente importância que o significado da mercadoria tem adquirido para o consumidor em detrimento da sua utilidade. Ou seja, esta transformação que foi operada na relação entre consumidor e objeto, refere-se à **progressiva valorização do significado do objeto**. O impulso de consumir é cada vez mais mediado pela percepção de que o objeto é portador de um significado e cada vez menos mediado pelo fator objetivo da utilidade. A percepção da imensa variedade de objetos de consumo como uma totalidade é facilitada pela figura do *Shopping Center*, pois este espaço agrega praticamente todos os tipos de mercadorias e serviços, desde alimentos e vestuário até cultura e lazer, misturando elementos diversos de forma homogeneizada e

compactada. Este espaço, também favorece o fortalecimento da percepção da mercadoria como elemento portador de um significado. Por essas razões, BAUDRILLARD (1991) refere-se a tal espaço como um “amálgama de signos”. Em sentido figurado a palavra amálgama diz respeito à “mistura de elementos que, embora diversos, contribuem para formar um todo” (FERREIRA, 1999). Assim, apesar da diversidade incontestável dos ambientes de consumo modernos, configurou-se a imagem de um todo onde um signo total é consumido através de signos parciais.

O signo ou símbolo é “aquilo que, por um princípio de analogia, representa ou substitui outra coisa” ou “aquilo que tem valor evocativo, mágico ou místico” (FERREIRA, 1999). A já referida dimensão subjetiva do consumo é tratada por BAUDRILLARD (1991) pela expressão “mentalidade de consumo”. Dizer que o consumo possui uma mentalidade equivale, pelo menos em parte, a dizer que ele é governado por pensamentos. Dentro desta linha argumentativa, o consumo é governado por uma mentalidade primitiva, por um pensamento mágico, baseado na crença na onipotência dos signos, ou seja, o consumo se passa em uma instância mais imaginária do que real, de modo que “na prática cotidiana, os benefícios do consumo não se vivem como fruto do trabalho ou de processos de produção; vivem-se como *milagre*” (BAUDRILLARD, 1991, p. 22 – grifo do autor).

O símbolo (ou signo), como já foi dito, define-se como algo que possui **valor mágico** e milagroso. Admitir que o pensamento mágico rege o consumo, é o mesmo que admitir que o indivíduo ao consumir está voltado mais para o símbolo do que para a satisfação de uma necessidade material. Este aspecto do consumo, que será devidamente aprofundado mais adiante, é importante para que se possa compreender porque os bens de consumo ofuscam ou deixam na sobra o fato de serem eles mesmos frutos de processos de trabalho, passam a impressão de serem caídos do céu.

Os bens de consumo apresentam-se, pois, como *poder apreendido* e não como produtos trabalhados. E, de maneira mais geral, a profusão dos bens experimenta-se, depois de cortada das determinações objectivas, como *uma graça da natureza*, como maná e benefício do céu. (...) Porque, apesar da abundância se tornar cotidiana e banal, continua a viver-se como milagre diário, na medida em que se revela, não como produzida,

arrancada e conquistada, no termo de um esforço histórico e social, mas como *dispensada* por uma instância mitológica benéfica, de que somos os herdeiros legítimos: a Técnica, o Progresso, o Crescimento, etc. (BAUDRILLARD, 1991, p. 22-23 – grifos do autor).

Dito de outra maneira, o conjunto dos bens de consumo disponíveis chamam a atenção do consumidor como uma entidade total que se faz apreender pela abundância. Tal abundância é portadora do signo da felicidade. O consumidor só pode experimentar e consumir o signo da abundância em toda a sua plenitude quando tal experiência encontra-se cortada ou desvinculada de suas determinações materiais e objetivas. Tal desvinculação, obviamente nunca se opera na prática, pois os bens de consumo de qualquer natureza resultam sempre de algumas horas de trabalho humano e, se são apresentados como mercadorias, têm que possuir um valor de troca. A desvinculação aludida é algo, portanto, que só é possível na vivência individual, na experiência “mágica” do consumo de símbolos. BAUDRILLARD (1991) ao colocar em evidência a dimensão simbólica do consumo, toma cuidado para não subestimar o aspecto da materialidade (ineliminável) da sociedade capitalista. Ele comenta:

Não quer isto dizer que a nossa sociedade não seja, antes de mais, objectivamente e de modo decisivo, uma sociedade de produção, *uma ordem de produção*, por consequência, o lugar da estratégia econômica e política. Mas, quer-se também significar que nela se enreda uma ordem do consumo, que se manifesta como ordem da manipulação dos signos. Em tal medida, é possível traçar o paralelo (sem dúvida arriscado) com o pensamento mágico, porque ambos *vivem de signos e ao abrigo dos signos* (BAUDRILLARD, 1991, p. 23 – grifos do autor).

Claro está, portanto, que as pessoas vivem em um mundo real, um mundo de produção, onde são rodeadas por mercadorias reais. Contudo, vive-se **constantemente a recusa da realidade e busca-se abrigo nos signos**. O autor chega a essa conclusão através da análise, também, das comunicações de massa, afirmando que os meios de comunicação não fornecem a realidade ao consumidor e sim a “vertigem da realidade”. A partir desta constatação, BAUDRILLARD (1991) define o que ele chama de “praxis do consumo”:

A relação do consumidor ao mundo real, à política, à história, à cultura, não é a do interesse, do investimento, da responsabilidade empunhada — também não é a da indiferença total, mas sim a da CURIOSIDADE. Segundo o mesmo esquema, pode afirmar-se que a dimensão do consumo até aqui por nós definida, não é a do conhecimento do mundo, nem igualmente a da ignorância completa: é a do DESCONHECIMENTO (BAUDRILLARD, 1991, p. 25 – grifos do autor).

Considerando que o comportamento básico do consumidor diante dos objetos de consumo de todo tipo (de alimentos e roupas até informações e imagens) é pautado basicamente pela curiosidade e pelo desconhecimento, mais uma vez, confirma-se a dimensão simbólica do consumo. Assim, por meio do consumo o indivíduo relaciona-se com o real através da recusa desse real e da busca desenfreada pela apreensão de signos.

Algumas contradições referentes ao fator abundância (disposição de bens cada vez mais numerosos) são sinalizadas por BAUDRILLARD (1991) e merecem aqui ser destacadas. Primeiramente, o autor salienta que há uma estreita relação entre a abundância e o prejuízo. Ou seja, os progressos representados pela abundância ocorrem simultaneamente à multiplicação de prejuízos cada vez mais graves — a destruição do ambiente natural (poluição), a desvalorização acelerada de produtos e máquinas e a intensa mobilidade (instabilidade/insegurança) da força de trabalho. Tais prejuízos são conseqüências do desenvolvimento tecnológico e industrial e da própria estrutura de consumo que ele engendra.

O modo de vida proposto pela sociedade de consumo é baseado na abundância e na apresentação de novidades em um ritmo cada vez mais acelerado. Contudo, nem todos são capazes de acompanhar tal ritmo. Não acompanhar é, efetivamente, estar fora do modo de vida socialmente proposto como modelo. Porém, foi visto no primeiro capítulo deste estudo que a produção desta camada populacional incapaz de acompanhar e usufruir os bens e serviços inerentes à sociedade capitalista contemporânea, ou seja, a produção de pobres é algo intrínseco ao sistema. Esta hipótese também é levantada por BAUDRILLARD (1991), que considera a pobreza e todo o conjunto de prejuízos já citados aqui, como **elementos permanentes do crescimento**. Em suas palavras:

Encontramos o mesmo problema a propósito da pobreza, da “reserva” de pobreza que as sociedades de crescimento “arrastam atrás de si” como tara, constituindo um dos seus “danos” mais graves. É preciso admitir a hipótese de que todos estes prejuízos se inserem nalgum lado como factores positivos, como factores permanentes do crescimento, como impulso da produção e do consumo. (...) É em virtude das taras ocultas; dos desequilíbrios, dos prejuízos, dos vícios relativos a um sistema racional que o sistema real de facto prospera (BAUDRILLARD, 1991, p. 37).

O autor não está referindo-se apenas à pobreza, ele fala dos prejuízos como um todo que são resultantes da processualidade do desenvolvimento do sistema. Para ele, tais prejuízos são, ao mesmo tempo, negativos e positivos, na medida em que, mesmo sendo reconhecidos como prejuízos, têm o poder de impulsionar a produção e o consumo.

A abundância também mantém uma estreita relação com o desperdício. Segundo BAUDRILLARD (1991), quando parte-se de uma definição simplista do consumo, ou seja, uma definição de carácter moral que se baseia unicamente na utilidade e inutilidade dos bens, a relação entre desperdício e abundância não pode ser devidamente compreendida. A concepção moralizante do consumo enfatiza o valor de uso dos objetos (a utilidade), considerando que tudo que foi produzido para o uso deve ser efetivamente usado, aproveitado. Assim, o desperdício seria uma loucura ou, no mínimo, uma disfunção.

Daí pode-se arriscar a seguinte análise: a concepção moral do consumo baseia-se numa lógica racionalista e econômica, na qual os gastos devem ser realizados segundo motivações objetivas e seguindo uma ordem de prioridades que vai do necessário ao supérfluo. Tal concepção constitui-se num solo fértil e propício para brotar os julgamentos, freqüentemente estreitos e preconceituosos, dirigidos ao consumo dos pobres. Daí a noção de que o pobre tem que racionalizar seus gastos ao ponto de dirigi-los única e exclusivamente para um consumo de necessidades básicas. Dentro dessa visão considera-se uma “disfunção” ou um comportamento irresponsável a opção ou preferência por um telefone celular antes de bens como geladeira ou alimentos de qualidade, por exemplo. É preciso ficar claro que todas as classes sociais enquadram-se na lógica do desperdício, nem mesmo as

populações mais miseráveis escapam disso²⁵. Não é o nível de renda que comanda necessariamente as práticas. A dimensão simbólica do consumo é tão real que manifesta-se também nas situações adversas à prática material do consumo, ou seja, nas situações onde o recurso monetário é escasso.

Essa questão será retomada mais adiante no processo de análise dos dados obtidos na pesquisa de campo. Neste momento quer-se apenas frisar que a ênfase puramente na utilidade, simplifica o entendimento do consumo e, portanto, deve ser revista. O homem necessita do excesso para existir, de modo que o desperdício não é algo irrelevante e/ou que possa ser tratado do ponto de vista moral. O desperdício é um fenômeno que faz parte de todas as sociedades humanas e, ao menos por isso, deve ser objeto de atenção mais rigorosa: “Todas as sociedades desperdiçaram, dilapidaram, gastaram e consumiram sempre além do estrito necessário, pela simples razão de que é no consumo do excedente e do supérfluo que, tanto o indivíduo como a sociedade, se sentem não só existir, mas viver” (BAUDRILLARD, 1991, p. 38). Esta afirmação reforça, pois, o quanto é complexa a categoria consumo. Ao admitir-se que é no consumo do excedente/supérfluo que o indivíduo tem a possibilidade de sentir sua existência e sua vida, está-se admitindo também que o consumo possui, além de uma dimensão racional e utilitária, **uma dimensão simbólica e de sentido**. Daí, o questionamento de BAUDRILLARD (1991) a respeito da relação entre abundância e desperdício:

...um dos problemas fundamentais postos pelo consumo é o seguinte: os seres organizam-se em função da sobrevivência ou em função do sentido, individual ou coletivo, que dão à sua vida? Ora, o valor de “ser”, valor estrutural, pode implicar o sacrifício de valores econômicos. E semelhante problema não é metafísico. Encontra-se no centro do consumo e pode traduzir-se assim: *no fundo, a abundância só terá sentido no desperdício?* (BAUDRILLARD, 1991, p. 39 – grifos do autor).

Desta forma, ao se falar em abundância não está-se falando do estritamente necessário, e sim do excedente. É o desperdício que dá sentido à abundância. Em

²⁵ “Oh, não discutam a ‘necessidade’! O mais pobre dos mendigos possui ainda algo de supérfluo na mais miserável coisa. Reduzam a natureza às necessidades da natureza e o homem ficará reduzido ao animal: a sua vida deixará de ter valor. Compreendes por acaso que necessitamos de um pequeno excesso para existir?” – diz Shakespeare no *Rei Lear* (apud BAUDRILLARD, 1991, p. 39).

outros termos, para que a abundância se torne um valor, para que seja de fato abundância “...é preciso que haja não o bastante, mas *demasiado* — importa que se mantenha e manifeste uma diferença significativa entre o necessário e o supérfluo...” (BAUDRILLARD, 1991, p. 40 – grifo do autor). Ou seja, contraditoriamente, é o desperdício que confere significado à abundância, não a utilidade. Segundo BAUDRILLARD (1991), a própria produção não se orienta em função do valor de uso ou da durabilidade dos objetos, mas, sim, em função da morte e obsolescência destes:

Sabe-se ainda que a ordem da produção não sobrevive a não ser ao preço de semelhante extermínio, de perpétuo “suicídio” calculado do parque dos objectos, e que tal operação se baseia na “sabotagem” tecnológica ou no desuso organizado sob o signo da moda. A publicidade realiza o prodígio de um orçamento considerável gasto com o único fim, não de acrescentar, mas de *tirar o valor* de uso dos objectos, de diminuir o seu valor/tempo, sujeitando-se ao valor/moda e à renovação acelerada (BAUDRILLARD, 1991, p. 42 – grifos do autor).

Sendo assim, apesar do momento atual ser pautado pela **raridade**, é o desperdício que orienta o sistema econômico capitalista, pois o desperdício e a destruição são fatores que impulsionam o crescimento. Neste âmbito, o consumo configura-se como elemento mediador entre produção e destruição.

3.3 DIFERENCIAÇÃO SOCIAL: UM ASPECTO DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DO CONSUMO

É necessário tecer algumas observações a respeito da raridade, pois a partir do tema das **raridades** pode-se adentrar na questão da **diferenciação social**. Para BAUDRILLARD (1991), a época contemporânea faz surgir novas raridades. No seu ponto de vista, a crescente generalização do consumo de bens e serviços para a massa da população, faz com que o acesso aos objetos deixe de ser o único critério de distinção da posição social dos indivíduos²⁶. Essa tendência se verifica na medida em que o acesso aos bens manufaturados e serviços de primeira necessidade

²⁶ O ponto de vista de BAUDRILLARD (1991) sobre o papel dos objetos no processo de diferenciação social será, mais adiante, contrastado com a visão de Pierre BOURDIEU (1983).

atinge a camadas cada vez mais amplas da sociedade²⁷. Isso, obviamente, não é indicativo de redução da desigualdade, esta entendida aqui como imanente ao sistema. Tal generalização indica apenas que o desenvolvimento urbano-industrial engendra novas raridades, transferindo a base da distinção entre as classes sociais para outros critérios, outros objetos, outros bens.

A influência do meio urbano e industrial faz aparecer novas raridades: o espaço e o tempo, a verdade, a água, o silêncio... Determinados bens, outrora gratuitos e disponíveis em profusão, tornam-se bens de luxo acessíveis apenas aos privilegiados, ao passo que os bens manufacturados ou os serviços são oferecidos em massa. (...) Os objectos de consumo corrente tornam-se cada vez menos significativos da categoria social, e até mesmo os rendimentos, na medida em que as maiores disparidades se vão atenuando, vêm diminuir o seu valor como critério distintivo (BAUDRILLARD, 1991, p. 56).

Quando o autor fala em **atenuação das disparidades sociais**, isso deve ser lido com cautela. Na verdade, o conjunto da sua obra caminha no sentido de demonstrar que os prejuízos em geral, incluindo pobreza e desigualdade, são inseparáveis do sistema capitalista e da sociedade de consumo. Assim, é necessário reconhecer que foi no sistema capitalista que de fato ocorreu uma fantástica generalização do acesso a bens e serviços dos mais variados tipos para parcelas cada vez mais significativas de pessoas. Na raiz desse fenômeno, nunca antes visto com tal amplitude na história, estão, como ressalta HOBBSAWM (1996), a predominância da população mundial que vive em cidades (urbanização), a generalização do acesso ao sistema escolar (aumentando as possibilidades de acesso à informação) e a produção em larga escala, que promove o barateamento dos custos e a conseqüente redução de preços. Contudo, ao mesmo tempo que isso tem

²⁷ É importante deixar claro que a posse de bens para muitos estudiosos, pesquisadores e institutos de pesquisa constitui-se no principal critério adotado para a classificação socioeconômica das populações. É o caso do CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA BRASIL, ou simplesmente "Critério Brasil". Este critério de classificação econômica da população foi desenvolvido pela ABA (Associação Brasileira de Anunciantes) e é utilizado por vários institutos de pesquisa tais como a ANEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa), a ABIPEME (Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado) e o Instituto Datavale.

O Critério Brasil busca estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, sem adotar a classificação por classes sociais. Procede à divisão de mercado pela via exclusiva de classes econômicas. Assim, a estratificação se define através da pontuação em função de duas variáveis: propriedade de bens e escolaridade do chefe da família (Informações extraídas do site www.datavale-sp.com.br em 15/09/2003) Outras informações sobre o Critério Brasil consultar: www.aba.com.br e www.anep.org.br.

que ser reconhecido, também é importante que se atente para a crescente exclusão social que gera os miseráveis ou os sobrantes. Estes, contrariando a tendência geral, não têm acesso aos objetos de consumo corrente com facilidade, não têm acesso nem mesmo ao básico para a sobrevivência.

Partindo dessas considerações, é importante observar que as populações pobres e miseráveis, mesmo não tendo suas necessidades básicas amplamente satisfeitas, não dispensam o consumo de bens tais como televisão, aparelho de som, vídeo cassete e telefone celular. Isso foi constatado através da já referida pesquisa de campo que forneceu os dados empíricos do presente estudo. Essa discussão será aprofundada no próximo capítulo. Neste momento, contudo, é importante ressaltar que o fato de pessoas muito pobres terem acesso a bens de consumo relativamente sofisticados e cujos preços são relativamente elevados, pode indicar que o consumo é uma via legítima de homogeneização social, ou de atenuação das diferenças, desigualdades e disparidades. Todo o cuidado deve ser tomado a esse respeito, pois, segundo BAUDRILLARD (1991), isso não é verdadeiro. Para ele, o fato de indivíduos de classes sociais extremas utilizarem os mesmos objetos e os mesmos produtos, contribui para que o consumo seja visto e entendido como meio de homogeneização e de igualdade perante as pessoas. Porém, **tal igualdade é apenas uma ilusão** que manifesta-se na aparência, ao nível da cotidianidade mais superficial. A mesma ilusão ocorre com a educação, a partir da generalização do acesso à escola. É importante frisar que tanto o consumo quanto a escola, apesar de aparentemente encobrirem as disparidades sociais, são **instituições de classe**:

Surge a tentação de admitir o consumo e a participação crescente nos mesmos (?) bens e nos mesmos (?) produtos, materiais e culturais, como correctivo para a disparidade social, a hierarquia e a discriminação sempre maior do poder e das responsabilidades. De fato, a ideologia do consumo, de modo análogo à da escola, desempenha bem semelhante papel (isto é, a representação que se tem da igualdade total perante a máquina elétrica de barbear ou ao automóvel — como também a que se tem da igualdade total a respeito da escrita e da leitura). Sem dúvida, toda a gente sabe hoje virtualmente ler e escrever²⁸, toda a gente tem (ou terá) a mesma máquina de lavar roupa e compra os mesmos livros de bolso. No entanto, semelhante igualdade é puramente formal: apesar de se referir ao mais concreto é abstrata (BAUDRILLARD, 1991, p.57-58).

²⁸ O autor, ao afirmar que todos sabem ler e escrever, primeiro, não está dirigindo-se, obviamente, a uma realidade mundial e, segundo, pretende destacar que o simples saber ler e escrever não indica quase nada em termos de igualdade entre as pessoas.

O autor completa sua argumentação sinalizando que os objetos em si, individualmente, consumidos isoladamente, sejam eles quais forem, não têm sentido. Ou seja, o consumo do automóvel, da máquina de lavar roupa, do aparelho elétrico de barbear, do telefone celular etc., só adquire sentido distintivo, só serve para indicar posições mais privilegiadas na escala social quando se dá em determinado contexto, numa determinada configuração e, o que é mais importante, quando se dá em conjunto. Portanto, os objetos consumidos isoladamente não indicam nada em termos de distinção social. É a “constelação” de objetos que possui sentido (BAUDRILLARD, 1991).

Na medida em que o consumo é instituição de classe, e na medida em que seu sentido distintivo apenas materializa-se numa perspectiva de conjunto, a posse de um objeto sofisticado, em si mesmo, além de não indicar posição de prestígio, pode, em certos casos, fazer do indivíduo um alvo de críticas e julgamentos negativos. Está-se aqui fazendo referência, particularmente, àqueles que vivem em situação de pobreza ou miséria e optam por comprar, por exemplo, um tênis de marca famosa — portanto, relativamente caro — e, ao mesmo tempo, declaram não querer banheiro em sua residência devido ao consumo de água que ele acarretaria. Situações como esta foram observadas na pesquisa de campo realizada e não são casos de exceção. Isso confirma que o terreno do consumo é repleto de sentido.

Retornando ao tema das novas raridades (silêncio, ar puro, espaço...), deve-se ressaltar que elas representam critérios mais sutis de demarcação das diferenças entre as diversas camadas sociais, e desta forma, segundo BAUDRILLARD (1991), sinalizam que o consumo, no sentido de despesa e posse de objetos visíveis e palpáveis, vem perdendo seu valor como meio distintivo:

Desde já se vê a hierarquia social a adoptar critérios mais subtis: o tipo de trabalho e de responsabilidade, o nível de educação e de cultura (a *maneira* de consumir bens correntes pode constituir uma qualidade “muito rara”), a participação nas decisões. O saber e o poder são ou irão ser os dois bens mais raros das sociedades de abundância (BAUDRILLARD, 1991, p. 56 – grifo do autor).

Mesmo admitindo a crescente importância desses critérios de distinção abstratos, mais uma vez deve-se observar que **a existência de camadas sociais que vivem em situação de penúria e escassez contribui para que ainda permaneçam vivos os critérios concretos de diferenciação social**, aqueles pautados na despesa, na compra e na posse direta de objetos.

A respeito do papel distintivo que o acesso e a posse dos objetos exercem entre os diferentes grupos e classes sociais, Pierre BOURDIEU (1983), em seu texto intitulado “Gostos de classe e estilos de vida”, adota um ponto de vista diferenciado. BOURDIEU (1983) analisa as diferenças no estilo de vida entre burguesia e trabalhadores ou entre pequena burguesia e operários de vários níveis. As suas conclusões e considerações são baseadas em estudos empíricos e pesquisas criteriosas da realidade social francesa. O autor considera que a desigualdade é um fenômeno que está longe de manifestar-se apenas na instância social. Apresenta subsídios empíricos e teóricos da existência da luta de classes na esfera simbólica.

O autor afirma que os **estilos de vida** estão fortemente relacionados às diferentes posições do indivíduo no espaço social, isto é, são **determinados pelas condições de existência objetivas do indivíduo**: “Às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (BOURDIEU, 1983, p. 82). Ao mesmo tempo, reconhece que o estilo de vida, bem como as práticas e propriedades (objetos) que lhe correspondem, não são comandados e condicionados diretamente pelo nível de renda. Eles, antes, são produto do operador prático ao qual BOURDIEU (1983) chama de *habitus*²⁹. Nas palavras do autor:

As correlações estatísticas entre propriedades assim como os vencimentos ou o nível de instrução e tal ou qual prática (a fotografia ou a visita a museus) não autorizam fazer deles fatores explicativos: não é propriamente um baixo ou alto salário que comanda as práticas objetivamente ajustadas a esses meios, mas o gosto, *gosto modesto* ou *gosto de*

²⁹ Para ORTIZ (1983), a noção de *habitus* é construída em BOURDIEU a partir da visão escolástica que apreendia o hábito como um *modus operandi*. O *habitus* conforma e orienta a ação, assegurando a reprodução das relações que estão na base de sua produção. O *habitus* é social e individual. Assim o *habitus* pressupõe a interiorização de valores e normas, o que implica internalização da objetividade. Ou seja, o processo de internalização de representações objetivas se dá condicionado por posições sociais com caráter de classe.

luxo, que é a transcrição durável delas nas tendências e que encontra nesses meios as condições de sua realização. Isto se torna evidente em todos os casos onde, em seguida a uma mudança de posição social, as condições nas quais o *habitus* foi produzido não coincidem com as condições nas quais ele funciona e onde podemos, portanto, apreender um efeito autônomo do *habitus* e, através dele, das condições (passadas) de sua produção (BOURDIEU, 1983, p. 82 – grifos do autor).

Assim, o *habitus* tem a possibilidade de permanecer e/ou resistir a uma alteração das condições sociais nas quais o indivíduo vive. Mas isso não quer dizer que o *habitus* seja, na sua gênese, algo totalmente desvinculado das condições objetivas de existência. É importante frisar que ele é determinado pela situação material, contudo, uma vez posto, passa a incorporar um caráter autônomo que lhe confere o título de “sistema de disposições duráveis e transponíveis” (BOURDIEU, 1983, p. 82). A autonomia do *habitus* é, portanto, traduzida nestas duas palavras: **durável e transponível**.

Deste modo, o *habitus* é entendido como o “princípio unificador e gerador de todas as práticas” (BOURDIEU, 1983, p. 83). O **gosto**, entendido pelo autor como a “propensão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas” (p. 83), é, por sua vez, o princípio gerador do **estilo de vida**. Este é visto como um conjunto de preferências distintivas, ou seja, que demarcam as diferenças e oposições entre as classes sociais. Quando o estilo de vida se distancia da necessidade e das urgências, temos um sinal de que ele passa a ser produto de decisões e, desta forma, afasta-se do chamado “gosto de necessidade” para ser influenciado cada vez mais pelo chamado “gosto de liberdade” (BOURDIEU, 1983, p. 88).

Segundo BOURDIEU (1983), o consumo (envolvendo propriedades e práticas) possui inquestionável valor distintivo. Contudo, o autor admite que o valor distintivo conferido aos objetos depende e/ou varia conforme o grupo social considerado. Assim, pessoas pertencentes a um determinado grupo valorizam determinado tipo de mercadoria em detrimento de outro, pois o que é visto como raridade para uma classe social pode ser banal e comum para outra. Nas palavras do autor:

...as classes privilegiadas não podem identificar sua distinção às propriedades, práticas ou “virtudes” que, há muito possuídas, não precisam mais ser reivindicadas ou, tornadas comuns, guardam seu valor de uso, mas perdem seu valor distintivo. Os gostos obedecem, assim, a uma espécie de lei de Engels generalizada: a cada nível de distribuição, o que é raro e constitui um luxo inacessível ou uma fantasia absurda para os ocupantes do nível anterior ou inferior, torna-se banal ou comum, e se encontra relegado à ordem do necessário, do evidente, pelo aparecimento de novos consumos, mais raros e, portanto, mais distintivos (BOURDIEU, 1983, p. 85).

As classes populares convivem com a limitação econômica e cultural que as impedem de ter acesso ao estilo de vida de outras classes mais abastadas. Contudo, o autor salienta que as classes populares manifestam, cada dia com mais intensidade, a intenção de vivenciar o estilo de vida de classes situadas em níveis mais elevados da estratificação social. É importante ressaltar que nesta postura encontra-se embutido o desejo de diferenciação e distinção, mas também está presente um aspecto de **submissão** aos padrões de vida dos grupos situados em patamares superiores na hierarquia social. Esta submissão é detectada por BOURDIEU (1983) na classe operária francesa: “Tudo leva a pensar que a fração de classe mais consciente da classe operária permanece muito profundamente submissa, em matéria de cultura e de língua, às normas e aos valores dominantes...” (p. 108).

Assim, observa-se que o estilo de vida popular não se compõe de consumos de luxo, contudo, é caracterizado pela presença de bens de consumo que buscam imitar o consumo de luxo. Para BOURDIEU (1983), essa seria a forma mais sutil de alienação. Desta maneira, o autor não acredita na existência de uma cultura popular, no sentido que se atribui de contracultura (dirigida conscientemente contra a cultura dominante); segundo ele, o que se verifica de fato é “uma forma mutilada, diminuída, empobrecida, parcial, da cultura dominante” (BOURDIEU, 1983, p.106). Neste ponto o autor coloca uma questão essencial para o reconhecimento da dominação e de seus veículos de manifestação, ou seja, as relações de poder e de dominação aparecem também no âmbito da cultura, expressando-se pela via do consumo de bens.

A linha de argumentação adotada até aqui permite que o consumo seja compreendido **além das fronteiras da necessidade puramente material**. Assim, a

lógica social do consumo “...não é a da apropriação individual *do valor de uso* dos bens e dos serviços (...); também não é a lógica da satisfação, mas a lógica da produção e da manipulação dos significantes sociais” (BAUDRILLARD, 1991, p. 59 – grifos do autor). Considerando que a lógica social do consumo escapa da pura e simples materialidade, dois aspectos são fundamentais para a análise do mesmo: primeiro, consumo como processo de **significação** e de **comunicação** — como uma linguagem — e, segundo, consumo como processo de classificação e de **diferenciação** social — como valor distintivo (BAUDRILLARD, 1991). Para o presente estudo, os dois aspectos são importantes, pois entende-se como pressuposto que o comportamento ou prática de consumo do indivíduo, mesmo em situação de pobreza, é pautado pelo fundamento do significado do objeto consumido e pelo fundamento de comunicação, de troca de mensagens entre o indivíduo e aqueles que o circundam. Ou seja, o próprio significado do objeto consumido só pode realizar-se plenamente se tal consumo ocorre em sociedade, diante de outros, num processo de comunicação e troca de mensagens significativas no contexto das relações sociais. Todavia, mesmo reconhecendo a importância do consumo como forma de comunicação, o estudo deve-se **remeter ao fundamento de classificação e diferenciação social, pois é neste nível que o consumo assume sua dimensão ilimitada. Todo esforço aponta no sentido de buscar os nexos desse fundamento com a prática de consumo de indivíduos em situação de pobreza.**

Entendendo o consumo como um processo de diferenciação entre as pessoas, o princípio básico de análise da categoria é o seguinte:

Nunca se consome o objecto em si (no seu valor de uso) — os objectos (no sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tomado como referência ideal quer demarcando-o do respectivo grupo por referência a um grupo de estatuto superior (BAUDRILLARD, 1991, p. 60).

Se não são os objetos, materialmente falando, que são consumidos, está-se afirmando (e reafirmando) que **o consumo é uma prática não material**. Logo, o lado simbólico do consumo mais uma vez é posto em evidência: “... não são os

objetos e os produtos materiais que são objeto de consumo: estes são apenas objeto da necessidade e da satisfação. (...) O consumo, pelo fato de possuir um sentido, é uma atividade de manipulação sistemática de signos” (BAUDRILLARD, 2000, p. 206).

A dimensão do **sentido**, do **significado**, é apontada por DOUGLAS & ISHERWOOD (1990) como a **função essencial** do consumo. O consumo é uma atividade que serve para pensar, pautando as próprias relações sociais. O consumidor tem como objetivo construir um mundo inteligível, no qual ele possa se reconhecer utilizando como veículo as próprias mercadorias que são alvo de sua escolha pessoal. O cotidiano dos indivíduos é repleto de rituais. **Viver sem rituais, seria viver sem significados** precisos. As mercadorias e os bens são componentes fundamentais dos rituais humanos, ou seja, o consumo é um ritual, que tem a capacidade de conferir **sentido aos acontecimentos** cotidianos (DOUGLAS & ISHERWOOD, 1990).

Voltando-se à questão da classificação e da diferenciação social, vê-se que o processo de **diferenciação social**, presente e/ou embutido na atividade de consumo “... surge como processo social fundamental por cujo intermédio cada qual *se insere na sociedade...*” (BAUDRILLARD, 1991, p. 60 – grifos do autor). É necessário olhar para esta afirmação com o máximo de cuidado. Assim, se o processo de diferenciação social é apontado como um processo social fundamental, isso equivale a dizer que ele é um processo social básico, essencial, necessário. Ou seja, é **elemento essencial e necessário** da sociedade. Além disso, por meio dele o indivíduo se **insere** na sociedade. Consequentemente, pode-se afirmar que a prática do consumo, por ser um veículo de diferenciação social, também é um processo social fundamental. Segundo BAUDRILLARD (1991), o processo de diferenciação social possui um **aspecto vivido** e um **aspecto estrutural**.

O **aspecto estrutural** escapa ao controle dos indivíduos e sua base é ligada à renda, ao cálculo, ao valor de uso, à satisfação de necessidades. Em geral, os economistas prendem-se a esse aspecto para analisar os movimentos do sistema do consumo, especialmente para explicar a tendência sempre forte de o consumo acelerar-se e expandir-se de forma gigantesca e ilimitada. A visão dos economistas

é construída com base no crescimento de bens e de rendimentos. Ou seja, o crescimento econômico, eleva os rendimentos individuais e tal elevação alarga as possibilidades de consumo. De que forma? A elevação da renda, provoca o surgimento de novos bens e também provoca uma melhoria na qualidade dos mesmos. Isso deve ser frisado: **os economistas relacionam renda e qualidade, de modo que o crescimento da renda conduz ao melhoramento da qualidade.** A rigorosa análise de BAUDRILLARD (1991), chama a atenção para a **tese implícita** nesse pensamento: **quanto mais se ganha, quanto maior a renda, maiores e melhores são os padrões de consumo efetivos e as perspectivas futuras de consumo.** Para o autor, esta tese só pode ser fruto de uma concepção que se baseia no crescimento de bens e rendimentos, o que é bem diferente de uma concepção cuja base é a relação e a diferenciação por símbolos.

Desta forma, para uma adequada compreensão do campo do consumo, em especial, para o entendimento do consumo como uma atividade de manipulação sistemática de signos, BAUDRILLARD (1991) propõe que a diferenciação social seja analisada a partir do seu **aspecto vivido**:

O consumidor vive as suas condutas distintivas como liberdade e como aspiração, como escolha, e não como *condicionamento de diferenciação* e de obediência a um código. Diferenciar-se equivale sempre a instaurar a ordem total das diferenças, que constitui sem mais o facto da sociedade total e ultrapassa inelutavelmente o indivíduo. Ao distinguir-se na ordem das diferenças, o indivíduo restabelece-a, condenando-se, portanto, a inscrever-se nela só de modo relativo. Cada indivíduo vive os próprios lucros sociais diferenciais como lucros absolutos e não o constrangimento estrutural que está na origem da permuta das posições e da permanência da ordem das diferenças (BAUDRILLARD, 1991, p. 60 – grifos do autor).

A citação deixa claro que a vivência da diferenciação do consumidor é pautada pela liberdade. **A prática do consumo é vivenciada como escolha livre, por isso, o indivíduo se inscreve na ordem das diferenças de modo relativo, e não de modo absoluto, matemático, subordinado ao constrangimento estrutural rígido.** É este condicionamento de relatividade que explica o carácter ilimitado do consumo:

...é este *condicionamento de relatividade* que é determinante, na medida em que é por referência a ele que a inscrição diferencial *jamaís terá fim*. Só ele explica o caráter fundamental do consumo, o seu caráter ILIMITADO — dimensão inexplicável por meio de uma teoria das necessidades e da satisfação... (BAUDRILLARD, 1991, p. 60 – grifos do autor).

Assim, para que se possa compreender a prática do consumo como veículo de distinção social, como portadora de uma dimensão subjetiva, não se pode permanecer preso à já referida visão econômica que subordina e vincula o consumo exclusivamente ao elemento renda. Deve-se reconhecer a relevância da dimensão econômica sem, contudo, torná-la absoluta. A explicação da prática do consumo tem que libertar-se da lógica da satisfação e da necessidade e deve ser buscada no interior da lógica da diferenciação. Dentro da lógica da diferenciação o consumidor é induzido indefinidamente à busca de novos signos, ou seja, a sua insatisfação é sempre renovada, sua insatisfação é definitiva, permanente (BAUDRILLARD, 1991). Esse caráter ilimitado do consumo, não encontra explicação dentro dos limites do cálculo matemático e do valor de uso.

No âmbito das necessidades e das satisfações das mesmas é importante salientar que:

...nenhuma necessidade emerge espontaneamente do consumidor de base (...), as necessidades e as satisfações escoam-se para baixo (“trickling down”) em virtude de um princípio absoluto e de uma espécie de imperativo social categórico, que constitui o suporte da distância e da diferenciação por meio dos signos. Semelhante lei é que condiciona toda a inovação de objectos enquanto material distintivo; esta lei de renovação do material distintivo “a partir de cima para baixo” é que atravessa o universo global do consumo e não, em sentido inverso (de baixo para cima, para a homogeneidade total), a ascendência dos rendimentos (BAUDRILLARD, 1991, pp. 61-62).

Com isso, o autor está mais uma vez reforçando dois de seus argumentos:

(1) não é a ascendência dos rendimentos o fator determinante da prática do consumo e (2) as necessidades (e até as perspectivas/desejos de consumo) não nascem do consumidor de base, elas passam a fazer parte deste universo somente após já terem passado pelas camadas de elite (“as necessidades escoam-se para baixo”).

Quando uma necessidade “escoa para baixo”, ou seja, quando deixa de fazer parte do universo seletivo das elites e caminha em direção às camadas inferiores (média e baixa), isso é um sinal de que foi substituída por outra bem ou necessidade distintiva. Assim, fica preservada a distância.

As inovações de objetos de consumo, indispensáveis à manutenção do material social distintivo, ocorrem primeiramente no cume e seguem a trajetória de cima para baixo na escala social. Desta forma, “...as necessidades das classes médias e inferiores são sempre, como os objectos, passíveis de atraso e deslocamento no tempo e no plano cultural, em relação às das classes superiores” (BAUDRILLARD, 1991, p. 62).

Segundo BAUDRILLARD (1991), o processo de crescimento produz concomitantemente bens e necessidades, contudo esta produção não ocorre no mesmo ritmo. Ele esclarece que a produção de bens tem seu ritmo baseado na produtividade industrial, e a produção de necessidades, por sua vez, tem seu ritmo baseado na lógica da diferenciação social. Em outros termos, as necessidades de consumo possuem uma dinâmica própria de produção caracterizada por uma “mobilidade ascendente e irreversível” (BAUDRILLARD, 1991, p. 62).

Desta forma, chegou-se ao ponto culminante e central do presente estudo. Ou seja, o ponto que permite localizar na dinâmica interna das **necessidades de consumo** o próprio caráter ilimitado da prática do consumo. **As necessidades são uma função lógica da diferenciação social, por isso são ilimitadas, crescem em ritmo acelerado e incontrolável.**

Esta noção é facilmente aceita e/ou compreendida quando refere-se a camadas e grupos sociais que não convivem com o problema da escassez de recursos, porém, para os grupos que são atingidos pela pobreza, essa noção do caráter ilimitado do consumo pode gerar questionamentos e dúvidas. É exatamente neste aspecto que procura-se tocar: entende-se que a dimensão simbólica do consumo manifesta sua presença tanto entre os não-pobres, quanto entre os pobres.

Para os objetivos do presente estudo, antes de finalizar este capítulo é necessário olhar com mais cuidado para esse **caráter irreprimível das necessidades**. Levando em consideração que busca-se conhecer as características da

prática de consumo (padrões de consumo e perspectivas de consumo) de chefes de família que vivem em domicílios com renda *per capita* de até 1 salário mínimo, é importante que se tenha claro que algum tipo de influência o fator renda exerce sobre o universo das necessidades. Especialmente nesta faixa de renda onde a situação de escassez de recursos materiais atinge níveis extremos. Assim, por mais que se trabalhe com a noção de consumo, que neste estudo, é explicitamente caracterizada como possuindo uma dimensão simbólica (ilimitada e incontável), é necessário que se questione — e isso pode parecer contraditório — qual é o limite de tal incontabilidade diante de uma condição social fortemente marcada pela pobreza material, pelos baixos rendimentos.

Repetindo: pode parecer contraditório indagar sobre o limite de algo já admitido, no nível da análise, como ilimitado. E tal questionamento pode sugerir ou aparentar que está havendo posicionamento discordante a essa tese dos autores. Mas é justamente o contrário que se pretende aqui. Pretende-se reforçar essa tese demonstrando que a dimensão simbólica do consumo também se faz presente em situações adversas, como é o caso da situação de pobreza material. Portanto, visando a uma adequada apresentação da linha argumentativa adotada, deve-se destacar e reiterar as duas premissas básicas do presente estudo e que são fundamentais para desenhar o rumo que pretende-se percorrer a partir deste momento:

1. Concorda-se com a tese da dimensão simbólica da prática do consumo; e
2. Considera-se que essa tese mantém sua validade no universo particular e específico da pobreza, contudo, **assume contornos relativos**.

Partindo dessas premissas de análise pretende-se testar a hipótese de pesquisa — a pobreza não é capaz de limitar o padrão de consumo do indivíduo ao ponto de impedi-lo de consumir bens supérfluos. Em outros termos a baixa renda impõe limites ao consumo, mas não é capaz de anular a dimensão de significado do consumo, ou seja, não consegue anular no indivíduo o desejo e/ou necessidade de diferenciação social.

A respeito do comportamento das necessidades diante de situações sociais objetivas de penúria, o próprio BAUDRILLARD (1991) apresenta alguns

argumentos que apontam no sentido de admitir **limites para o caráter ilimitado ou o componente incontrolável da prática do consumo.**

Claro está, é preciso admitir (com os diversos inquéritos efectuados a tal respeito, em especial, acerca das necessidades culturais) certa *inércia sociológica* das necessidades; quer dizer, certa indexação das necessidades e das aspirações relativas à situação social adquirida (e nunca aos bens oferecidos, como pensam os teóricos do condicionamento) (BAUDRILLARD, 1991, p. 63 – grifos do autor).

A citação acima traz um elemento de extrema importância para a elucidação do objeto de estudo: a questão da **inércia sociológica das necessidades ou indexação das necessidades**, que refere-se precisamente a uma certa limitação das mesmas diante das condições sociais objetivas em que o indivíduo se encontra. Ou seja, o autor admite que **existe certo grau de influência da situação social concreta sobre as necessidades individuais**. E mais: **identifica que tal influência é derivada de “certa dose de realismo”** (BAUDRILLARD, 1991, p. 63). Esse realismo seria precisamente um **freio** para aquilo que os autores James ENGEL, Roger BLACKWELL e Paul MINIARD (2000) chamam de **“reconhecimento de necessidades”** — a primeira fase do processo de tomada de decisão por parte do consumidor. Esse conceito será retomado mais adiante.

ENGEL, BLACKWELL e MINIARD (2000) na obra **Comportamento do consumidor**, abordam o tema do consumo e do comportamento do consumidor numa perspectiva de marketing. Evidentemente, esta não é a linha de análise do presente estudo, porém, a referida obra traz conceitos importantes que, além de elucidar, contribuem para enriquecer o tratamento do objeto de estudo.

Primeiramente, vale sinalizar que os autores ENGEL, BLACKWELL e MINIARD (2000) também reconhecem o consumo como prática que possui um duplo caráter — objetivo e simbólico. Esse duplo caráter do consumo está diretamente ligado aos tipos de necessidades que os indivíduos sentem e/ou manifestam. Ao analisarem a natureza do processo decisório do consumidor e os fatores que influenciam tal processo, distinguem dois grandes grupos de necessidades:

...as necessidades sentidas podem ser classificadas em duas categorias amplas, com base nos benefícios esperados da compra e uso: (1) necessidades utilitárias e (2) necessidades hedonistas/vivenciais. As **necessidades utilitárias** levam em consideração os atributos ou benefícios objetivos, funcionais, do produto, enquanto as **necessidades hedonistas/vivenciais** abrangem respostas, prazeres, fantasias e considerações estéticas subjetivas (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 267-268 – grifos dos autores).

A citação deixa claro que os autores levam em consideração a dimensão simbólica do consumo, pois consideram que o campo do consumo além de satisfazer necessidades objetivas, é capaz de satisfazer necessidades ligadas ao prazer, status (conceito no qual está inserida a questão da **distinção**³⁰), prestígio e valorização da auto-imagem. Na prática do consumo essas duas dimensões freqüentemente coexistem:

É comum que as necessidades utilitárias ou hedonistas funcionem simultaneamente numa decisão de compra. Por exemplo, um comprador potencial compra carros de luxo europeus em dimensões objetivas como altura, espaço do banco traseiro, aceleração e sistema de trava automática. Os benefícios hedonistas, entretanto, podem incluir considerações subjetivas tais como um senso de status e prestígio derivado da posse de um carro top de linha e o puro senso do prazer em dirigir (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 268).

Assim, subestimar a face simbólica do consumo é considerar que os consumidores agem de forma semi-automática, sendo motivados apenas por fatores cognitivos como preço e desempenho. Porém, na verdade, “os consumidores são motivados tanto por motivações racionais (utilitárias) quanto emocionais” (COPELAND³¹ *apud* ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 268).

Sobre o conceito de “reconhecimento de necessidade”, já citado, ele é assim entendido: “...rotulamos o primeiro estágio do processo de tomada de decisão como reconhecimento de necessidade — definido como a percepção de uma diferença entre o estado desejado de coisas e a situação real que seja suficiente para despertar e ativar o processo decisório” (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 115).

³⁰ Status é entendido como “O grau de distinção ou de prestígio, ou a situação hierárquica de um indivíduo ou grupo de indivíduos perante os demais membros de seu grupo social, dependente de avaliações e critérios variáveis conforme as diferentes sociedades, e associados a ações, comportamentos e expectativas correspondentes” (FERREIRA, 1999).

³¹ COPELAND, Melvin. *Principles of merchandising*. Chicago: A. W. Shaw, 1924.

O reconhecimento de necessidade depende do grau de discrepância existente entre a situação atual do indivíduo e a situação almejada por ele. Uma determinada necessidade é reconhecida quando tal discrepância ultrapassa um certo limite. Não cabe neste estudo identificar o limiar entre um estágio e outro, o que importa é frisar que o reconhecimento de necessidade é afetado tanto por fatores objetivos quanto simbólicos. Desta forma, a preocupação com a “auto-imagem”, o compromisso com a “boa forma física”, o desejo de ter o “último modelo”, são fatores que podem influenciar no reconhecimento de necessidade e relacionam-se diretamente à questão do consumo como forma de distinção. Por essa razão pode-se afirmar que “o reconhecimento de necessidade provavelmente será multifacetado e complexo” (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 96).

Evidentemente, o reconhecimento de necessidade puro e simples não garante automaticamente a ação de compra e posterior consumo do produto ou serviço. Ou seja, se “...a satisfação da necessidade estiver além dos recursos econômicos ou temporais do consumidor, a ação será improvável” (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 116). O que não quer dizer que será impossível, pois sempre pode haver por parte do consumidor a decisão de satisfazer uma determinada necessidade em detrimento de outra (básica ou não).

Assim, não se pode descartar o seguinte fato: condições objetivas de vida podem influenciar a dinâmica essencialmente simbólica (incontrolável e ilimitada) da prática do consumo. Isso é o mesmo que afirmar que as **condições materiais pautadas pela pobreza podem operar no sentido de manter as necessidades de consumo, ou seja, o reconhecimento de tais necessidades, dentro de determinados patamares “convenientes”**. A influência limitante das condições materiais de vida colaboram no sentido de impedir que as necessidades se prolonguem para além das possibilidades objetivas postas.

Observa-se, portanto, que os autores consultados ao longo deste terceiro capítulo e nos quais buscou-se sustentação teórica para fundamentar o objeto de estudo, ao mesmo tempo que defendem o caráter simbólico da prática do consumo, admitem que indivíduos situados nas posições sociais inferiores adotam uma postura resignada na produção das próprias necessidades. A lógica disso é

basicamente a seguinte: estabelecendo objetivos pequenos ou modestos, o indivíduo aumenta as possibilidades concretas de satisfação. Por consequência, reduzem-se suas chances de decepção ou frustração. Esses e outros aspectos referentes à dimensão subjetiva do consumo, em especial na situação de pobreza, foram verificados através da já citada pesquisa de campo, cujos dados serão apresentados e analisados mais adiante. No capítulo seguinte, que trata da metodologia da pesquisa, apresentar-se-ão os procedimentos referentes à pesquisa de campo e à revisão bibliográfica que fundamenta o tratamento teórico dos dados empíricos.

4 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

4.1 DEFINIÇÃO DOS TERMOS

A busca teórica efetuada nos três primeiros capítulos cumpre o papel de colaborar na fundamentação dos conceitos e categorias reunidos para a o processo de construção e análise do objeto de estudo. Nesta subseção tratar-se-á de resgatar as principais categorias aludidas (e dispersas) ao longo do trabalho com o objetivo de retomar a fundamentação de cada uma delas e apresentá-las de forma esquemática. Este procedimento visa a facilitar o entendimento e a absorção das informações apresentadas daqui por diante e faz-se necessário na medida em que, no capítulo seguinte, onde será efetuada a apresentação e análise dos dados empíricos, tais categorias serão freqüentemente citadas.

É importante frisar que todos os conceitos listados a seguir referem-se à forma como as categorias são entendidas no presente estudo, o que não quer dizer que sejam conceitos absolutos. Evidentemente, há outras formas igualmente válidas de definir essas categorias.

- **Pobreza (absoluta):** insuficiência de renda capaz de gerar condições de vida inadequadas. É pobre aquele cuja renda total permite apenas a satisfação de necessidades alimentares. Ou seja, é pobre aquele que tem o que comer, porém, não consegue satisfazer as outras necessidades básicas. Este é o parâmetro para o estabelecimento da linha de pobreza utilizado no Brasil. Isto é: a linha de pobreza é calculada considerando os gastos com alimentação como uma parte dos gastos totais mínimos. A linha de pobreza no Brasil é geralmente estabelecida variando entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo mensal *per capita* (CARVALHO, 1997; ROCHA, 2000);
- **Indigência ou extrema pobreza:** É indigente aquele cuja renda total é insuficiente para a satisfação das necessidades alimentares (faminto). Este é o parâmetro para a determinação da linha de indigência utilizada no Brasil. Isto é: a linha de indigência é calculada considerando os gastos mínimos com alimentação suficientes para manter uma pessoa viva. A linha de indigência no

Brasil é fixada normalmente variando entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal *per capita* (CARVALHO, 1997; ROCHA, 2000);

- **Necessidades básicas:** Compõe-se de necessidades alimentares (cesta básica de alimentos que atenda às necessidades nutricionais mínimas) e necessidades não-alimentares, tais como habitação, vestuário, transporte, educação, saúde e lazer;
- **Consumo propriamente dito:** é o consumo realizado pelo consumidor final, no qual o produto criado se torna produto efetivo, confirma-se como produto. Difere do consumo produtivo, realizado no ato da produção, como, por exemplo, o consumo de matérias-primas. Neste estudo, onde se lê apenas “consumo”, deve-se entender como “consumo propriamente dito”;
- **Dimensão utilitária do consumo:** refere-se ao valor de uso do objeto (bem ou serviço), ou seja ao caráter funcional e de desempenho. É esta dimensão do consumo que atenta para a relação custo (preço) e benefício que emerge no ato da compra. Esta é freqüentemente mencionada no trabalho como a dimensão material do consumo, pois satisfaz necessidades objetivas;
- **Lógica racional, utilitária e econômica:** é citada por BAUDRILLARD (1991) como a concepção do consumo que busca ajustar convenientemente a renda aos gastos. É a interpretação economicista do consumo;
- **Necessidades utilitárias ou objetivas:** necessidades vinculadas à sobrevivência física, e aos aspectos de funcionalidade que fazem parte da vida cotidiana material;
- **Dimensão simbólica do consumo:** refere-se ao significado ou sentido que o objeto (bem ou serviço) adquire para o consumidor. É a dimensão imaterial do consumo. É nesta dimensão que o consumidor pode satisfazer necessidades vivenciais;
- **Necessidades hedonistas/vivenciais ou simbólicas:** necessidades relativas ao sujeito, existentes no sujeito, válidas para o sujeito, vinculadas ao prazer, aos sentimentos e emoções. O desejo de diferenciação/distinção social é um exemplo deste tipo de necessidade;
- **Chefe de família:** aquele que se auto-declara o chefe do domicílio;

- **Família:** conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, independente de laços consangüíneos;
- **Padrão de consumo familiar:** engloba três elementos: disponibilidade corrente de bens e serviços, renda e abastecimento (perfil da distribuição vigente). Desta forma, cada sociedade específica possui um padrão de consumo médio que difere de outras. No presente estudo optou-se por adotar os itens que constam do padrão de consumo médio do Brasil como parâmetro e modelo, pois o universo da pesquisa, apesar de ser uma comunidade muito pobre, localiza-se em região urbana.
- **Reconhecimento de necessidade:** é o primeiro estágio do processo de tomada de decisão, entendido como a percepção de uma diferença entre o estado desejado de coisas e a situação real. Depende do grau de discrepância entre as duas situações, que precisa ser suficiente para despertar e ativar o processo decisório;
- **Interesses de consumo:** refere-se à **importância** que o consumidor dá a determinado item de consumo comparativamente a um conjunto de bens;
- **Perspectivas de consumo (individual):** são as **projeções** ou **desejos** de consumo que o consumidor manifesta, independente dos recursos existentes em seu poder para efetuar a compra;
- **Visão econômica/racional/utilitária da prática do consumo:** a visão que entende o consumo como meio para satisfação de necessidades utilitárias/materiais apenas, pois enfatiza o valor de uso. Nesta, o indivíduo consome apenas o valor de uso dos produtos e não o significado dos mesmos, além disso, os gastos devem ser realizados segundo motivações objetivas e seguindo uma ordem de prioridades que vai do necessário ao supérfluo. Também citada como concepção moral do consumo;
- **Caráter ilimitado do consumo:** liga-se ao esquema social de produção das necessidades, que caracteriza-se por ser ascendente e irreversível. As necessidades são produzidas com base na lógica da diferenciação social, por isso são ilimitadas, crescem em ritmo acelerado e incontrolável. Desta forma, não há limites para as necessidades, especialmente as necessidades vivenciais.

4.2 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O presente estudo tem como **objeto de pesquisa** a presença e/ou manifestação da dimensão simbólica e/ou social do consumo na situação de pobreza. Duas **unidades de análise** foram escolhidas: (1) **os interesses de consumo de chefes de família que vivem em domicílios com renda mensal *per capita* de até 1 salário mínimo**, e (2) **o padrão de consumo das suas respectivas famílias**. Aqui, vale lembrar que, neste estudo, “família” é o termo conferido para o conjunto de pessoas que vive sob o mesmo teto, independente de laços consangüíneos; e “chefe de família” é entendido como aquele indivíduo dentro desse conjunto de pessoas que se auto-declara como tal.

Algumas observações a respeito do valor adotado de 1 salário mínimo são necessárias. Sabe-se que a linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal *per capita* é o parâmetro utilizado atualmente pelo Estado brasileiro para definir e selecionar os usuários das principais políticas de Assistência Social dirigidas à parcela mais pauperizada da população. Tais políticas são precisamente a bolsa-escola, a bolsa-alimentação e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)³². Como foi discutido no segundo capítulo deste estudo, para o contexto brasileiro, uma linha de pobreza de 1 salário mínimo é considerada muito alta para fins de elaboração de propostas de políticas sociais, na verdade, esse valor tornaria financeiramente inviável a implementação de políticas sociais dirigidas aos setores mais pobres da população, pois alargaria demasiadamente o público-alvo. Contudo, para os propósitos do presente estudo, ou seja, para conhecer o componente simbólico existente nas características da prática de consumo (padrão de consumo familiar e interesses de consumo) dos pobres e verificar a validade da tese do caráter simbólico do consumo nas situações de pobreza, esse valor de 1 salário mínimo mensal *per capita* para a linha de pobreza não configura-se como inconveniente.

Parte-se da seguinte **hipótese**: a pobreza não é capaz de limitar o padrão de consumo do indivíduo a ponto de impedi-lo de consumir bens supérfluos. Em

³² Estes são programas assistenciais do governo federal, direcionados à infância e à família pauperizada. Tais programas obedecem aos princípios neoliberais de focalização e seletividade, que a partir dos anos 1990 passaram a marcar a estrutura das políticas sociais brasileiras.

outros termos, **a baixa renda impõe limites ao consumo**, mas não é capaz de anular a **dimensão simbólica e social** do consumo, ou seja, **não consegue anular no indivíduo o desejo e/ou necessidade de diferenciação social**.

Assim, a **prática de consumo dos pobres tende para as necessidades básicas**. Ao mesmo tempo, não apresenta comportamento reprimido que chegue a enquadrar-se plenamente na **lógica racional, utilitária e econômica de adequação entre renda e gastos**. Isto é: dizer que a **prática de consumo dos pobres tende ao necessário**, não é o mesmo que dizer que **limita-se ou permanece presa absolutamente aos itens de necessidade**. Como foi colocado na terceira parte deste trabalho, duas premissas fundamentais orientam a presente análise: primeiro, a tese da **dimensão simbólica da prática do consumo (caráter ilimitado do consumo)**; e, segundo, nas **situações de pobreza** o caráter simbólico e/ou social do consumo mantém sua validade, contudo, **assume contornos relativos**.

Melhor explicando: dizer que o referido caráter ilimitado assume contornos relativos é o mesmo que afirmar que a **prática de consumo dos pobres é limitada e ilimitada ao mesmo tempo**, ou, simplesmente, é **relativamente ilimitada**.

Sobre o caráter ilimitado do consumo vale esclarecer que, no presente estudo, não há a pretensão de estabelecer-se um parâmetro ou uma escala de medida que permita mensurar o que é ou não ilimitado e limitado na prática de consumo dos pobres. O caráter ilimitado do consumo, como já foi explicitado na subseção anterior, refere-se, fundamentalmente, ao esquema social de produção das necessidades, que caracteriza-se por ser ascendente e irreversível, pois as necessidades são produzidas com base na lógica da diferenciação social, por isso, são ilimitadas. Desta forma, não há limites para as necessidades, especialmente as necessidades vivenciais. A busca da satisfação de tais necessidades se dá pela via do consumo e este, conseqüentemente, tende a manifestar também esse caráter ilimitado. Evidentemente, as necessidades vivenciais/simbólicas/sociais são, em si mesmas, muito mais ilimitadas do que a prática do consumo propriamente dita. Esse caráter irreprimível das necessidades simbólicas, ao ser transposto para a prática do consumo encontra nesta instância um fator limitante — a renda. Ou seja, por mais

rico que um indivíduo seja, sempre haverá algo que sua fortuna acumulada e sua renda (circulante) não possam comprar. Não se pode perder de vista, portanto, que o consumo é objetivo e simbólico ao mesmo tempo. As duas dimensões são inseparáveis e funcionam simultaneamente. Enquanto a sua dimensão simbólica ou social apresenta-se ilimitada, a sua dimensão objetiva funciona como um limite para a primeira. Contudo, a dimensão objetiva sofre impactos diretos da dimensão simbólica, por isso não se deixa reprimir total e absolutamente pelo fator limitante da renda. Por esse motivo, não é raro o comportamento do consumidor apresentar-se “irracional” do ponto de vista econômico, racional e utilitário da prática do consumo. Partindo dessa hipótese, os objetivos centrais do presente estudo são precisamente:

1. Verificar a validade da dimensão simbólica do consumo no universo particular e específico da pobreza;
2. demonstrar que a dimensão simbólica (caráter ilimitado) do consumo assume contornos **relativos** na situação de pobreza;
3. demonstrar que consumidores de baixa renda compram itens supérfluos.

Neste âmbito, estabelece-se como variável independente a dimensão simbólica/social do consumo e como variável dependente, a compra de bens supérfluos que, na situação de pobreza, se dá em detrimento de certas necessidades básicas.

Quanto ao **referencial teórico**, vale observar que um estudo que pretende identificar as relações que existem entre pobreza e consumo, levando em conta a dimensão simbólica deste último, corre forte risco de adotar interpretações e teorias que são excludentes entre si, caindo, desta forma, no ecletismo. Ou seja, deve-se ter o cuidado de proceder com um rigor tal, que a análise teórica efetuada seja pertinente a uma única matriz do pensamento social. Isso implica no cuidado em não conciliar pontos de vista inconciliáveis, porque totalmente opostos; em adotar uma matriz do pensamento social, e ser coerente com ela ao longo de toda a pesquisa. Contudo, não significa uma negação do **pluralismo**, não implica em isolar-se na matriz escolhida, não significa excluir contribuições de outras correntes do pensamento social. A esse respeito Carlos Nelson COUTINHO (1995) esclarece:

...no terreno da ciência, natural ou social, o pluralismo não pode implicar o ecletismo (...)
É através da troca de idéias, da discussão com o diferente, que podemos afinar nossas verdades, fazer com que a teoria se aproxime o mais possível do real. Não há ciência que esgote o real, pois a ciência é sempre aproximativa. Então, é absolutamente necessário o debate de idéias, no sentido de esclarecer nossas posições em relação a aproximação a uma verdade cada vez mais abrangente.

Mas isso, a meu ver, não implica e não pode implicar ecletismo. Isto é: não se pode pensar em conciliar pontos de vista inconciliáveis, em nome do pluralismo. (...)

Dou um exemplo: embora eu seja marxista – pois acho que o marxismo é o ponto de vista mais verdadeiro sobre o social –, estou convencido hoje, como marxista, de que temos de reconhecer a enorme contribuição de Freud para o conhecimento do ser humano. Seria ecletismo, porém, se tentássemos conciliar a teoria social de Marx com a teoria social de Freud. Se dizemos que é verdade que a história se explica pela luta de classes, não podemos dizer que é também verdade, como diz Freud, que os conflitos decorrem do aumento da repressão sexual e, como tal, do aumento da agressividade. São posições absolutamente incompatíveis. (...)

Não obstante, feliz ou infelizmente, Marx nada disse sobre a criança. Não especulou sobre uma coisa básica que Freud descobriu, que é a sexualidade da criança. Até Freud — isso pode parecer uma coisa fantástica, mas foi assim —, ninguém tinha se dado conta de que a criança tem sexualidade. Freud foi o primeiro a registrar este fato. Marx também não falou da existência do inconsciente psíquico individual. Isso foi uma coisa que Freud descobriu. Descobriu que todos nós sonhamos, que todos nós cometemos atos falhos, através dos quais esse inconsciente se manifesta como um dado empírico.

Penso que aceitar a teoria freudiana da neurose, a etiologia sexual das neuroses, é absolutamente compatível com a aceitação do marxismo, como teoria social. Isso não é ecletismo, porque estamos lidando com dimensões diferentes (COUTINHO, 1995, p. 13).

Desta forma, procura-se investigar e conhecer a relação entre pobreza e consumo, considerando-se o fator renda como um determinante importante nesta relação. Ao mesmo tempo, também procura-se levar em consideração determinantes que se infiltram nesta relação além do elemento renda, situados no universo simbólico.

O objeto da presente pesquisa remete-se às dimensões macro e microscópica de conhecimentos. Assim, para a compreensão do fenômeno pobreza recorre-se à teoria social de MARX e aos pressupostos fundamentais dessa visão social de mundo, e para a categoria consumo, lança-se mão de estudos da sociologia do consumo, através de duas importantes obras de Jean BAUDRILLARD, **A sociedade de consumo** (1991) e **O sistema dos objetos** (2000). Ainda visando a fundamentação da categoria consumo investiga-se o estudo de Pierre BOURDIEU (1983) intitulado **Gostos de classe e estilos de vida**.

Tanto BAUDRILLARD, quanto BOURDIEU demonstram a capacidade de superar a oposição que há no campo da sociologia entre subjetivistas e objetivistas.

Partindo de ambos os autores, pode-se afirmar que o reconhecimento da dimensão simbólica da atividade de consumo não deve excluir a dimensão objetiva dessa mesma atividade. Ao consumir, o indivíduo satisfaz necessidades materiais e imateriais, estas últimas situadas no campo simbólico.

4.3 PESQUISA DE CAMPO

4.3.1 Universo e amostragem

Os dados empíricos que revelam o padrão de consumo médio das famílias e os interesses de consumo dos chefes de família foram obtidos através de pesquisa de campo, realizada no loteamento *Paz e Bem*³³ localizado no município de Guarapuava, região Centro-oeste do Estado do Paraná. Este universo é uma comunidade que possui 500 lotes, cada qual contendo uma moradia. A pesquisa cobriu uma amostragem de 20%, ou seja, atingiu 100 domicílios.

Como já foi sinalizado na introdução, a escolha desta comunidade deve-se basicamente a dois fatores. Primeiro, porque as famílias que lá residem enquadram-se perfeitamente no nível socioeconômico que diz respeito ao objeto da presente pesquisa. Isto é: são famílias que vivem em situação de pobreza, com renda mensal *per capita* de até 1 salário mínimo. Segundo, devido à localização geográfica, que garante a facilidade de acesso, pois a referida comunidade situa-se no município de Guarapuava-PR, no qual reside toda a equipe que participou do processo de coleta de dados. Há ainda uma outra razão para a escolha da referida comunidade: a participação direta da autora no processo de criação do loteamento ocorrido em 1998. Nesta ocasião, como Assistente Social na Prefeitura Municipal de Guarapuava, a autora teve a oportunidade de participar do processo de cadastramento, apoio social e transferência das famílias de uma área de risco (sempre sujeita a enchentes) para uma área segura da cidade. No município há outras comunidades que apresentam as características socioeconômicas ideais para

³³ O mapa do loteamento encontra-se no anexo 2.

os objetivos do presente estudo, porém, o conhecimento do histórico da comunidade foi também fator que influenciou para que ela fosse a escolhida entre outras localidades igualmente pobres existentes na cidade.

4.3.2 Instrumento de pesquisa e coleta de dados

Os dados empíricos, como já foi dito, foram obtidos através de pesquisa de campo que adotou como universo o Loteamento Paz e Bem. O processo de **coleta de dados**, que será apresentado mais adiante, foi antecedido por uma etapa de preparação que atingiu os **entrevistadores** e o próprio **instrumento de pesquisa**.

4.3.2.1 Instrumento de pesquisa: preparação e objetivos

O instrumento adotado para coleta de dados foi o **questionário** contendo perguntas fechadas e abertas. O questionário é considerado uma técnica de observação direta, “trata-se de um questionamento que consiste em submeter grupos de indivíduos a séries de questões para obter respostas formuladas numa situação de comunicação artificial que é criada pela presença dos investigadores” (THIOLLENT, 1987, p. 32). O questionário contém implícito em suas perguntas as hipóteses e os objetivos da pesquisa, propiciando a obtenção de *informação fatural* – objetiva e numérica –, e de *informação opinativa* – interesses (THIOLLENT, 1987).

Inicialmente foi preparado um **modelo inicial de questionário para ser submetido a teste**. O teste foi feito na própria comunidade universo da pesquisa e a primeira versão do questionário foi aplicada para um total de 10 famílias. Esse procedimento permitiu identificar as falhas existentes na primeira versão, bem como a respectiva correção destas. A partir do teste foram alterados quatro pontos do questionário. Primeiro, na pergunta 12, referente ao padrão de consumo da família, os itens “alimentação” e “higiene” foram agrupados porque os entrevistados não conseguiram separar esses dois tipos de gastos. Segundo, ainda na pergunta 12, o item “despesas diversas” foi alterado. O teste revelou dois tipos de respostas: “não tenho outras despesas” (duas respostas) e “gasto com jogo, para tentar a sorte” (oito

respostas). A partir dessa constatação o item despesas diversas passou a incluir “jogos de azar”. Terceiro, o teste mostrou ainda que os entrevistados sempre justificavam e/ou teciam comentários sobre as suas respostas. Por isso foi incluído no questionário um espaço para anotação destas observações acompanhando cada item de consumo listado. Por fim, o teste revelou que havia uma predisposição dos entrevistados para falarem sobre suas perspectivas de consumo, sobre futuras aquisições. Por isso, foram incluídas perguntas sobre perspectivas/aspirações de consumo visando a identificar carências, desejos ou necessidades ocultas. Contudo, neste estudo, este tema será apenas tangenciado, ficando o seu aprofundamento para futuras investigações e pesquisas.

Após as alterações citadas, o instrumento de pesquisa atingiu sua versão final³⁴. A seguir será apresentada uma análise detalhada do questionário utilizado para coleta de dados, contendo a justificativa e/ou os objetivos de cada pergunta.

QUADRO 1: OBJETIVOS DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Pergunta	Justificativa e/ou objetivos
1. Sexo do chefe da família	- Identificar possíveis diferenças na prática do consumo entre homens e mulheres
2. Faixa etária do chefe da família	- Identificar possíveis variações na prática do consumo Segundo a faixa etária do indivíduo
3. Composição familiar:	- Conhecer a estrutura da unidade familiar e reunir dados para traçar o perfil das famílias
4. número de membros do domicílio	- Informação indispensável para obter o valor da renda <i>per capita</i> domiciliar
5. Posição do chefe da família na composição familiar	- Conhecer a estrutura da unidade familiar e reunir dados para traçar o perfil das famílias
6. Escolaridade do chefe da família:	- Conhecer a estrutura da unidade familiar e reunir dados para traçar o perfil das famílias; - Identificar possíveis variações na prática do consumo Segundo a escolaridade do indivíduo.
7. Renda individual do chefe do domicílio	- Informação indispensável para conhecer a Renda Familiar e, posteriormente, a renda <i>per capita</i> .
7.1. Soma da renda individual dos outros membros do domicílio	- Informação indispensável para conhecer a Renda Familiar e, posteriormente, a renda <i>per capita</i> .
8. Benefícios de renda mínima	- Informação indispensável para conhecer a Renda Familiar e, posteriormente, a renda <i>per capita</i> .
9. Renda familiar	- Informação indispensável para conhecer a renda <i>per capita</i> Domiciliar.

³⁴ O questionário em sua forma final encontra-se no anexo 1.

10. Renda <i>per capita</i> domiciliar	<ul style="list-style-type: none"> - Informação indispensável para conhecer o perfil socioeconômico da unidade domiciliar; - Informação indispensável para os objetivos da pesquisa pois remete-se diretamente ao objeto e à hipótese.
11. Ocupação do chefe da família (e vínculo empregatício)	<ul style="list-style-type: none"> - Reunir dados para traçar o perfil socioeconômico das famílias; - Identificar possíveis variações na prática do consumo segundo a ocupação e vínculo empregatício do indivíduo.
12. Padrão de consumo da família	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer o percentual da renda familiar gasto em necessidades alimentares e não-alimentares; - O campo “observações” que consta ao final de cada item é importante para anotações dos comentários dos entrevistados. Tais comentários, freqüentemente, são carregados de sentido.
13. Moradia (vínculo de propriedade)	<ul style="list-style-type: none"> - Reunir dados para traçar o perfil socioeconômico das famílias.
14. Tipo de construção	<ul style="list-style-type: none"> - Permite conhecer a qualidade da moradia e é importante indicativo do perfil socioeconômico da família.
15. Infra-estrutura urbana	<ul style="list-style-type: none"> - Permite conhecer as características socioeconômicas da comunidade/bairro.
16. Interesses de consumo 16.1 – Indagar sobre a ordem de importância dos itens listados e sobre perspectivas de consumo.	<ul style="list-style-type: none"> - Pergunta que remete-se diretamente ao objeto e à hipótese de pesquisa; - Primeira coluna: permite conhecer os interesses de consumo dos chefes de família a respeito da lista de bens de consumo apresentada; e permite verificar a presença da dimensão simbólica do consumo nas situações de pobreza; - Segunda coluna: permite reunir informações sobre o nível sócio-econômico das famílias; - Terceira coluna da tabela: permite conhecer algumas perspectivas de consumo dos entrevistados.
16.2 – Item que não consta na lista	<ul style="list-style-type: none"> - Permite ampliar as informações sobre as perspectivas/aspirações consumidoras dos entrevistados, visto que é uma pergunta totalmente aberta.
16.3 – Bem que gostaria de adquirir mas considera muito difícil ou quase sonho	<ul style="list-style-type: none"> - Permite avaliar o comportamento das perspectivas/aspirações de consumo nas situações de pobreza.

4.3.2.2 Treinamento da equipe de entrevistadores

A pesquisa de campo foi realizada por uma equipe de 25 entrevistadores composta por acadêmicos do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)³⁵. O processo de treinamento teve a duração de 30 dias, sendo realizado através de um encontro semanal de duas horas,

³⁵ A referida equipe de entrevistadores é composta de alunos da autora que leciona na UNICENTRO, desde o ano de 2001.

totalizando oito horas. O treinamento incluiu informações sobre o projeto da pesquisa (tema, objeto, hipótese e objetivos) e informações sobre a forma adequada de aplicação do questionário, com ênfase nos riscos de indução de respostas por parte do entrevistador. Para tanto, foram feitas diversas simulações de entrevista, onde várias situações de entrevista foram lançadas para o grupo e vários caminhos e soluções foram discutidos exaustivamente.

4.3.2.3 O processo de coleta e tratamento dos dados

O instrumento de pesquisa foi aplicado em 100 domicílios da comunidade, sendo dirigido apenas ao chefe da família, ou seja, àquele indivíduo que, dentre o conjunto de ocupantes do domicílio, se auto-declarou como chefe. Cada entrevistador aplicou quatro questionários. Todo o trabalho de coleta foi realizado em uma única tarde de sábado³⁶, pois desta forma seriam maiores as chances de encontrar o chefe da família em casa.

A aplicação do instrumento de pesquisa foi efetuada de forma alternada, com um intervalo de cinco domicílios entre um questionário e outro. Esse procedimento garantiu que a amostragem pesquisada não ficasse concentrada em uma região específica da comunidade, e sim ficasse distribuída de maneira mais ou menos uniforme por todo o universo da pesquisa.

Após coletados os dados foram tratados observando-se as frequências relativas de respostas para cada questão. Visando a uma análise comparativa estratificou-se os dados por gênero e faixa etária, sistematizando-se informações sobre os interesses e perspectivas de consumo dos entrevistados.

Procedendo-se à tabulação cruzada dos dados, buscou-se por meio de valores médios, clarificar a forma como a renda familiar obtida é distribuída pelos diversos itens de necessidade selecionados. Além disso, buscou-se através desses dados identificar a possível presença da já referida dimensão simbólica do consumo no universo da pobreza.

³⁶ A coleta de dados foi realizada no dia 14/06/2003.

5 A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO CONSUMO NA SITUAÇÃO DE POBREZA: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

Considerando-se as discussões já efetuadas até o presente momento a respeito das categorias pobreza e consumo, pode-se resumir alguns pontos e aspectos fundamentais para a continuidade do presente estudo. No primeiro capítulo, o enfoque básico foi a relação entre a pobreza e o sistema capitalista, onde o esforço foi direcionado para demonstrar que o sistema capitalista tem historicamente produzido e reproduzido a pobreza. Assim, todas as vantagens materiais que esse sistema pode trazer e que efetivamente trouxe para a vida cotidiana têm se mantido restritas à determinadas classes e grupos sociais mais privilegiados.

No segundo capítulo efetuou-se uma maior aproximação com o conceito de pobreza, sinalizando-se alguns problemas referentes à sua mensuração. Foi apresentada, ainda, uma breve discussão sobre os determinantes da pobreza na sociedade brasileira e sobre a distinção entre pobreza e desigualdade.

No terceiro capítulo tratou-se de abordar a categoria consumo como uma prática não apenas material. Foi ressaltada a dimensão simbólica da atividade de consumo, pois esta é de interesse especial para o tratamento do objeto de estudo.

No quarto capítulo, que trata da metodologia da pesquisa, foram apresentados os procedimentos referentes à pesquisa de campo (coleta de dados empíricos), bem como ao tratamento teórico dos dados.

5.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NA COMUNIDADE PAZ E BEM

5.1.1 O município de Guarapuava: características socioeconômicas gerais

A Comunidade Paz e Bem localiza-se no Município de Guarapuava-PR. Antes da apresentação dos dados empíricos referentes à situação socioeconômica da comunidade, faz-se necessário caracterizar e identificar, brevemente, o município

de Guarapuava³⁷, para que fique claramente situado o universo da pesquisa no contexto mais amplo do Estado do Paraná.

QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL – MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

Descrição	Valor	Unidade	Percentual
População	155.161	Habitantes	
Pessoas residentes – área urbana	141.694	Habitantes	91,32%
Pessoas residentes – área rural	13.467	Habitantes	8,68%
Abastecimento de Água			
Domicílios particulares permanentes	41980	Domicílios	
Domicílios particulares permanentes – forma de abastecimento de água – rede geral	37789	Domicílios	90,1%
Domicílios particulares permanentes – forma de abastecimento de água – poço, nascente ou outras formas	4191	Domicílios	9,9%
Instalação sanitária no Domicílio			
Domicílios particulares permanentes – com banheiro ou sanitário	41240	Domicílios	98,23%
Domicílios particulares permanentes – sem banheiro ou sanitário	740	Domicílios	1,77%
Esgotamento sanitário			
Domicílios particulares permanentes – esgotamento sanitário – rede geral	16770	Domicílios	39,94%
Destino do Lixo			
Domicílios particulares permanentes – destino de lixo – coletado	37976	Domicílios	90,46%
Domicílios particulares permanentes – destino de lixo – outro	4004	Domicílios	9,54%
Renda			
Salário médio			R\$ 421,91
Renda média per capita do município			R\$ 292,11
Educação			
Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade	121.816	Habitantes	
Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade – alfabetizada	112.251	Habitantes	
Taxa de alfabetização			92,1%
Taxa de analfabetismo			7,9%

NOTA: Quadro construído com base em dados extraídos do Censo 2000, (IBGE) e do Relatório de Desenvolvimento Humano, 2003 (PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Guarapuava localiza-se na região centro-oeste do Estado do Paraná e pertence à **área urbana não-metropolitana** do Estado. Conforme o Quadro 2, vê-se que Guarapuava é um município que possui 155.161 habitantes, dentre os quais 91,32% são residentes em área urbana. O abastecimento de água cobre 90,1% dos

³⁷ Mais adiante os dados de Guarapuava referentes a saneamento e educação serão comparados com os dados da comunidade universo da pesquisa de campo.

domicílios, e a quase totalidade das moradias possui banheiro (98,23%). Mais de 90% das residências conta com coleta pública de lixo. A rede de esgoto sanitário, contudo, ainda é bastante reduzida, pois atinge menos de 40% do total de domicílios.

O município possui 92,1% de sua população com 10 anos ou mais de idade alfabetizada. O salário médio da população ocupada é de R\$ 421,91 e a renda *per capita* média do município de R\$ 292,11.

Com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — criado pela Organização das Nações Unidas para avaliar as condições de vida em todos os países do mundo e que leva em conta como critérios básicos de classificação a renda, a educação e a longevidade — pode-se perceber mais claramente a situação e a posição relativa de Guarapuava em termos de qualidade de vida. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 2003 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no contexto do Estado do Paraná, Guarapuava fica em 82º lugar, com um IDH de 0,773, enquanto Curitiba fica em primeiro lugar, com um IDH de 0,856. Ainda no tocante ao IDH, na classificação nacional o município ocupa a posição 1243, enquanto Curitiba ocupa a posição 19. O Brasil, por sua vez, registra um IDH de 0,757. Segundo os critérios da ONU o limite entre 0,8 e 1 define um IDH alto. O valor abaixo de 0,8 define um IDH médio, e abaixo de 0,5, um IDH baixo. Assim, em termos comparativos, Guarapuava aproxima-se mais da situação brasileira com índice de desenvolvimento humano médio, e encontra-se ainda distante de Curitiba, que possui um alto índice de desenvolvimento humano.

5.1.2 A comunidade universo da pesquisa: condições habitacionais

A Comunidade Paz e Bem localiza-se na periferia do município de Guarapuava. Esta comunidade nasceu a partir da iniciativa da Prefeitura Municipal de inaugurar um loteamento para um conjunto de famílias que, em 1998, foi severamente atingido pelo período de chuvas (meses de março e abril). O referido

loteamento situa-se numa parte relativamente alta da cidade, não sendo afetada pelo período anual de chuvas.

No curto espaço de um mês, após as enchentes, as famílias foram encaminhadas pelo poder público municipal para o novo local de moradia que, a princípio, não possuía o mínimo de infra-estrutura urbana básica. Ainda no ano de 1998 o espaço do loteamento recebeu energia elétrica e abastecimento de água. E estes são os únicos benefícios que a comunidade tem acesso até o presente.

Toda a precariedade das **condições habitacionais** das famílias que vivem no loteamento Paz e Bem pode ser confirmada e constatada através da observação dos dados que apresentar-se-ão a seguir.

As ruas do loteamento não possuem asfalto, nem qualquer outro tipo de pavimentação. Também não há calçada na frente dos domicílios. A comunidade não conta com rede de esgoto. Neste caso, resta ao morador, com recursos próprios, encarregar-se de construir a fossa para escoar o esgoto de sua residência. Conforme mostra a Tabela 1, em 60% dos domicílios o sistema de esgotamento sanitário é feito através de fossa, e em 40% dos domicílios o esgoto é liberado a céu aberto. Isso causa a presença constante de odor desagradável nos limites do loteamento e nas proximidades do mesmo.

TABELA 1 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO, COMUNIDADE PAZ E BEM - GUARAPUAVA - 2003

TIPO	%
Fossa	60
Céu aberto	40
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de Campo

Quanto ao abastecimento de água (Tabela 2), apesar da comunidade dispor da rede geral, verifica-se a existência de 22% dos domicílios sem acesso a esse benefício. As famílias que optam por obter água por meio de outras fontes, que não a rede pública, o fazem, evidentemente, devido à baixa renda. Esta é uma estratégia para reduzir os gastos mensais.

TABELA 2 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA,
COMUNIDADE PAZ E BEM –
GUARAPUAVA - 2003

POSSUI	%
Sim	78
Não	22
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de Campo

Os dados obtidos sobre a instalação hidráulica das residências contêm informações importantes. A Tabela 3 mostra que 16% das moradias não possui instalação hidráulica, comparando com a Tabela 2, conclui-se que 6% das moradias que possui abastecimento de água em rede não conta com a infra-estrutura necessária e adequada na residência para receber e utilizar a água. Além disso, 58% das casas possui apenas uma torneira, e esta situa-se na pia da cozinha.

TABELA 3 – INSTALAÇÃO HIDRÁULICA DOMICILIAR,
COMUNIDADE PAZ E BEM –
GUARAPUAVA - 2003

POSSUI	%
Sim	84
Não	16
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de Campo

O mesmo não ocorre em relação ao abastecimento de energia, provavelmente, devido à impossibilidade de obtenção de tal serviço fora da rede geral. Observando a Tabela 4, vê-se que apenas 4% da comunidade não tem acesso à energia elétrica e, portanto, não possui estrutura de instalação elétrica na residência. Vale registrar que as famílias cujos domicílios possuem instalação elétrica nem sempre podem contar com o serviço de forma continuada. Interrupções no abastecimento de energia elétrica são freqüentes por falta e/ou atraso no pagamento de contas.

TABELA 4 – INSTALAÇÃO ELÉTRICA DOMICILIAR,
COMUNIDADE PAZ E BEM –
GUARAPUAVA - 2003

POSSUI	%
Sim	96
Não	4
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de Campo

Conforme demonstra a Tabela 5, a maioria das casas do loteamento Paz e Bem é de madeira (69%). Apenas 12% é de alvenaria e somente 1% possui cobertura em laje. A tabela 6 mostra que 48% das residências não possui banheiro, o que compromete em muito a qualidade de vida e as condições de higiene das famílias.

TABELA 5 – MORADIA (TIPO DE CONSTRUÇÃO),
COMUNIDADE PAZ E BEM –
GUARAPUAVA - 2003

TIPO	%
Alvenaria com Laje	1
Alvenaria com Forro	11
Madeira	69
Mista	6
Pré-montada	13
Total	100

FONTE: Pesquisa de Campo

TABELA 6 – INSTALAÇÃO SANITÁRIA DOMICILIAR,
COMUNIDADE PAZ E BEM –
GUARAPUAVA - 2003

TIPO	%
Vaso/pia/chuveiro	48
Vaso/chuveiro	2
Vaso	2
Não possui	48
Total	100

FONTE: Pesquisa de Campo

As casas são, de uma maneira geral, extremamente precárias. Tal precariedade expressa-se na falta de acabamento das construções (falta de vedação adequada), na ausência de banheiros ou nas péssimas condições dos mesmos, e na

baixa qualidade das instalações elétrica e hidráulica. Além disso, a quase totalidade das moradias não tem condições de oferecer segurança contra os freqüentes vendavais que atingem a cidade (e a região) principalmente nos meses de agosto e janeiro. Nestas ocasiões as frágeis coberturas das residências são danificadas, deixando as famílias desabrigadas.

Comparando essas condições descritas com os dados já apresentados sobre o município de Guarapuava, no que diz respeito ao abastecimento de água, à rede de esgoto e à instalação sanitária doméstica, observa-se que o loteamento Paz e Bem encontra-se em situação consideravelmente inferior em relação à realidade municipal. A Tabela 7 mostra isso:

TABELA 7 – INFRA-ESTRUTURA URBANA E INSTALAÇÃO SANITÁRIA, DADOS COMPARATIVOS – COMUNIDADE PAZ E BEM E GUARAPUAVA - 2003

ITEM	GUARAPUAVA	COMUNIDADE PAZ E BEM
	%	%
Abastecimento de água – em rede geral	90,1	78
Esgotamento sanitário – em rede geral	39,94	0
Instalação sanitária no domicílio	98,23	52

FONTE: Pesquisa de Campo e dados do Censo 2000, (IBGE)

5.1.3 Caracterização das famílias: composição familiar, escolaridade, ocupação e renda

As famílias residentes na comunidade Paz e Bem são em sua maioria (77%) chefiadas por homens (Tabela 8). Observando a Tabela 9, vê-se que 58% das famílias são chefiadas por jovens de até 40 anos de idade.

TABELA 8 – SEXO DO CHEFE DA FAMÍLIA, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

SEXO	%
Masculino	77
Feminino	23
Total	100

FONTE: Pesquisa de Campo

TABELA 9 – FAIXA ETÁRIA DO CHEFE DA FAMÍLIA,
COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

FAIXA ETÁRIA	%
Até 17 anos	0
18 a 21 anos	3
22 a 25 anos	13
26 a 30 anos	14
31 a 35 anos	16
36 a 40 anos	12
41 a 50 anos	15
51 a 60 anos	17
61 a 70 anos	5
Acima de 70 anos	5
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de Campo

O tipo de composição familiar predominante é pai, mãe e filhos (63%), contudo não é desprezível a ocorrência de outros tipos de conformações familiares (Tabela 10). Deve-se atentar especialmente para o tipo classificado aqui pelo termo “outra” (22%). Na classificação “outra” ficaram agrupadas as famílias formadas por pai, mãe, filhos, mais outros membros agregados, tais como netos e sobrinhos do casal, e ainda, parentes próximos de um dos cônjuges. Essa é uma evidência da crescente dificuldade das novas gerações de famílias de baixa renda construírem sua independência.

TABELA 10 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR, COMUNIDADE PAZ E BEM –
GUARAPUAVA - 2003

COMPOSIÇÃO	%
Pai/Mãe/Filhos	63
Mãe/Filhos	5
Pai/Filhos	2
Casal sem Filhos	7
Idoso Sozinho	1
Outra	22
Total	100

FONTE: Pesquisa de Campo

É comum nas faixas mais inferiores de renda, os casais jovens permanecerem na residência dos pais. Também é comum os casais jovens, mesmo tendo suas próprias casas, entregarem os filhos aos cuidados de terceiros (com

algum grau de parentesco). Daí a ocorrência de um tipo peculiar de conformação familiar: casal de idosos e netos. A Tabela 11 mostra que 6% das famílias são chefiadas por avós e avôs, neste caso, são idosos que têm sob sua responsabilidade os netos.

TABELA 11 – POSIÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA NA COMPOSIÇÃO FAMILIAR, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

POSIÇÃO	%
Pai	74
Mãe	19
Avô	2
Avó	4
Filho	1
Filha	0
Total	100

FONTE: Pesquisa de Campo

As famílias, em sua maioria, não são numerosas. Assim, 80% delas possui até 5 membros. Verifica-se a presença de 4,26 pessoas por domicílio em média. Esse dado vem confirmar as estatísticas de implosão demográfica das duas últimas décadas no Brasil. O fenômeno de redução da família brasileira está ocorrendo mesmo entre as camadas mais pobres da população (Tabela 12).

TABELA 12 – NÚMERO DE COMPONENTES DO GRUPO FAMILIAR, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

NÚMERO DE COMPONENTES	%
1	2
2	12
3	23
4	22
5	21
6	9
7	4
8	7
TOTAL	100
Número médio de pessoas por domicílio	4,26

FONTE: Pesquisa de Campo

A respeito do grau de escolaridade dos chefes de família, os dados da Tabela 13 demonstram que um número expressivo destes não são alfabetizados

(20%). Os 5% que estão na classificação “ler e escrever” não chegaram a frequentar escola, ou seja, foram alfabetizados por conhecidos, familiares ou amigos.

TABELA 13 – ESCOLARIDADE DO CHEFE DA FAMÍLIA,
COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

ESCOLARIDADE	%
Analfabeto	20
Ler e Escrever	5
1ª a 4ª	59
5ª a 8ª	14
2º Grau	2
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de Campo

A Tabela 14 apresenta informações mais detalhadas sobre o nível de escolarização dos entrevistados. A partir dela constata-se que não há chefes de família frequentando escola, apesar da baixa escolaridade geral verificada.

O nível de evasão escolar também é significativo. A Tabela 14, mostra que 75% dos chefes de família ingressou no ensino fundamental (1ª a 8ª série), contudo apenas 5% do total de chefes entrevistados declarou possuir o primeiro grau completo. Apenas 1% dos entrevistados declarou possuir o segundo grau completo.

Os dados sobre educação verificados na Comunidade Paz e Bem também apresentaram discrepância em relação à realidade municipal. Enquanto no município de Guarapuava 7,9% da população acima de 10 anos não é alfabetizada, na Comunidade Paz e Bem o grau de analfabetismo, somente entre os chefes de família, é de 20%.

TABELA 14 – ESCOLARIDADE DETALHADA DO CHEFE DA
FAMÍLIA, COMUNIDADE PAZ E BEM –
GUARAPUAVA – 2003

ESCOLARIDADE	%
Analfabeto	20
Ler e Escrever	5
1ª a 4ª	
Incompleto	49
Cursando	0
Completo	10

5ª a 8ª	Incompleto	11
	Cursando	0
	Completo	3
2º Grau	Incompleto	1
	Cursando	0
	Completo	1
TOTAL		100

FONTE: Pesquisa de Campo

Evidentemente, o baixo nível educacional dos chefes de família tem conseqüências importantes sobre o nível de vida do grupo familiar como um todo. A baixa escolaridade limita as oportunidades de trabalho e de remuneração.

A Tabela 15 apresenta os tipos de ocupações dos chefes de família entrevistados. Do conjunto de ocupações declaradas, apenas “pedreiro” e “mecânico” são atividades que exigem algum tipo de qualificação específica. Todas as demais ocupações citadas incluem-se como atividades braçais que não exigem qualificação específica.

Na classificação “outra” foram agrupados os 32% de entrevistados que declararam não possuir uma ocupação definida, são os chefes de família que aceitam trabalhar em diversas atividades (“biscate”).

TABELA 15 – OCUPAÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA,
COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

TIPO DE OCUPAÇÃO	%
Catador de Lixo	6
Doméstica	8
Lavoura	9
Lenhador	2
Madeira/Laminadora	9
Mecânico	3
Pedreiro	8
Vigia	2
Serviços Gerais	11
Aposentado	8
Pensionista	2
Outra	32
Total	100

FONTE: Pesquisa de Campo

Quanto ao vínculo empregatício, apenas 29% dos chefes de família possui vínculo formal de trabalho, ou seja, são trabalhadores ativos com carteira assinada. A grande maioria (54%) trabalha na informalidade, sem os direitos e garantias que oferecem segurança e estabilidade (Tabela 16).

TABELA 16 – VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO CHEFE DA FAMÍLIA, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

TIPO DE VÍNCULO	%
Formal	29
Informal	54
Aposentado	8
Pensionista	2
Desempregado	7
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de Campo

A renda *per capita* das famílias é um dado de extrema importância para o presente estudo. A Tabela 17, demonstra que é expressiva a parcela de famílias que sobrevive com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, totalizando 34%. Observa-se que 46% das famílias encontra-se no intervalo de renda *per capita* de mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Assim, 80% das famílias vive com renda *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal. Apenas 20% encontra-se no intervalo de renda de mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo. Este resultado permite afirmar com segurança que a população da Comunidade Paz e Bem vive em situação de pobreza.

Vale sinalizar que a renda *per capita* média da Comunidade Paz e Bem é de R\$84,00. Esse valor encontra-se muito abaixo do valor da renda *per capita* média de Guarapuava, que, conforme demonstrou o Quadro 2, é de R\$292,11.

TABELA 17 – RENDA *PER CAPITA* , COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

RENDA	%
0 até $\frac{1}{4}$ de SM	34
Mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ SM	46
Mais de $\frac{1}{2}$ a 1 SM	20
TOTAL	100

NOTA: Valor de referência para o Salário Mínimo: R\$240,00

FONTE: Pesquisa de Campo

Os dados aqui expostos, apesar de sumários, oferecem um panorama das precárias e penosas condições de vida e trabalho das famílias residentes na Comunidade Paz e Bem. A seguir, apresentar-se-ão dados referentes ao padrão de consumo dessas famílias.

5.2 O PADRÃO DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE PAZ E BEM E O CARÁTER SIMBÓLICO DO CONSUMO

A intenção aqui é, por meio de valores médios, clarificar a forma como a renda familiar obtida é distribuída pelos diversos itens de necessidade selecionados. Além disso, buscar-se-á através desses dados identificar a possível presença da já referida dimensão simbólica do consumo no universo da pobreza.

TABELA 18: PADRÃO DE CONSUMO MÉDIO DAS FAMÍLIAS – COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA – 2003

ITEM	VALOR MÉDIO DA RENDA FAMILIAR GASTO (R\$)	PERCENTUAL MÉDIO DA RENDA FAMILIAR GASTO (%)
Alimentação e Higiene	225,64	67,30
Vestuário	2,98	0,89
Transporte	10,26	3,06
Saúde	15,28	4,56
Educação	1,79	0,53
Recreação e cultura	1,43	0,43
Fumo	12,95	3,86
Álcool	4,09	1,22
Serviços Pessoais	3,06	0,91
Luz	21,60	6,44
Água	20,58	6,14
Telefone	4,34	1,29
Despesas Diversas (Inclui jogos de azar ³⁸)	11,30	3,37
Renda Familiar Média		R\$335,30
Número médio de pessoas por domicílio		4,26
Renda <i>Per Capita</i> Média		R\$84,00

FONTE: Pesquisa de Campo

³⁸ Este item incluiu despesas com jogos de azar.

Por meio da observação do percentual da renda familiar gasto com cada um dos itens listados na pesquisa pode-se perceber, de uma maneira geral, como as famílias utilizam suas rendas visando a garantir a sobrevivência.

Os dados da Tabela 18 deixam evidente que o grupo pesquisado pertence a uma camada pauperizada da população. Primeiramente, a renda *per capita* média verificada, no valor de R\$ 84,00, denuncia que **a comunidade encontra-se abaixo da linha de pobreza de ½ salário mínimo mensal per capita**. Esse valor médio, confirma mais uma vez a **condição de pobreza** que marca objetivamente a existência das famílias pesquisadas.

Nestes casos em que a renda é baixa ao ponto de ser insuficiente para o suprimento das necessidades básicas (alimentação, higiene, moradia, transporte, vestuário, educação, saúde e lazer), reconhece-se como consensual, que no processo de distribuição dos recursos, o item “alimentação” concentre a maior parcela. Isso é o que se espera, e isso é o que geralmente ocorre entre as camadas populacionais que vivem em situação de pobreza. De fato, essa tendência foi confirmada entre as famílias da Comunidade Paz e Bem, a Tabela 18 mostra que essas famílias utilizam **67,3% de sua renda total em despesas alimentares e higiene**. Desta forma, **resta apenas 32,7% da renda familiar total para o suprimento das necessidades não-alimentares**. A Tabela 19 oferece dados mais detalhados a esse respeito. Dela pode-se extrair que **90% das famílias pesquisadas gasta 50% ou mais da renda familiar em despesas alimentares e higiene**. Isso demonstra que há, de fato, um consumo racional, ou seja, as famílias privilegiam a garantia da sobrevivência.

TABELA 19 – PARCELA DA RENDA FAMILIAR DESTINADA A
DESPEAS ALIMENTARES E HIGIENE,
COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS %	PARCELA DE RENDA FAMILIAR (%)
10	0 a 49
46	50 a 70
44	Mais 70

FONTE: Pesquisa de Campo

Quanto ao conjunto de itens de necessidades não-alimentares listados na Tabela 18, percebe-se que a **despesa com luz** está em primeiro lugar, requerendo 6,44% da renda familiar, seguida da **despesa com água**, que demanda 6,14% do orçamento doméstico.

É importante esclarecer que dentre os itens listados na Tabela 18, não há espaço para registro de gasto com moradia, porque do total de famílias pesquisadas nenhuma declarou possuir esse tipo de despesa (aluguel ou prestação da casa própria). A pesquisa revelou que os 9% de famílias que não moram em suas próprias casas, não pagam aluguel, pois residem em moradias cedidas (Tabela 20).

TABELA 20 – SITUAÇÃO DE MORADIA, COMUNIDADE PAZ
E BEM – GUARAPUAVA - 2003

SITUAÇÃO	%
Própria	91
Cedida	9
Total	100

FONTE: Pesquisa de Campo

É interessante observar que o percentual da renda familiar destinado a **gastos com fumo** (3,86%) supera o valor destinado a itens consensualmente entendidos como mais necessários, tais como, educação, vestuário e recreação e cultura. A Tabela 21 mostra que 54% das famílias declarou ter gasto com fumo. A respeito disso é válido observar, que não foi insignificante o número de famílias que recebe o benefício Bolsa-escola do Governo Federal, cujo valor mínimo é R\$ 15,00, e destina esse mesmo valor a gastos com fumo. Isso indica que, apesar da tendência das famílias de baixa renda operarem uma distribuição “racional” de seus escassos recursos, não está totalmente eliminada a influência dos gostos, preferências e desejos no universo da pobreza. A referida tendência de distribuir racionalmente os recursos expressa-se, fundamentalmente, na destinação da maior parte do orçamento familiar para gastos com alimentação e higiene.

TABELA 21: GASTO COM FUMO E ÁLCOOL, COMUNIDADE PAZ
E BEM – GUARAPUAVA - 2003

POSSUI	GASTO COM FUMO %	GASTO COM ÁLCOOL %
Sim	54	31
Não	46	69
TOTAL	100	100

FONTE: Pesquisa de Campo

Foi igualmente expressivo o número de chefes de família que declarou destinar parte do orçamento doméstico para **jogos de azar**. Na pesquisa, esse tipo de gasto foi incluído no item “despesas diversas” (Tabela 18) e representa 3,37% do orçamento familiar. Em termos comparativos, o gasto com jogos de azar é superior a diversos itens entendidos neste estudo como pertinentes às “necessidades básicas”, tais como, vestuário (0,89%), transporte (3,06%), educação (0,53%) e recreação e cultura (0,43%). Gastar mais em jogos de azar do que em educação pode significar que o chefe de família entende que são maiores as chances de ascensão social através da sorte do que através dos meios convencionais (estudo e trabalho)³⁹. Pode significar uma total descrença nas possibilidades de mobilidade social ascendente. Neste estudo, não há como oferecer uma resposta ou explicação para esse fato com uma margem mínima de segurança, contudo, não é precipitado afirmar que esse é mais um indicativo de que a distribuição da renda familiar pelos diversos itens de necessidade, nas situações de escassez de recursos, não ocorre totalmente presa à lógica racional, econômica e utilitária. Ou seja, isso evidencia que os indivíduos de baixa renda, apesar de todas as dificuldades, optam pela compra do supérfluo, mesmo que isso tenha que estar acompanhado (e forçosamente está) do sacrifício das necessidades básicas. No caso dos jogos de azar, o indivíduo não está sequer comprando algo concreto que possa ser imediatamente usado (que possua valor de uso pronto e acabado). Aí, o que se compra, é a possibilidade futura, incerta e remotíssima de mudança da condição social, que, por sua vez, significa o acesso a diversos outros bens e serviços. Então, que tipo de necessidade é satisfeita com a

³⁹ Evidentemente, conclusões desse tipo, por serem diretas e automáticas, além de tentadoras, correm o risco de recair em equívocos. Obviamente, não há lugar neste estudo para o tratamento desta temática de forma adequada. Contudo, esta é uma hipótese que não pode ser totalmente desprezada.

compra dos jogos de azar? Certamente, esta compra satisfaz às chamadas necessidades vivenciais ou simbólicas.

Quanto às despesas com **transporte**, a Tabela 18 revelou o valor de R\$10,26, o que corresponde a 3,06% do orçamento familiar. Esse valor reduzido deve-se ao fato de os moradores utilizarem muito pouco o transporte coletivo. Devido à baixa renda, a maioria utiliza a bicicleta ou anda a pé. Evidentemente esse fato tem um efeito sobre a **quantidade de tempo** que esses indivíduos pobres dispõem. Foi visto, no segundo capítulo deste estudo, que a situação de pobreza é uma situação de luta pela sobrevivência que consome praticamente todo o tempo das pessoas. Esse processo de luta envolve, em geral, todos os membros do domicílio, que vivem uma rotina extremamente desgastante. Os pobres, segundo ABRANCHES (1989b), executam mais horas de trabalho por menos dinheiro.

Nesta linha, pode-se afirmar que a baixa renda soma-se ao problema da escassez de tempo⁴⁰ e contribui para limitar a prática de atividades de lazer (recreação e cultura). Assim, de todos os itens de consumo listados na tabela 18, o que concentra menor percentual da renda familiar é “**recreação e cultura**” (0,43%). Segundo ENGEL, BLACKWELL e MINIARD (2000) o **tempo** (além da renda e da capacidade cognitiva) é um dos recursos básicos que os consumidores possuem para viabilizar a prática do consumo. A escassez de tempo é um problema que atinge a todas as classes sociais, pois “Os consumidores podem ganhar rendas elevadas mas viver em pobreza de tempo” (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 211). Contudo, na situação de pobreza a escassez de tempo torna-se mais grave, pois soma-se à dificuldade de comprar/consumir bens ou serviços que permitem a economia de tempo. Essa pode ser uma das explicações para o baixíssimo percentual de renda familiar destinado ao item lazer pelas famílias da comunidade Paz e Bem.

É consensual que o lazer é uma prática que exige (entre outras coisas) disponibilidade de tempo: “Lazer é o período de tempo referido como tempo discricionário. É o período quando um indivíduo não sente um sentido de

⁴⁰ Não há espaço neste estudo para tratar da influência do tempo como recurso no processo de consumo. Sobre o assunto consultar ENGEL, BLACKWELL e MINIARD (2000), especialmente o capítulo 9, que discute os recursos do consumidor.

compulsão ou obrigação econômica, legal, moral ou social, nem de necessidade fisiológica. A escolha de como utilizar este período de tempo pertence unicamente ao indivíduo” (VOSS⁴¹ apud ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 208). Assim, o lazer nesta definição requer tempo livre e, ao mesmo tempo, o uso desse tempo deve ser pautado por uma decisão também livre.

Neste ponto é interessante destacar a análise de BOURDIEU (1983) sobre a questão. Segundo o autor as escolhas de consumo dos indivíduos denunciam o seu estilo de vida e a sua posição social de classe. Ou seja, o padrão de consumo é o retrato material do estilo de vida, que por sua vez é uma marca ou estigma que denuncia as **diferenças** sociais e culturais concretas, cumprindo o papel de distinguir os indivíduos. O uso do tempo livre ou a prática do lazer em si é, pois, um item constante do padrão de consumo que também funciona como meio de distinção entre as pessoas. Segundo BOURDIEU (1983), os mais despossuídos têm sua imagem vinculada socialmente ao estigma da ausência do saber e da ausência da boa educação, além disso...

...eles são ainda aqueles que “não sabem viver”, aqueles que mais se sacrificam pelos alimentos materiais, e pelos mais pesados, mais grosseiros e os que mais engordam — pão, batatas e gorduras — pelos mais vulgares também, como o vinho; aqueles que destinam menos ao vestuário e aos cuidados corporais, aos cosméticos e à estética; aqueles que “não sabem descansar”... (BOURDIEU, 1983, p. 102-103).

Evidentemente, esta citação, por referir-se à realidade da classe operária francesa, não pode ser automaticamente transferida para a realidade da camada pobre e excluída do Brasil de hoje, porém, no que se refere ao padrão de consumo, ela contém alguns elementos que permitem identificar semelhanças com o padrão de consumo verificado na Comunidade Paz e Bem, tais como o destino da maior parte do orçamento doméstico para alimentação e, ainda, o baixo investimento nos itens vestuário, serviços pessoais e lazer. São sinais ou estigmas de distinção, porém negativos. Ou seja, são sinais que denunciam a condição social de baixa renda, de penúria.

⁴¹ VOSS, Justin. “The Definition of Leisure”, *Journal of Economic Issues* 1 (junho de 1967), 91-106.

O gasto com telefone merece esclarecimentos. A Tabela 18 apresenta um valor médio de R\$4,34 para despesas com esse item. Sabe-se que somente a assinatura básica residencial do telefone fixo é de R\$27,35, superando a média observada dos valores destinados aos itens “água” e “luz”. Assim, não é possível que se gaste apenas R\$4,34 com telefone. Essa aparente disparidade deve-se ao fato de um número muito reduzido de famílias possuir telefone. Assim, como mostra a Tabela 23, considerando os dois tipos de telefones (fixo e celular), apenas 21% das famílias conta com esse serviço. O cálculo médio, ao pulverizar um valor correspondente a um grupo reduzido da amostra pela totalidade da amostra, gera tal disparidade.

Antes de finalizar essa subseção é interessante observar as diferenças existentes entre o padrão de consumo de famílias chefiadas por homem e famílias chefiadas por mulher.

Na pesquisa não são verificadas grandes disparidades ou discrepâncias por gênero, contudo as leves diferenças registradas serão aqui sinalizadas, pois podem conter alguma importância para os objetivos do presente estudo.

A Tabela 22 contém informações importantes a respeito das diferenças no padrão de consumo por sexo do chefe da família.

TABELA 22 – PADRÃO DE CONSUMO MÉDIO DAS FAMÍLIAS POR SEXO DO CHEFE DA FAMÍLIA. COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA – 2003

ITEM	CHEFE DE FAMÍLIA HOMEM		CHEFE DE FAMÍLIA MULHER	
	VALOR MÉDIO DA RENDA FAMILIAR GASTO (R\$)	PERCENTUAL MÉDIO DA RENDA FAMILIAR GASTO (%)	VALOR MÉDIO DA RENDA FAMILIAR GASTO (R\$)	PERCENTUAL MÉDIO DA RENDA FAMILIAR GASTO (%)
Alimentação + Higiene	231,04	66,89	206,95	68,67
Vestuário	3,27	0,95	2,11	0,70
Transporte	10,66	3,09	8,96	2,97
Saúde	17,12	4,96	9,71	3,22
Educação	1,66	0,48	2,15	0,71
Recreação e cultura	1,91	0,55	0,00	0,00
Fumo	14,01	4,05	9,70	3,22
Alcool	4,71	1,36	2,22	0,74
Serviços Pessoais	3,39	0,98	2,08	0,69
Luz	20,26	5,86	25,22	8,37
Água	20,26	5,87	21,26	7,05
Telefone	4,19	1,21	4,72	1,57
Despesas Diversas (inclusive Jogos de azar)	12,96	3,75	6,29	2,09

TOTAL	100,00	100,00
Renda Familiar Média	R\$345,43	R\$301,37
Número médio de pessoas por domicílio	4,16	4,61
Renda <i>Per Capita</i> Média	R\$86,35	R\$67,00

FONTE: Pesquisa de Campo

A renda familiar média e a renda *per capita* média dos domicílios chefiados por homem é significativamente superior a dos domicílios chefiados por mulher. Esse dado confirma a tendência do mercado de trabalho de oferecer, pelo mesmo trabalho, salários mais baixos para mulheres do que para homens. Isso, evidentemente, vai ter alguma influência limitante no comportamento de consumo das mulheres. Na verdade, limita o poder de compra das mulheres em relação aos homens:

Uma grande limitação no poder de compra das mulheres é que elas enfrentam um “mercado de trabalho desigual”, termo usado para descrever a situação em que as mulheres recebem menos pelo mesmo trabalho. Esta condição ocorre em todas as indústrias e quase todos os empregos... Um pouco da diferença pode ser atribuído a outros fatores que não o gênero, tais como anos de experiência no negócio (5 anos mais para homens), idade mais avançada, posição mais elevada na empresa, mais provável de trabalhar em fabricação e mais instrução, porém a discriminação sexual ainda é o problema fundamental (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 494).

Desta forma, o resultado encontrado através da pesquisa de campo não destoa da tendência geral do mercado de trabalho, que atinge mulheres de todas as camadas sociais.

As famílias chefiadas por homem gastam maior percentual de renda familiar em quase todos os itens do padrão de consumo. Porém, essa diferença para alguns itens não é muito significativa. Este é o caso do vestuário, transporte, saúde, fumo, e serviços pessoais. Com os itens educação, luz, água e telefone, as famílias chefiadas por mulher gastam mais. Quanto ao item alimentação/higiene, as famílias chefiadas por homem, apesar de menos numerosas, gastam mais em valores

absolutos (em reais). Contudo, as famílias chefiadas por mulher destinam maior percentual do orçamento familiar para esse item.

Para os itens recreação e cultura, álcool e jogos de azar, as famílias chefiadas por homem gastam um percentual de renda familiar maior e a discrepância em relação às famílias chefiadas por mulher também é maior. Neste ponto, o lazer é um aspecto que chama a atenção. As famílias chefiadas por mulher não gastam com esse item, apresentaram, portanto, valor nulo. Neste caso, isso não pode ser atribuído apenas à baixa renda. Mais uma vez a escassez de tempo é fator relevante para a explicação. Segundo ENGEL, BLACKWELL e MINIARD (2000), as mulheres que trabalham — e este é o caso da maior parte das mulheres chefes de família — independente da classe social, do nível de renda, e de ter ou não cônjuge, têm o cotidiano marcado pela falta de tempo, devido à dupla jornada de trabalho que assumem: tarefas domésticas e mais o emprego fora do lar. A consequência disso é a redução do tempo para o lazer. No caso das mulheres chefes de família que vivem em situação de pobreza, o problema é mais grave porque, como já foi dito, não dispõem de recursos financeiros para comprar produtos e serviços visando à economia de tempo.

O fato de o gasto com álcool ser mais elevado nas famílias chefiadas por homem e, ainda, o fato deste item de consumo estar socialmente vinculado ao lazer, pode indicar que as famílias chefiadas por homem, mesmo nas condições de extrema pobreza, apresentam uma inclinação maior para a busca de satisfação de necessidades vivenciais, ou seja, necessidades vinculadas ao prazer. Contudo, não se pode fazer tal afirmação com segurança por dois motivos: primeiro, o grau de discrepância registrado entre os sexos não foi alto; e, segundo, a pesquisa, por não ter seu enfoque básico centrado na questão do gênero, não permite identificar se aquela inclinação está mais vinculada ao fator gênero ou se tem sua causa básica no fator renda.

Deve-se ainda pontuar que o baixo gasto geral verificado com lazer, saúde e educação, não pode ser diretamente relacionado ao baixo interesse dos chefes de família em relação a tais itens. É apenas um indicativo concreto de que esses serviços são adquiridos pela via das políticas sociais públicas.

5.3 INTERESSES DE CONSUMO DOS CHEFES DE FAMÍLIA ENTREVISTADOS E O CARÁTER SIMBÓLICO DO CONSUMO NO UNIVERSO DA POBREZA

Os dados apresentados nas subseções anteriores não deixam dúvidas a respeito da situação social da comunidade universo da pesquisa. Eles trazem à luz a precariedade geral das condições de existência dos indivíduos e famílias residentes no loteamento Paz e Bem. Tal precariedade expressa-se no nível de renda, no grau de escolaridade, nas estratégias de sobrevivência, nas condições de trabalho, nas condições de habitação e também no padrão de consumo. Diante das evidências numéricas, a situação de pobreza do grupo pesquisado é incontestável.

O **padrão de consumo médio das famílias** muito revelou sobre a condição de penúria e escassez de recursos materiais que marca o cotidiano da Comunidade Paz e Bem. A distribuição do orçamento familiar entre necessidades alimentares e não-alimentares evidencia que a maior parte dos recursos obtidos é destinada à garantia da sobrevivência física dos membros dos domicílios, ou seja, aos gastos com alimentação e higiene. Desta forma, pouco resta para a satisfação das outras necessidades. Obviamente, como já foi comentado, **este tipo de desequilíbrio na distribuição da renda familiar é característico de domicílios pobres**. Ao mesmo tempo, tal “desequilíbrio”, diante da situação de escassez de recursos financeiros, é entendido como algo lógico e racional. Ou seja, isso indica que as famílias estão dando prioridade à satisfação de necessidades básicas. Dentre as necessidades básicas, é consensual que a alimentação é a mais urgente.

Nesta subseção tratar-se-á principalmente da análise dos **interesses de consumo dos chefes de família** entrevistados e do **conjunto de bens de consumo duráveis** que as famílias efetivamente possuem. Estes dois itens — interesses de consumo e posse de bens duráveis — serão confrontados com a dimensão simbólica ou social da atividade de consumo, ou seja, o enfoque básico localiza-se no consumo como uma atividade que possui **sentido** e que cumpre a função de **distinguir** os indivíduos.

5.3.1 Bens de consumo duráveis: o objeto como instrumento e como signo

A Tabela 23 contém informações significativas a respeito das opções de consumo das famílias. Tais opções são traduzidas na posse de alguns bens duráveis.

TABELA 23 – POSSE DE BENS DURÁVEIS, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA – 2003

ITEM	%
Rádio	100
Televisão	73
Geladeira	58
Aparelho de Som com CD	43
Carro	17
Telefone Celular	15
Video Cassete	6
Telefone Fixo	6
Microondas	1
Computador	0

FONTE: Pesquisa de Campo

Vê-se que um percentual bastante elevado de famílias possui **televisão** (73%). Esse bem de consumo é mais freqüente nos domicílios do que a geladeira (58%). É interessante observar que, apesar da baixa renda *per capita* verificada na comunidade, é expressivo o número de residências que possui **aparelho de som com CD** (43%). A própria presença do **telefone celular**, mesmo sendo verificada em apenas 15% dos domicílios, pode causar surpresa diante da baixa renda das famílias.

A partir dessas evidências empíricas, e tendo sempre em mente que o universo da pesquisa de campo é uma comunidade que, sob todos os pontos de vista, pode ser classificada como pobre, vê-se que as **escolhas de consumo registradas não seguem fielmente um padrão de racionalidade**, ou seja, o já referido padrão econômico e utilitário.

Assim, nas famílias estudadas o item “televisão” está na frente do item “geladeira”. Segundo BAUDRILLARD (1991), conforme a visão econômica e utilitária da prática do consumo, esta situação é “incoerente” ou “inconveniente”, pois esta visão trabalha com a noção de utilidade. Além disso, tal concepção,

compreende que as necessidades devem ser satisfeitas dentro de uma ordenação cujo ponto de partida são as necessidades básicas. Ou seja, o caminho mais coerente a ser percorrido vai do necessário ao supérfluo. Segundo Livia BARBOSA (2003), essa é uma visão moralizante do consumo, pois pretende ditar normas, impondo o que as pessoas devem consumir, segundo a posição social em que se encontram:

O consumo não é um fim em si mesmo. Ele é sempre uma forma de mediação — construção de identidade, exclusão, inclusão, expressão de aspirações e desejo. (...) Uma definição aceita na sociedade contemporânea é a de necessidades básicas e supérfluas. Na verdade, **depois de um mínimo de reprodução básica da vida, qualquer necessidade é supérflua**, e qualquer necessidade é cultural, num certo sentido. (...) Se as pessoas [pobres] estivessem morrendo de fome, não teriam antena parabólica. Mas, na nossa visão, achamos que eles têm que ter uma ordenação. Por isso que digo que é uma forma de moralizar o consumo (BARBOSA, 2003, p. 64 – grifos meus).

A situação de pobreza obriga o indivíduo a, de fato, optar entre determinados itens que, sejam eles supérfluos ou necessários, já encontram-se popularizados para extensos contingentes de pessoas. Logo, é comum o indivíduo sacrificar determinadas necessidades reconhecidas consensualmente como básicas, para direcionar gastos a itens ditos supérfluos. É importante frisar que esse comportamento de consumo muitas vezes reconhecido como incoerente, está, segundo BAUDRILLARD (1991), relacionado ao caráter simbólico da atividade de consumo, que é ineliminável, independente de estar mais ou menos evidente ou mais ou menos aparente. Esse aspecto da análise será retomado mais adiante.

Neste plano expositivo, vale trazer o ponto de vista de Sônia ROCHA (2003) a respeito das alterações pelas quais passou e tem passado a pobreza brasileira nas últimas décadas. A autora afirma que o perfil do pobre brasileiro mudou radicalmente nos últimos 30 anos. Atualmente, eles são, em sua maioria, urbanos e metropolitanos. Além disso, a maior parte não é atingida pelo problema da fome, como é o caso dos pobres africanos. Isso representa uma mudança fundamental, inclusive em termos de comportamento e escolhas de consumo:

As mudanças mais notáveis ocorreram em relação a itens de conforto do domicílio, como a posse de eletrodomésticos: em 1992, 25% dos pobres tinham TV em cores em casa, mas em 1999, 81% dispunham disso.

Quando nos referimos a 35% da população brasileira como pobre, não se trata de pobreza “africana”, mas de um nível de renda abaixo do necessário para garantir as condições de vida adequadas. E, **mesmo com renda baixa, é possível adquirir bens duráveis**, via compras a crédito ou outras estratégias como aparelhos de segunda mão ou aparelhos doados. **Ao fazer outras opções de consumo que podem parecer supérfluas a analistas desavisados, os pobres estão eventualmente sacrificando gastos ditos essenciais, como os de alimentação...** (ROCHA, 2003, p. A14 – grifos meus).

A citação deixa claro que a realidade verificada na Comunidade Paz e Bem, que **combina a situação de pobreza com a presença de bens duráveis**, é perfeitamente compatível com o perfil do pobre brasileiro atualmente. Registrou-se a existência de carro em 17% dos domicílios. A esse respeito, vale esclarecer que no questionário de pesquisa, no espaço “observações” que acompanhou esse item, o comentário dos chefes em 100% dos casos fez referência ao fato de tratar-se de um “carro velho”. Ademais, foi igualmente freqüente o comentário sobre a impossibilidade de utilizar o veículo diariamente devido à “dificuldade de compra de combustível e manutenção”. O fato é que em um universo de famílias que vive em média abaixo da linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o percentual de 17% de famílias que possui carro, pode ser considerado alto. Por outro lado, a baixa renda não permite que o automóvel cumpra a sua função de transportar pessoas com comodidade e economia de tempo, pois não há como sustentar o uso continuado do bem, tanto no tocante ao combustível, quanto na reposição de peças. Esses mesmos indivíduos possuidores do carro, continuam dependentes do transporte coletivo. Evidentemente, essa dificuldade de sustentar o uso do veículo não é exclusiva das pessoas pobres. Até mesmo setores da camada média enfrentam isso, contudo, para a camada que vive em situação de pobreza a dificuldade é, sem dúvida, mais severa.

Diante dessas constatações pode-se questionar: o que faz um chefe de família pobre adquirir um carro, visto que ele não poderá nem mesmo utilizar esse bem com certa liberdade? E mais: o que faz um indivíduo ou família pobre sacrificar necessidades ditas essenciais — como bem explicitou ROCHA (2003) — para, desta forma, viabilizar a aquisição de bens de consumo duráveis?

Antes de arriscar uma resposta para essas questões, é prudente ponderar se a pesquisa de campo realizada forneceu informações suficientes para permitir

afirmar com segurança que as famílias da Comunidade Paz e Bem sacrificam certas necessidades básicas visando à compra de bens duráveis. É possível esclarecer esta dúvida observando o padrão de consumo médio das famílias, que revelou uma relação entre despesa total e renda familiar total extremamente ajustada. Para o conjunto de famílias pesquisadas, a renda familiar é quase sempre integralmente distribuída pelos itens de consumo listados. Não há, portanto, a possibilidade de poupança. Daí pode-se extrair que somente com o sacrifício de algumas necessidades a aquisição de bens duráveis (populares ou não, de luxo ou não) torna-se possível. Dentre essas necessidades sacrificadas, forçosamente estarão certas necessidades básicas, pois, como foi visto no segundo capítulo deste estudo, conforme o amplo conjunto de estudos e pesquisas sobre pobreza, é consensual que a renda *per capita* de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, nas áreas urbanas, é insuficiente para o suprimento adequado das necessidades básicas (alimentação, higiene, moradia, transporte, vestuário, educação, saúde e lazer). Assim, para comprar bens duráveis a família pobre precisa reduzir gastos em outros itens considerados de maior necessidade.

A pesquisa empírica revela que a resposta para aquelas questões encontra-se na dimensão simbólica da prática do consumo.

Para BAUDRILLARD (2000), os objetos de consumo são portadores de uma dupla dimensão: **instrumento** e **signo**. Ou seja, os objetos são materiais e imateriais ao mesmo tempo. A sua forma exterior (palpável/perceptível) é apenas um veículo para o significado que incorporam nos diferentes contextos sociais em que estão presentes. Como já foi discutido no terceiro capítulo, o consumo não é apenas um meio para satisfação de necessidades materiais, é, além disso, uma forma de **comunicação**, de **relação social** e de busca de satisfação de necessidades simbólicas: “É preciso que fique claramente estabelecido desde o início que o consumo é um modo ativo de relação (não apenas com os objetos mas com a coletividade e com o mundo), um modo de atividade sistemática e de resposta global no qual se funda todo nosso sistema cultural” (BAUDRILLARD, 2000, p. 206).

Desta forma, os objetos de consumo possuem uma funcionalidade, uma utilidade, mas também possuem um significado. As pessoas consomem essa dupla dimensão do objeto — instrumento e signo. Na verdade, os desejos e as relações sociais são materializadas nos objetos e são, assim, consumidos por meio deles. Nesta linha os objetos são personalizados, adquirem significado:

Toda a publicidade sugere que a relação viva, contraditória, não deve perturbar a ordem “racional” da produção, que ela deve ser consumida como tudo o mais. Deve-se “personalizar” para integrar-se nela. Reunimo-nos aqui, quanto a seu resultado, à lógica formal da mercadoria analisada por Marx: assim como as necessidades, os sentimentos, a cultura, o saber, todas as forças próprias do homem acham-se integradas como mercadoria na ordem de produção e se materializam em forças produtivas para serem vendidas, hoje em dia todos os desejos, os projetos, as exigências, todas as paixões e todas as relações abstratizam-se (e se materializam) em signos e em objetos para serem compradas e consumidas (BAUDRILLARD, 2000, p.207 – grifos meus).

Por vezes a **dimensão do significado, do sentido, que o objeto incorpora para o indivíduo e/ou diante do indivíduo é mais forte, mais motivadora, do que a própria funcionalidade e/ou utilidade.** É por esse caminho que se torna possível encontrar uma resposta para aquelas questões formuladas anteriormente, sobre os motivos que conduzem os pobres à compra de bens duráveis, mesmo que isso tenha que ser acompanhado do sacrifício de necessidades básicas. Ou seja, a partir dessas considerações sobre a dimensão simbólica do consumo e sobre o significado do objeto de consumo, está traçado um caminho coerente para compreender a prática de consumo dos pobres, ou melhor, para compreender por que a atividade de consumo, mesmo em situações adversas, que lhe impõem restrições, insiste em não manter-se presa unicamente à lógica econômica, racional e utilitária, já discutida.

Assim, quando uma família pobre adquire um carro que pouco pode usar, por falta da renda suficiente que o uso deste objeto requer, as motivações que contribuíram para a opção por tal bem não são, em primeiro plano, de ordem funcional e utilitária. **As motivações são muito mais de ordem simbólica/social, fundadas no significado/sentido do objeto.**

O mesmo se dá com a opção feita pelos pobres por certos bens duráveis em detrimento da satisfação de certas necessidades ditas básicas ou essenciais. No caso de alguns objetos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, a questão problemática não está precisamente no uso, mas localiza-se no sacrifício de necessidades básicas para viabilizar a compra de tais bens. Mais uma vez esta situação configura que a lógica racional, econômica e utilitária da prática do consumo não está em primeiro plano e não é determinante neste tipo de opção. A explicação para esse comportamento assumido pelo consumidor pobre encontra-se em outra lógica. Encontra-se, precisamente, na **dimensão simbólica do consumo**.

Chegou-se ao ponto fundamental para o entendimento do padrão de consumo verificado nas famílias estudadas. Os interesses de consumo, aparentemente, incoerentes, inconvenientes, desordenados, estão, contudo, perfeitamente afinados com a concepção do consumo como uma prática que envolve a satisfação de necessidades imateriais (além das materiais). Está-se falando aqui do desejo ou necessidade de **diferenciação**, de **distinção** social que encontra na prática do consumo um canal de satisfação, ou, pelo menos, um canal de busca por tal satisfação. Vale recuperar que, neste estudo, o processo de diferenciação social presente na atividade de consumo é entendido como canal de **inserção social** para o indivíduo. Considerando a necessidade de distinção social, as opções de consumo dos pobres podem ser entendidas como absolutamente coerentes. A citação seguinte é ilustrativa desse tema:

...o povo brasileiro é o mais consumista do mundo e o que mais deseja é inserção no que as classes superiores têm de bom. Na ausência de renda, ele abre mão dos produtos mais essenciais — leite em pó, escola das crianças etc. É um tipo de consumidor que almeja em primeiro lugar a ascensão. “Dê-me o supérfluo que abro mão do essencial”, uma frase de Bernard Shaw. **Os cenários mostram favelas com parabólicas, videocassete e uma série de bens de classe alta e esse mesmo povo não tem assistência médica básica da Unimed, que custa R\$20,00 por mês. Mas paga a prestação do celular, dos bens de ostentação** (SCHWERINER⁴² *apud*. BARBOSA, 2003, p. 63 – grifos meus).

⁴² SCHWERINER, M.R. O sonho acabou? O novo perfil e o novo comportamento do consumidor brasileiro. *Revista da ESPM*, São Paulo, v. 10, ano 9, n. 3. 2003.

A posse de bens, portanto, tem esse papel distintivo bem claro para o consumidor brasileiro, inclusive para o consumidor pobre.

Segundo ENGEL, BLACKWELL e MINIARD (2000), as posses servem como indicadores de status social, ou seja, são símbolos que estão estritamente relacionados à posição dos indivíduos na escala de estratificação social. A **posse de bens** é uma forma de buscar **distinção e reforço da auto-imagem**. Todavia, os autores ressaltam a importância da **qualidade das escolhas** nesse processo de distinção:

As posses são símbolos de associação de classe — não apenas o número de posses, mas a **natureza das escolhas feitas**. (...) Produtos e marcas geralmente procuram ser posicionados como símbolos de status — como os produtos usados pelas classes média alta ou alta. Para as pessoas que estão lutando para se tornarem associadas a estas classes, a compra de tais marcas pode ser parcialmente baseada no desejo por tal afiliação ou identificação (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 440-441 – grifos meus).

BAUDRILLARD (2000), ao analisar o processo de **escolha** que faz parte da sociedade de consumo, apresenta argumentos que reforçam a **importância da natureza das escolhas feitas pelo indivíduo no processo distintivo**. Inicialmente, o autor resalta que os objetos, por serem apresentados em diversos tipos, exigem que o consumidor realize escolhas. E esta, torna-se, neste sentido, uma imposição:

Objeto algum é oferecido ao consumo em um único tipo. O que pode ser recusado a você é a possibilidade material de comprá-lo. Mas aquilo que lhe é dado *a priori* na nossa sociedade industrial como graça coletiva e como signo de uma liberdade formal, é a escolha. Sobre tal disponibilidade repousa a “personalização”. (...) não temos mais a possibilidade de não escolher e simplesmente comprar um objeto em função do uso (...) Por bem ou por mal, a liberdade que temos de escolher nos constrange a entrar em um sistema cultural. Esta escolha é pois especiosa: se a experimentamos como liberdade, sentimos menos que nos é imposta como tal e que através dela é a sociedade global que se impõe a nós (BAUDRILLARD, 2000, p. 149).

A citação chama a atenção para a **variedade de modelos** existentes para cada objeto de série. Ou seja, os objetos não são oferecidos em um único tipo, e isso

obriga o indivíduo a entrar em um processo de escolha. Esse aspecto tem influência sobre a dimensão distintiva da atividade de consumo, pois o **objeto de série, puro e simples, tem menor efeito distintivo do que o modelo**. O modelo é o detalhe, é a singularidade, é a diferença que fica impressa no objeto e que, por sua vez, transfere-se para o indivíduo. Ao escolher um modelo o indivíduo se personaliza naquilo que o objeto apresenta de singular. Mas o acesso aos modelos, o acesso à singularidade plena não é para todos:

No fim das contas, é proposta à imensa maioria, com as séries, um leque limitado — a uma ínfima minoria, uma graduação infinita de modelos. A um, um repertório (por vasto que seja) de elementos fixos ou dos mais prováveis — a outro, uma multiplicidade de oportunidades. A um, um código de valores catalogados, a outro, uma invenção sempre nova. É portanto com um estatuto de classe e com diferenças de classe que temos que nos haver (BAUDRILLARD, 2000, p. 157).

Diante disso, não há democratização no processo de popularização de certos objetos. Tal popularização, sem dúvida, permite que uma vasta gama de objetos sejam acessadas pelas camadas mais pobres da população, contudo, isto não anula o sistema de hierarquia social. Em outros termos, tal popularização não configura igualdade entre classes e grupos sociais por, pelo menos, dois motivos básicos: primeiro, a distinção encontra seu fundamento prioritário no modelo — que contém o detalhe diferenciador — e não na série. Sabe-se que as camadas que vivem em situação de pobreza, dificilmente conseguem acesso aos modelos (aos últimos tipos dos objetos, à moda). E, segundo, as camadas de baixa renda consomem objetos isoladamente, não têm condições de acessar a chamada “constelação”, o conjunto de objetos e serviços distintivos, como já foi discutido no terceiro capítulo. Ou seja, não podem comprar os modelos valorizados com facilidade e não podem, quase sempre, usar os objetos em toda a sua plenitude. Por exemplo, o carro é adquirido, mas fica guardado; o celular é adquirido, mas é utilizado apenas para receber chamadas, pois as ligações continuam sendo feitas via telefones públicos; ou, ainda, compra-se um aparelho eletroeletrônico de luxo, mas o local de moradia permanece o mesmo (favelas ou periferias).

Neste ponto, é interessante frisar que entende-se que **o objetivo básico das opções de consumo referentes a bens supérfluos e/ou de luxo registradas na pesquisa de campo é a distinção social**, é o reforço da auto-imagem. Porém, se os esforços de compra e consumo verificados nas famílias alcançam esse objetivo distintivo, se realmente distinguem, e em que medida, e diante de quais grupos sociais eles obtêm tal distinção, não cabe responder nesse estudo.

Mas pode-se arriscar a seguinte análise para esse questionamento: é provável que a posse de certos itens supérfluos ou de luxo, registrados no interior das famílias pobres pesquisadas, alcance aquele objetivo de distinção muito mais dentro da própria comunidade ou meio social semelhante, do que em outros meios situados mais acima na hierarquia social. Ou seja, a posse pura e simples de bens isoladamente não garante a mudança total do estilo de vida. Até mesmo porque a lógica do *habitus* não é essa (BOURDIEU, 1983). Como já foi visto no terceiro capítulo, o *habitus*, por ser durável e transponível mantém sua estabilidade mesmo quando ocorre mudança de posição social (BOURDIEU, 1983). Logo, nestes casos de indivíduos que vivem em condições extremas de pobreza, é mais provável que a posse de certos bens assumam o significado de distinção diante de grupos que vivem em condições semelhantes.

Neste ponto é importante esclarecer que a pesquisa de campo realizada forneceu dados e informações suficientes que permitem afirmar, com uma certa segurança, que os chefes de família entrevistados fazem opções de consumo com o objetivo de distinção social. Isto ficou evidente a partir da análise dos espaços “observações”, constantes para cada item do questionário. Neste espaço, os entrevistados justificaram e/ou comentaram suas respostas. As frases registradas com mais frequência para comentar as opções, interesses e desejos de consumo são as seguintes: “para não ficar atrasado”, “ter sonho impossível é pensar para trás”, “não quero ser igual aos meus vizinhos”, “é bom ser diferente”, “não gosto de ser confundido com alguns picaretas que pegam uma mulher, botam filhos no mundo e não dão as coisas”, “o que importa é progredir”, “quero melhorar de vida”, “isso é coisa de quem já subiu na vida”. Desta forma, tais comentários remetem-se ao desejo de distinção social. A partir daí, observa-se, mais uma vez, que a atividade

de consumo, mesmo em situações que lhe impõem severos limites, tende a manter sua dimensão simbólica.

5.3.2 Interesses de consumo dos chefes de família entrevistados

A análise da posse de bens e do significado destes para o conjunto dos chefes de família entrevistados, forneceu, de certo modo, um retrato ou um **quadro fixo** dos interesses de consumo e das opções efetivamente concretizadas pelas famílias residentes na Comunidade Paz e Bem. Nesta subseção tratar-se-á dos interesses de consumo dos entrevistados, visando a conhecer, independente da posse efetiva ou não, os itens mais valorizados por eles. Diante de um conjunto de 14 itens, entre bens e serviços, os chefes de família foram indagados sobre os três mais importantes da lista e sobre sua ordem de importância⁴³.

Os resultados obtidos encontram-se na Tabela 24, que revela informações interessantes sobre os interesses dos entrevistados quanto ao conjunto de bens e serviços listados.

TABELA 24 – INTERESSES DE CONSUMO DOS CHEFES DE FAMÍLIA,
COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA – 2003

ITEM	1º LUGAR %	2º LUGAR %	3º LUGAR %	TOTAL DE INCIDÊNCIA POR ITEM (%)
Casa Própria	21,00	13,00	11,00	45
Casa de Alvenaria	6,00	0,00	1,00	7,00
Banheiro em Casa	5,00	4,00	1,00	10,00
Comida de Qualidade	10,00	0,00	3,00	13,00
Carro	25,00	28,00	10,00	63,00
Educação p/ os Filhos	3,00	2,00	0,0	5,00
Televisão	10,00	6,00	9,00	25,00
Som com CD	8,00	10,00	22,00	40,00
Telefone Fixo	0,0	2,00	0,00	2,00
Telefone Celular	7,00	25,00	27,00	59,00
Computador	0,00	0,00	6,00	6,00
Microondas	0,00	0,00	3,00	3,00
Geladeira	3,00	2,0	2,00	7,00
Video Cassete	2,00	8,00	5,00	15,01
TOTAL	100,00	100,01	100,00	

FONTE: Pesquisa de Campo

Conforme demonstra a Tabela 24, o item considerado mais importante para o grupo de chefes de família pesquisados é o carro (25%). Este apareceu com o percentual mais alto na coluna dos itens que estão em primeiro lugar no interesse do consumidor. Ainda na coluna do primeiro lugar, a casa própria (21%), seguida de televisão (10%), comida de qualidade (10%) e aparelho de som com CD (8%) receberam percentuais expressivos.

Em segundo lugar no interesse dos entrevistados o item mais citado foi o carro, com 28%, seguido do telefone celular (25%), da casa própria (13%), do aparelho de som com CD (10%) e do videocassete (8%).

Na coluna dos itens que encontram-se em terceiro lugar na ordem de importância para consumo, o mais votado foi o telefone celular, que reuniu 27% das respostas, seguiu-se a ele o aparelho de som com CD (22%), a casa própria (11%), o carro (10%) e a televisão (9%).

A última coluna da tabela, expressa o total geral de incidência de respostas por item de consumo. Ou seja, é a coluna que revela os bens ou serviços com os maiores e com os menores percentuais, pois é extraída a partir do somatório dos percentuais das três primeiras colunas. Assim, no total geral, o carro é o bem mais citado, aparecendo em 63% das respostas. Em seguida vem o telefone celular (59%), a casa própria (45%), o aparelho de som com CD (40%) e a televisão (25%). Por outro lado, os itens menos votados são o telefone fixo (2%), o forno de microondas (3%), a educação para os filhos (5%), o computador (6%), a geladeira (7%) e a casa de alvenaria (7%).

Comparando os interesses de consumo gerais (Tabela 24) com os dados referentes à posse efetiva de bens duráveis (Tabela 23), percebe-se que o fator baixa renda, ou a situação de pobreza tem muito mais influência sobre a limitação da posse efetiva de bens (aquisição/compra), do que sobre os desejos do consumidor. Assim, pode-se afirmar que, se não fosse a limitação da renda, o carro poderia ser encontrado em, pelo menos, 63% das residências e não apenas em 17%, como a Tabela 23 revelou. O mesmo ocorre com o telefone celular, encontrado em apenas

¹³ Esses dados foram obtidos a partir da pergunta 16, item 16.1 do questionário de pesquisa.

15% das residências, mas citado como item de consumo importante por 59% dos chefes de família.

Observou-se ainda que os itens que podem ser considerados de necessidades básicas ou vinculados à satisfação de tais necessidades, como casa de alvenaria, banheiro, comida de qualidade, educação para os filhos e geladeira, receberam percentuais gerais bastante inexpressivos. Dentre estes, o item menos valorizado é educação para os filhos (5%), contudo, neste caso, não se pode interpretar tal dado como sendo indicativo de desinteresse dos chefes de família com a educação dos filhos, pois este é um item obtido via serviço público. Dentre os itens de necessidades básicas, a única exceção, ocorreu com a casa própria, que foi citada como importante por 45% dos chefes de família.

É, ainda, importante destacar que, na coluna do primeiro lugar (Tabela 24), ou seja, dos itens mais interessantes para o consumidor, aqueles vinculados à satisfação de necessidades básicas, são também os menos cotados. Assim, geladeira (3%), educação para os filhos (3%) e banheiro (5%) encontram-se atrás de vários itens, que neste estudo, estão mais vinculados às necessidades supérfluas, como o carro, a televisão, o aparelho de som com CD e o telefone celular. A única exceção nesta regra é a casa própria, que mantém o percentual de 45%.

Ainda considerando a coluna do primeiro lugar da Tabela 24, e observando os dados ali existentes por outro ângulo, pode-se extrair que 52% dos chefes de família colocaram, por exemplo, a geladeira e o banheiro atrás de pelo menos um bem supérfluo.

Diante de tais constatações, vê-se que a hipótese inicial da pesquisa vem sendo confirmada, pois **a situação de pobreza não tem-se configurado em impeditivo suficiente para anular os gostos, para limitar a prática de consumo dos indivíduos exclusivamente aos bens e serviços voltados para as necessidades básicas.** Evidentemente, a situação de pobreza, como já foi dito, impõe severos limites ao consumo, contudo, não invalida a sua dimensão simbólica.

A pesquisa revelou ainda algumas diferenças significativas existentes entre os interesses de consumo de chefes de família do sexo feminino e de chefes de família do sexo masculino.

TABELA 25 – INTERESSES DE CONSUMO DOS CHEFES DE FAMÍLIA DO SEXO MASCULINO, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA – 2003

ITEM	1º LUGAR %	2º LUGAR %	3º LUGAR %	TOTAL DE INCIDÊNCIA POR ITEM (%)
Casa Própria	22,08	10,39	10,39	42,86
Casa de Alvenaria	5,19	0,00	0,00	5,19
Banheiro em Casa	2,60	2,60	0,00	5,20
Comida de Qualidade	9,09	0,00	3,90	12,99
Carro	31,17	32,47	9,09	72,73
Educação p/ os Filhos	1,30	0,00	0,00	1,30
Televisão	10,3	2,6	10,39	23,38
Som c/ CD	10,39	9,09	27,27	46,75
Telefone Fixo	0,00	2,60	0,00	2,60
Telefone Celular	5,19	29,87	27,27	62,33
Computador	0,00	0,00	5,19	5,19
Microondas	0,00	0,00	0,00	0,00
Geladeira	0,00	0,00	2,60	2,60
Video Cassete	2,60	10,39	3,90	16,89
TOTAL	100	100	100,00	

FONTE: Pesquisa de Campo

TABELA 26 - INTERESSES DE CONSUMO DE CHEFES DE FAMÍLIA DO SEXO FEMININO, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA – 2003

ITEM	1º LUGAR %	2º LUGAR %	3º LUGAR %	TOTAL DE INCIDÊNCIA POR ITEM (%)
Casa Própria	17,39	21,74	13,04	52,17
Casa de Alvenaria	8,70	0,00	4,35	13,05
Banheiro em Casa	13,04	8,70	4,35	26,09
Comida de Qualidade	13,04	0,00	0,00	13,04
Carro	4,35	13,04	13,04	30,43
Educação p/ os Filhos	8,70	8,70	0,00	17,40
Televisão	8,70	17,39	4,35	30,44
Som c/ CD	0,00	13,04	4,35	17,39
Telefone Fixo	0,00	0,00	0,00	0,00
Telefone Celular	13,04	8,70	26,09	47,83
Computador	0,00	0,00	8,70	8,70
Microondas	0,00	0,00	13,04	13,04
Geladeira	13,04	8,70	0,00	21,74
Video Cassete	0,00	0,00	8,70	8,70
TOTAL	100	100	100	

FONTE: Pesquisa de Campo

As Tabelas 25 e 26 apresentam dados referentes aos interesses de consumo dos chefes de família do sexo masculino e feminino respectivamente. Observando

os dados contidos nas colunas do primeiro lugar, vê-se que, para os homens o item mais importante é o carro (31,17%), em seguida está a casa própria (22,08%), a televisão e o aparelho de som com CD, ambos empatados com 10,39% dos votos. Para as mulheres, o item mais importante é a casa própria (17,39%), em seguida estão os itens banheiro, comida de qualidade, telefone celular e geladeira, empatados com 13,04 % das preferências.

Considerando as colunas que trazem os percentuais totais (somatório dos primeiro, segundo e terceiro lugares), percebe-se que as mulheres se preocupam mais com os bens e serviços voltados para as necessidades básicas do que os homens. Assim, as mulheres dão mais importância à casa própria, à casa de alvenaria, ao banheiro, à educação para os filhos e à geladeira. O único item de necessidade básica que não apresentou uma grande discrepância entre os sexos é comida de qualidade que, para os homens o percentual de preferência é de 12,99% e para as mulheres é de 13,04%.

Dentre os itens supérfluos, os homens valorizam mais o carro, o aparelho de som com CD, o telefone celular, e o videocassete. As mulheres, por sua vez, conferem maior importância à televisão, ao computador e ao microondas.

Antes de finalizar essa subseção é válido observar os dados coletados a respeito dos interesses de consumo de chefes de família classificados por faixa etária.

TABELA 27 - INTERESSES DE CONSUMO DE CHEFES DE FAMÍLIA PERTENCENTES À FAIXA ETÁRIA DE 18 A 25 ANOS, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

ITEM	1º LUGAR %	2º LUGAR %	3º LUGAR %	TOTAL DE INCIDÊNCIA POR ITEM (%)
Casa Própria	18,75%	12,50%	6,25%	37,50%
Casa de Alvenaria	6,25%	0,00%	0,00%	6,25%
Banheiro em Casa	6,25%	0,00%	0,00%	6,25%
Comida de Qualidade	6,25%	0,00%	0,00%	6,25%
Carro	25,00%	31,25%	12,50%	68,75%
Educação p/ os Filhos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Televisão	6,25%	6,25%	12,50%	25,00%
Som c/ CD	12,50%	12,50%	25,00%	50,00%
Telefone Fixo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Telefone Celular	12,50%	31,25%	31,25%	75,00%
Computador	0,00%	0,00%	6,25%	6,25%
Microondas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Geladeira	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Video Cassete	6,25%	6,25%	6,25%	18,75%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	

FONTE: Pesquisa de Campo

TABELA 28 - INTERESSES DE CONSUMO DE CHEFES DE FAMÍLIA PERTENCENTES À FAIXA ETÁRIA DE 26 A 35 ANOS, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

ITEM	1º LUGAR %	2º LUGAR %	3º LUGAR %	TOTAL DE INCIDÊNCIA POR ITEM (%)
Casa Própria	20,00%	13,33%	10,00%	43,33%
Casa de Alvenaria	3,33%	0,00%	0,00%	3,33%
Banheiro em Casa	3,33%	3,33%	0,00%	6,67%
Comida de Qualidade	10,00%	0,00%	3,33%	13,33%
Carro	26,67%	30,00%	10,00%	66,67%
Educação p/ os Filhos	0,00%	3,33%	0,00%	3,33%
Televisão	10,00%	6,67%	6,67%	23,33%
Som c/ CD	10,00%	10,00%	20,00%	40,00%
Telefone Fixo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Telefone Celular	10,00%	26,67%	30,00%	66,67%
Computador	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%
Microondas	0,00%	0,00%	3,33%	3,33%
Geladeira	3,33%	0,00%	3,33%	6,67%
Video Cassete	3,33%	6,67%	3,33%	13,33%
	100,00%	100,00%	100,00%	

FONTE: Pesquisa de Campo

TABELA 29 - INTERESSES DE CONSUMO DE CHEFES DE FAMÍLIA PERTENCENTES À FAIXA ETÁRIA DE 36 A 40 ANOS, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

ITEM	1º LUGAR %	2º LUGAR %	3º LUGAR %	TOTAL DE INCIDÊNCIA POR ITEM (%)
Casa Própria	25,00%	16,67%	16,67%	58,33%
Casa de Alvenaria	8,33%	0,00%	0,00%	8,33%
Banheiro em Casa	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comida de Qualidade	8,33%	0,00%	0,00%	8,33%
Carro	25,00%	25,00%	8,33%	58,33%
Educação p/ os Filhos	8,33%	8,33%	0,00%	16,67%
Televisão	8,33%	8,33%	8,33%	25,00%
Som c/ CD	8,33%	8,33%	16,67%	33,33%
Telefone Fixo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Telefone Celular	8,33%	25,00%	25,00%	58,33%
Computador	0,00%	0,00%	8,33%	8,33%

Microondas	0,00%	0,00%	8,33%	8,33%
Geladeira	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Video Cassete	0,00%	8,33%	8,33%	16,67%
	100,00%	100,00%	100,00%	

FONTE: Pesquisa de Campo

TABELA 30 - INTERESSES DE CONSUMO DE CHEFES DE FAMÍLIA PERTENCENTES À FAIXA ETÁRIA DE 41 A 60 ANOS, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

ITEM	1º LUGAR %	2º LUGAR %	3º LUGAR %	TOTAL DE INCIDÊNCIA POR ITEM (%)
Casa Própria	21,88%	12,50%	12,50%	46,88%
Casa de Alvenaria	6,25%	0,00%	3,13%	9,38%
Banheiro em Casa	6,25%	6,25%	3,13%	15,63%
Comida de Qualidade	12,50%	0,00%	3,13%	15,63%
Carro	25,00%	25,00%	9,38%	59,38%
Educação p/ os Filhos	3,13%	0,00%	0,00%	3,13%
Televisão	12,50%	3,13%	9,38%	25,00%
Som c/ CD	6,25%	9,38%	25,00%	40,63%
Telefone Fixo	0,00%	3,13%	0,00%	3,13%
Telefone Celular	3,13%	25,00%	25,00%	53,13%
Computador	0,00%	0,00%	6,25%	6,25%
Microondas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Geladeira	3,13%	3,13%	0,00%	6,25%
Video Cassete	0,00%	12,50%	3,13%	15,63%
	100,00%	100,00%	100,00%	

FONTE: Pesquisa de Campo

TABELA 31 - INTERESSES DE CONSUMO DE CHEFES DE FAMÍLIA ACIMA DE 60 ANOS, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

ITEM	1º LUGAR %	2º LUGAR %	3º LUGAR %	TOTAL DE INCIDÊNCIA POR ITEM (%)
Casa Própria	20,00%	10,00%	10,00%	40,00%
Casa de Alvenaria	10,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Banheiro em Casa	10,00%	10,00%	0,00%	20,00%
Comida de Qualidade	10,00%	0,00%	10,00%	20,00%
Carro	20,00%	30,00%	10,00%	60,00%
Educação p/ os Filhos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Televisão	10,00%	10,00%	10,00%	30,00%
Som c/ CD	0,00%	10,00%	20,00%	30,00%
Telefone Fixo	10,00%	10,00%	0,00%	20,00%
Telefone Celular	0,00%	10,00%	20,00%	30,00%
Computador	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Microondas	0,00%	0,00%	10,00%	10,00%
Geladeira	10,00%	10,00%	10,00%	30,00%

Video Cassete	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	100,00%	100,00%	100,00%	

FONTE: Pesquisa de Campo

Observando as Tabelas 27 a 31 pode-se verificar que, a respeito dos interesses de consumo, não foram registradas discrepâncias significativas por faixa etária.

5.3.3 Mais uma face do caráter simbólico do consumo no universo da pobreza: as perspectivas de consumo dos chefes de família entrevistados

Os chefes de família residentes na Comunidade Paz e Bem também foram questionados sobre suas **perspectivas de consumo**, ou seja, o que eles efetivamente **desejam possuir**. Esta é uma unidade de análise que difere, essencialmente, daquela observada no item anterior — “interesses de consumo” — pois, ser indagado sobre o que é mais importante dentre uma lista de bens e serviços, não traz implícita a sugestão de compra do produto, contudo, a pergunta sobre perspectivas sugere desejo, aspiração, querer, e, deste modo, inclui o sentido, possibilidade ou idéia de realização futura. Assim, perguntas sobre perspectivas de consumo, vinculam-se mais ao sentido de responsabilidade pessoal do que perguntas sobre interesses, que têm mais conotação de mera opinião ou expressão de gosto individual.

A pesquisa de campo, ao questionar os chefes de família sobre o desejo de possuir determinados itens de consumo que não possuem no presente, obteve os seguintes resultados (Tabela 32).

TABELA 32 – PERSPECTIVAS DE CONSUMO DOS CHEFES DE FAMÍLIA, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA - 2003

ITEM	POSSUI %	NÃO POSSUI %	DESEJA POSSUIR* %
Carro	17	83	71
Televisão	73	27	48

Aparelho de Som com CD	43	57	70
Telefone Fixo	6	94	63
Telefone Celular	15	85	41
Computador	0	100	47
Microondas	1	99	29
Geladeira	58	42	76
Video Cassete	6	94	41

**percentuais referem-se somente ao grupo dos que não possuem o item de referência*

FONTE: Pesquisa de Campo

Por meio da observação da Tabela 32, e levando em consideração que os percentuais de perspectivas/desejos referem-se somente àqueles indivíduos que não dispõem do bem, percebe-se que a geladeira encontra-se em primeiro lugar (76%), em segundo vem o carro (71%) e em terceiro, o aparelho de som com CD (70%).

É interessante destacar que o telefone fixo — conforme a subseção 5.3.2 — foi um item bastante desprezado quanto à sua importância, aparecendo na preferência de apenas 2% dos entrevistados (Tabela 24). Contudo, 63% dos que não o possuem manifestaram o desejo de tê-lo. Isto pode estar relacionado ao custo zero de aquisição para este serviço.

A respeito da televisão, quase metade das pessoas que não tem, querem continuar sem esse bem. A análise do campo “observações” do questionário, demonstrou que isto deve-se ao vínculo religioso destes indivíduos.

Quanto ao computador, à semelhança do telefone fixo, foi um item citado como importante por apenas 6% dos chefes de família (Tabela 24). Assim, parece uma incoerência que, em seguida, um percentual bastante expressivo desses mesmos indivíduos responda que deseja possuir computador. Recorrendo-se ao campo “observações” do questionário, essa dúvida foi esclarecida, pois, de fato, os entrevistados, apesar de pessoalmente não considerarem tal bem importante, admitiam ser benéfico para os filhos em idade escolar.

Os entrevistados também foram questionados sobre os bens que gostariam de adquirir e que consideram **possíveis** ou **atingíveis** dentro da situação socioeconômica em que se encontram (Tabela 33).

TABELA 33 – PERSPECTIVAS DE CONSUMO DOS CHEFES DE FAMÍLIA CITADAS COMO ATINGÍVEIS, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA – 2003

ITEM	%
Nada (ausência de perspectivas)	74
Móveis e Eletrodomésticos	17
Eletroeletrônico	3
Reforma do Domicílio	6
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de Campo

Os dados da Tabela 33 revelam respostas muito resignadas, que evidentemente estão ligadas ao fator baixa renda. Assim, a grande maioria (74%) respondeu que não tem perspectivas de consumo imediatas. Isso está fortemente relacionado à baixa confiança do consumidor sobre as possibilidades futuras de melhoria dos níveis de renda.

O consumo é em grande parte influenciado pelo que os consumidores acreditam que acontecerá no futuro. A renda atual é o principal determinante de produtos como a comida em casa, mas a confiança do consumidor sobre a renda futura é essencial para entender as compras de automóveis, eletrodomésticos importantes e outros bens duráveis (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000, p. 194).

Isso, portanto, explica o grande percentual de resposta “nada” registrado na Tabela 33. Desta forma, verifica-se uma certa tendência de limitação das perspectivas ou aspirações de consumo diante de situações concretas de penúria: “Certa dose de ‘realismo’ leva as pessoas, no interior de tal ou tal situação social, a nunca prolongar as aspirações para lá do limite a que podem aspirar de modo conveniente” (BAUDRILLARD, 1991, p. 63). Dentro dessa lógica, quanto mais um indivíduo possui, maiores e melhores são suas aspirações de consumo. Contudo, olhando a questão mais de perto, percebe-se que essa **lógica realista ou extremamente racional não se aplica perfeitamente para todos os tipos de aspirações. Há diferenças significativas entre o comportamento das aspirações profissionais e o comportamento das aspirações consumidoras.** Para BAUDRILLARD (1991), dentre as classes situadas nos níveis mais baixos da

escala social, as aspirações profissionais são muito mais limitadas do que as aspirações consumidoras:

... é muito possível que as aspirações consumidoras (materiais e culturais), que revela um nível de elasticidade superior ao das aspirações profissionais ou culturais, venham *compensar* as deficiências graves de determinadas classes, em matéria de mobilidade social. A compulsão de consumo compensaria a falta de realização na escala social vertical. A aspiração “superconsumidora” (sobretudo das classes baixas) seria, ao mesmo tempo que a expressão de exigência estatutária, a expressão do fiasco vivido de tal exigência (BAUDRILLARD, 1991, p. 63 – grifo do autor).

A citação deixa claro, mais uma vez, que o indivíduo pode valer-se do consumo como forma de satisfação de necessidades que extrapolam o campo da satisfação meramente material. Ou seja, nesta fala o consumo é apresentado como fator **compensatório** da condição de pobreza e da baixa ou nenhuma chance de mobilidade social ascendente.

Observa-se, desta forma, que os indivíduos pertencentes às classes baixas manifestam uma postura resignada muito mais no tocante às aspirações profissionais do que no tocante às aspirações de bens materiais. Fato que mantém válida, mesmo que relativamente, a tese do caráter simbólico da prática do consumo.

Por fim, os chefes de família foram solicitados a citar um item de consumo que gostariam de possuir ou que é muito desejado por eles, mas que consideram impossível ou inatingível diante da situação socioeconômica que vivenciam (Tabela 34).

TABELA 34 – PERSPECTIVAS DE CONSUMO DOS CHEFES DE FAMÍLIA CITADAS COMO INATINGÍVEIS, COMUNIDADE PAZ E BEM – GUARAPUAVA – 2003

ITEM	%
Carro	25
Casa de Alvenaria	25
Nada	19
Chácara	7
Móveis e Eletrodomésticos	6
Morar no Centro	6

Celular e Eletroeletrônico	4
Educação para os Filhos	4
Negócio Próprio	2
Moto	1
Reforma do Domicílio	1
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de Campo

Os resultados obtidos, apresentados na Tabela 34, demonstram que os entrevistados superaram, em certa medida, a postura resignada que haviam expressado anteriormente. A resposta “nada” (19%), neste tipo de pergunta, pode ser interpretada por duas vias. Primeiro, o indivíduo pode querer transmitir a idéia de onipotência, de não haver absolutamente nada que ele pessoalmente deseje e que seja impossível ou inatingível para as suas capacidades de luta, conquista e aquisição. Em várias respostas “nada”, foram registrados comentários com esse tipo de conteúdo. A segunda via de interpretação para essa resposta, pode ser o sentido de ausência de perspectivas. Em todo caso, o presente estudo não reúne dados empíricos suficientes para oferecer uma resposta minimamente realista para essa dúvida.

O carro é considerado um bem inatingível para 25% dos entrevistados. A casa de alvenaria, também recebeu esse mesmo percentual de respostas.

Reunindo os itens voltados diretamente para o bem-estar comum do lar e/ou da família — casa de alvenaria, móveis e eletrodomésticos, morar no centro, reforma do domicílio e educação para os filhos —, pode-se constatar que 42% dos chefes de família concentram suas perspectivas de consumo inatingíveis em coisas extremamente simples. Por outro lado, verificou-se também a persistência de opções que apontam para itens de luxo, de certo modo, incompatíveis com as condições sociais vivenciadas pelo grupo pesquisado.

As aspirações, assim como os interesses e a prática do consumo como um todo, tendem a ser irreversíveis e ilimitadas porque elas são influenciadas diretamente pela **lógica da diferenciação social** e não unicamente pela lógica da necessidade objetiva.

Isso explica que NÃO HAJA LIMITES AO CONSUMO⁴⁴. Se fosse ele aquilo que consideramos ingenuamente: uma absorção, uma devoração, deveria se chegar a uma saturação. Se dissesse respeito à ordem das necessidades [materiais], deveria se encaminhar para uma satisfação. Ora, sabemos que não é nada disso: deseja-se consumir cada vez mais. (...) “Moderar o consumo ou querer estabelecer uma grade de necessidades apta a normalizá-lo depende pois de um moralismo ingênuo ou absurdo. (...) Os objetos/signos na sua idealidade equívalem-se e podem se multiplicar ao infinito: devem fazê-lo para preencher a todo instante uma realidade ausente. Finalmente é porque se funda sobre uma *ausência* que o consumo vem a ser irreprimível (BAUDRILLARD, 2000, p. 210-211 – grifos do autor).

Foi possível perceber claramente desenhado nos dados referentes às perspectivas, bem como naqueles referentes ao padrão e aos interesses de consumo dos indivíduos e famílias pobres pesquisados, que a dimensão objetiva do consumo coexiste com a sua dimensão simbólica. Enquanto a primeira trata de indexar a atividade de consumo às condições reais e concretas de existência material, a segunda, trata de cumprir um papel oposto, livrando tal atividade das amarras materiais e fazendo-a trilhar caminhos que permitem a busca da satisfação de necessidades situadas nos sentimentos e emoções, porém, tão importantes, e essenciais, quanto as necessidades materiais, porque igualmente humanas.

⁴⁴ Letras em caixa alta no original.

6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, a reflexão sobre a prática de consumo de indivíduos e famílias que vivem em situação de pobreza deu-se levando em consideração a complexidade inerente ao fenômeno pobreza e à atividade de consumo.

Procurou-se salientar o vínculo existente entre a pobreza e o capitalismo, recorrendo-se para isso às contradições desse sistema social, com destaque para a concentração de renda e de riqueza e para o insistente descompasso entre produção e realização da mais-valia. Tal descompasso remete a análise, no plano econômico, ao papel do consumo para o funcionamento global da sociedade. Assim, desenhou-se um percurso que permitiu compreender a importância do consumo propriamente dito para a permanência do capitalismo. O sistema tem no consumo uma de suas principais bases de sustentação e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, sua dinâmica interna contribui para a produção e reprodução contínua de uma camada populacional destituída que, certamente, conforme o grau de tal destituição, enfrenta dificuldades para ter acesso e consumir os bens e serviços inerentes à sociedade urbano-industrial.

Foi adotada a concepção de pobreza absoluta, ou seja, é pobre aquele que vive com insuficiência de renda, marcado por condições de vida indignas, nas quais as necessidades básicas não são plena e adequadamente supridas. A abordagem absolutista da pobreza trabalha com base em uma medida que serve como parâmetro para estabelecer o limite entre pobres e não-pobres. Tal medida é a linha de pobreza. Neste estudo utilizou-se o valor de 1 salário mínimo mensal *per capita* para a linha de pobreza, pois, este, apesar de ser considerado alto para finalidades governamentais, concernentes à elaboração de políticas sociais, não é alto para os propósitos da pesquisa.

Assim, entende-se que, com menos de 1 salário mínimo mensal *per capita*, está configurada a situação de escassez de recursos essenciais e a conseqüente situação de pobreza. Esta situação, não é algo abstrato, materializa-se no cotidiano de vida das pessoas, afetando diferentes áreas, inclusive a prática do consumo, que,

neste estudo, é compreendida como uma atividade sistemática de manipulação de signos, portadora de um duplo caráter — objetivo e simbólico. Por esta propriedade intrínseca, o ato de consumir possibilita a satisfação de múltiplas necessidades humanas, mais especificamente, necessidades materiais e imateriais.

Logo, o consumo não restringe-se à esfera material de reprodução da vida, em seu sentido físico. Alcança a esfera simbólica, cumprindo papel especial como via legítima de diferenciação entre as pessoas.

A desigualdade é um fato incontestável. Ela existe e se faz presente no cotidiano através de diversos sinais e marcas. Os indivíduos se valem da posse efetiva de bens e da utilização efetiva de serviços para, reafirmando sua identidade, demarcarem suas diferenças diante de pessoas, grupos e classes sociais.

As necessidades materiais têm um limite para satisfação. O desejo de diferenciação, ao contrário, é algo livre, é ilimitado. Todavia, condições objetivas de vida, mais especificamente, a condição de escassez material pode influenciar a dinâmica essencialmente ilimitada da atividade de consumo, pois a renda é um elemento de importância central nesse processo. Assim, a presente dissertação, procurou investigar a presença ou manifestação da dimensão simbólica do consumo nas condições de penúria. A hipótese de pesquisa elaborada é que a pobreza não é capaz de limitar ou reprimir o padrão de consumo a ponto de impedir a aquisição de bens supérfluos. Ou seja, a pobreza não constitui-se em obstáculo suficiente para tornar a prática do consumo exclusivamente racional, baseada somente no valor de uso dos bens e serviços e na lógica economicista.

A partir dessas considerações teóricas buscou-se a verificação empírica dos pressupostos básicos do estudo por meio de pesquisa de campo.

A pesquisa de campo demonstrou que, quanto ao padrão de consumo, as famílias entrevistadas confirmaram a tendência de utilização da maior parcela do orçamento doméstico para gastos com alimentação e higiene. Além disso, ficou claro que a relação entre receita e despesa é extremamente apertada.

Quanto à posse efetiva de bens e aos interesses de consumo dos chefes de família, verificou-se a presença marcante do desejo de diferenciação social, expresso na evidência do sacrifício de necessidades básicas em prol de necessidades

supérfluas. A pesquisa detectou diferenças tanto no padrão, quanto nos interesses de consumo, entre chefes de família homens e mulheres. Contudo, não foram observadas discrepâncias significativas por faixa etária.

E quanto às perspectivas de consumo, os dados obtidos demonstraram uma postura ambígua dos chefes de família — ao mesmo tempo resignados e irreprimíveis.

Observou-se que o **caráter ilimitado do consumo se confirma entre indivíduos de baixa renda, mantendo contornos relativos**, pois os pobres têm sua prática de consumo indexada pela condição social, ao mesmo tempo, tal prática (incluindo os interesses e perspectivas de consumo) viaja para limites que não condizem com as possibilidades reais de efetivação.

Os resultados empíricos obtidos confirmaram, portanto, a hipótese de pesquisa, reafirmando a persistência do caráter ilimitado do consumo em condições de penúria e escassez de recursos materiais.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. O Leviatã anêmico: dilemas presentes e futuros da política social. _____. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989-a.

_____. Política Social e Combate à Pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, S. H. et al. **Política social e combate à pobreza**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989-b.

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** São Paulo: Cortez, 1992.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **A crise da crise do marxismo**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, 50. São Paulo: Cortez, abr. 1996.

_____. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: **Capacitação em serviço social e política social, módulo 1: Crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília: Centro de Educação Aberta Continuada a Distância - UnB, 1999.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e Serviço Social. In: **Capacitação em serviço social e política social: módulo 2: Reprodução social, trabalho e serviço social**. Brasília: Centro de Educação Aberta Continuada a Distância - UnB, 1999.

BARBOSA, Livia et al. O sonho acabou? O novo perfil e o novo comportamento do consumidor brasileiro. **Revista da ESPM**, São Paulo, v. 10, ano 9, n. 3. 2003.

BARROS, Ricardo Paes de., HENRIQUES, Ricardo. e MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

_____. **O sistema dos objetos**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir.; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).

CARVALHO, Paulo Roberto Mello de. **Os famintos e os miseráveis na definição dos mínimos sociais da política social no Brasil dos anos 90**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997. (mimeo)

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS, 4**. São Paulo: Cortez, 1995.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **El mundo de los biens: hacia una antropología del consumo**. México: Grijalbo, 1990.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. IPEA. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989.

ENGEL, James F., BLACKWELL, Roger D. e MINIARD, Paul W. **Comportamento do consumidor**. 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua Nova, 35**. São Paulo: ANPOCS, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social nas instituições — hegemonia e prática. In: _____. **Saber profissional e poder institucional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio eletrônico século XXI**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Francisco H. G.; LITCHFIELD, Julie A. Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil — 1981/95. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**. São Paulo: UNESP, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Porto: Elfos, 1989.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **A crise do capital**. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1990.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. (Para a crítica da economia política). In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **O Capital: crítica da economia política** São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1 - 2.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 8 ed. Rio de Janeiro: Global, 1990.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Franciso J. S.; OLIVEIRA, Manfredo A. de. (Orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1998.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. Além da transição, aquém da imaginação. **Novos Estudos CEBRAP**, 12. São Paulo: CEBRAP, 1985.

_____. O surgimento do Anti-valor. **Novos Estudos CEBRAP**, 22. São Paulo: CEBRAP, 1988.

ORTIZ, Renato. A Procura de uma sociologia da prática. In: _____. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-36 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).

_____. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

ROCHA, Sônia. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. Chamada da fome foi equivocada. **Folha de São Paulo**, 7 jul. 2003. p. A14.

SPOSATI, Aldaíza et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. São Paulo: Cortez, 1985.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação Social e Estrutura de Classes (um ensaio de interpretação). In: VELHO, Otávio Guilherme. et al. **Estrutura de classes e estratificação social**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987.

URANI, André. Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil. **Lua nova**, 35. São Paulo: ANPOCS, 1995.

WEISSHAUPT, Jean Robert. (Org.) **As funções sócio-institucionais do serviço social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 12, n.º 25. 1997.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Pesquisa: Consumo de indivíduos que vivem em situação de pobreza.
Comunidade Paz e Bem –Guarapuava/PR

Entrevistador: _____ Data: ____ / ____ /2003 Rua _____ n.º: _____

1. Sexo chefe da família: () masculino () feminino

2. Idade: () 14-17 () 22-25 () 31-35 () 41-50 () 61-70
() 18-21 () 26-30 () 36-40 () 51-60 () acima de 70

3. Composição familiar:

() pai/mãe/filhos () pai/filhos () casal sem filhos () outra: _____
() mãe/filhos () pai/mãe/filhos/avós () idoso sozinho

4. número de membros do domicílio: _____

5. Posição do chefe da família na composição familiar: () pai () mãe () avô () avó () filho () filha

6. Escolaridade do chefe da família:

() analfabeto () ler e escrever () curso técnico. Qual? _____
() 1ª a 4ª: () cursando () incompleta () completa
() 5ª a 8ª: () cursando () incompleta () completa
() 2º grau: () cursando () incompleto () completo
() 3º grau: () cursando () incompleto () completo

7. Renda individual do chefe do domicílio: R\$ _____

7.1. Soma da renda individual dos outros membros do domicílio: R\$ _____

	Posição em relação ao chefe	Renda R\$		Posição em relação ao chefe	Renda R\$
1			3		
2			4		

8. Benefícios de renda () Bem. Prest. Cont. () Bolsa-escola () PETI () Bolsa-alimentação Total R\$ _____
minima:

9. Renda Familiar: R\$ _____ 10. Renda *per capita* domiciliar: R\$ _____

11. Ocupação do chefe da família: _____

() formal () informal () conta própria () biscate () aposentado () pensionista () desempregado

12. Padrão de consumo da família:

Item	Gasto em reais	Percentual da R. F.	Observação
Alimentação + Higiene			
Vestuário			
Transporte			
Saúde (incluindo medicamentos)			
Educação (incluindo material escolar)			
Recreação e cultura			
Fumo			
Alcool			
Serviços Pessoais			
Luz			
Água			
Telefone			
Despesas Diversas (inclui jogos de azar)			

Observações sobre o item 12: _____

13. Moradia: () própria () alugada () cedida

14. Tipo de construção: () alvenaria c/ laje () alvenaria c/ forro () madeira () mista () pré-montada

() Instalação elétrica no domicílio () instalação hidráulica no domicílio

Banheiro: () vaso/pia/chuveiro () vaso/chuveiro () vaso () não possui

15. Infra-estrutura urbana:

() abastecimento de água

() calçada na frente do domicílio

() Esgoto: _____ (fossa/céu aberto)

() coleta de lixo

16. Interesses e perspectivas de consumo:

16.1- Indagar sobre a ordem de importância dos itens listados:

Numerar por ordem de importância	ITENS		Observações feitas pelo entrevistado sobre cada item (caso ocorram)
	Casa Própria	() possui () não possui () deseja possuir	
	Casa de alvenaria	() possui () não possui () deseja possuir	
	Banheiro em casa	() possui () não possui () deseja possuir	
	Comida de qualidade	() possui () não possui () deseja possuir	
	Carro	() possui () não possui () deseja possuir	
	Educação para os filhos	() possui () não possui () deseja possuir	
	Rádio	() possui () não possui () deseja possuir	
	Televisão	() possui () não possui () deseja possuir	
	Aparelho de Som com CD	() possui () não possui () deseja possuir	
	Telefone Fixo	() possui () não possui () deseja possuir	
	Telefone Celular	() possui () não possui () deseja possuir	
	Computador	() possui () não possui () deseja possuir	
	Microondas	() possui () não possui () deseja possuir	
	Geladeira	() possui () não possui () deseja possuir	
	Video cassete	() possui () não possui () deseja possuir	

16.2- Deixar o entrevistado livre para citar outro item que não conste na lista e que gostaria de adquirir:

ITEM	OBSERVAÇÕES

16.3- Bem que gostaria de adquirir mas considera muito difícil/ inatingível/quase sonho:

ITEM	OBSERVAÇÕES

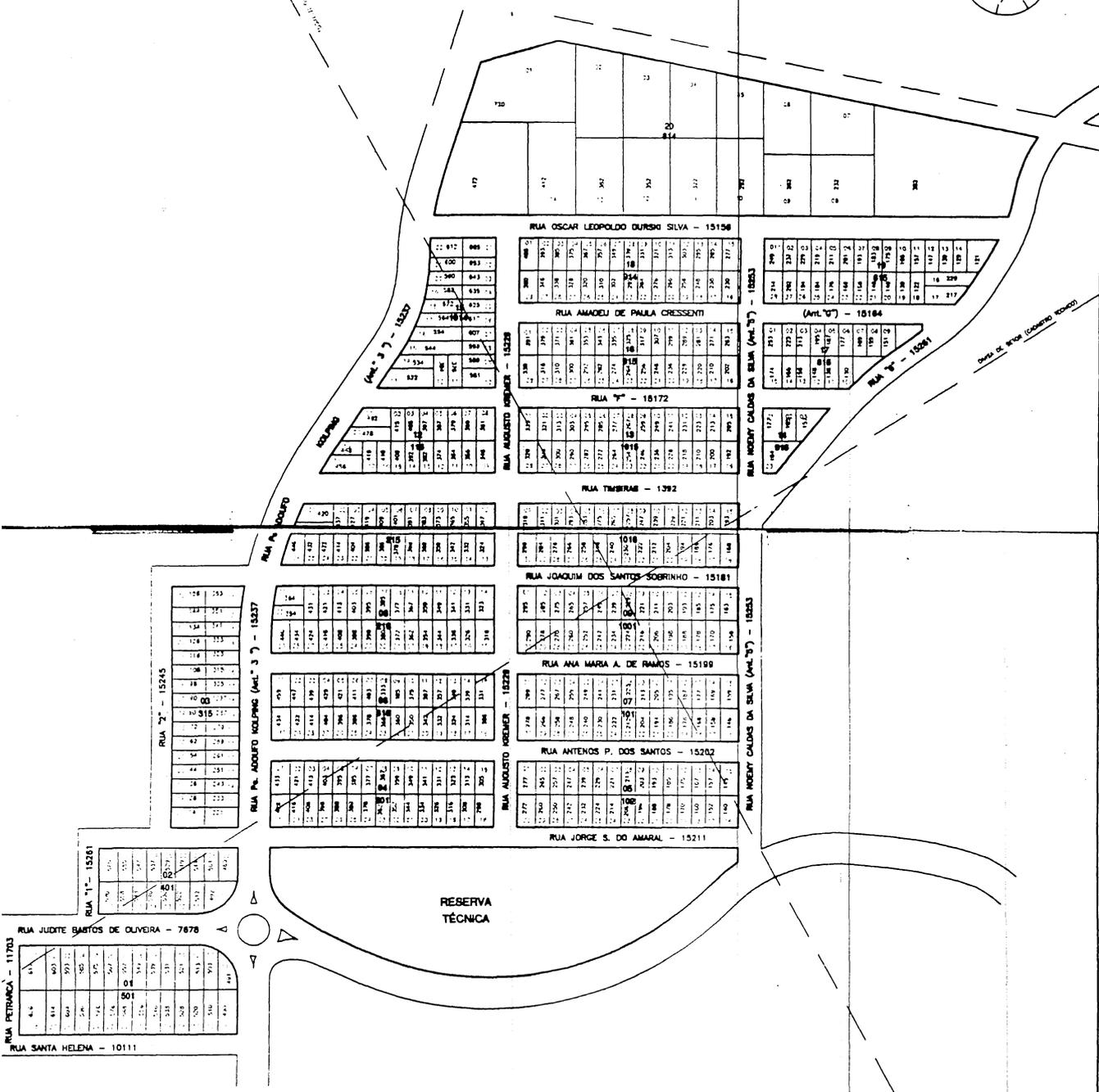
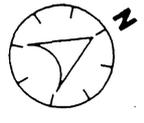
ANEXO 2 – MAPA DO LOTEAMENTO “PAZ E BEM”

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapuava, 2003.

MUNICIPAL AMÉRICA

PAZ E BEM

BAIRRO - VILA CARLI



LEGENDA

- 01 NUMERO DA QUADRA - LOTEAMENTO
- 501 NUMERO DA QUADRA - CADASTRO
- NUMERO DO LOTE
- 500 NUMERO PREDIAL
- 448192 SETOR - CADASTRO

SEM ESCALA
DES. - LUCIANO GALVÃO
FEV./2002
ATUALIZAÇÃO ABR./2002